

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

GESTÃO Diálogos antropológicos: Expandindo fronteiras 2013-2014



• QUEM SOMOS	03
• APRESENTAÇÃO	10
• REUNIÕES/ADVOCACY	12
• EVENTOS	14
• REPRESENTAÇÃO EM EVENTOS	29
• COMITÊS E COMISSÕES	30
• BALANÇO DA COMISSÃO EDITORIAL	50
• REVISTA NOVOS DEBATES	53
• TV ABA	54
• INTERNET E REDES SOCIAIS	56
	57
• MOÇÕES	
• BALANÇO DE INADIMPLÊNCIA, FILIAÇÕES E MUDANÇAS DE CATEGORIA	102
• 29 ^a REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA	103
• PROJETO FORD	111

DIRETORIA

Presidente

Carmen Silvia Rial (UFSC)

Vice-Presidente

Ellen Fensterseifer Woortmann (UnB)

Secretário Geral

Renato Monteiro Athias (UFPE)

Secretário Adjunto

Manuel Ferreira Lima Filho (UFG)

Tesoureira Geral

Maria Amélia S. Dickie (UFSC)

Tesoureira Adjunta

Andrea de Souza Lobo (UNB)

Diretor

Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ)

Diretora

Marcia Regina Calderipe Farias Rufino (UFAM)

Diretora

Heloisa Buarque de Almeida (USP)

Diretor

Carlos Alberto Steil (UFRGS)

CONSELHO DIRETOR

Carmen Silvia Rial (UFSC) - Presidente

Ellen Fensterseifer Woortmann (UnB) - Vice-Presidente

Renato Monteiro Athias (UFPE) - Secretário

Manuel Ferreira Lima Filho (UFG) - Secretário Adjunto

Maria Amélia S. Dickie (UFSC) - Tesoureira

Andrea de Souza Lobo (UNB) - Tesoureira Adjunta

Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ) - Diretor

Marcia Regina Calderipe Farias Rufino (UFAM) - Diretora

Heloisa Buarque de Almeida (USP) - Diretora

Carlos Alberto Steil (UFRGS) - Diretor

CONSELHO CIENTÍFICO

Ex-presidentes

Eunice Ribeiro Durham (USP)

Manuela Carneiro da Cunha (University of Chicago)

Antônio Augusto Arantes (UNICAMP)

Roque de Barros Laraia (UnB)

João Pacheco de Oliveira (MN/UFRJ)
Mariza Corrêa (UNICAMP)
Yonne de Freitas Leite (UFRJ)
Ruben George Oliven (UFRGS)
Gustavo Lins Ribeiro (UnB)
Miriam Pillar Grossi (UFSC)
Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UnB)
Carlos Alberto Caroso Soares (UFBA)
Bela Felman-Bianco (Unicamp)

Membros eleitos na 28ª RBA

Cornelia Eckert (UFRGS)
Luiz Fernando Dias Duarte (MN/UFRJ)
Peter Henry Fry (UFRJ)
Julie Cavignac (UFRN)
Jane Felipe Beltrão (UFPA)

Membros eleitos na 27ª RBA

Cláudia Fonseca (UFRGS)
José Guilherme Magnani (USP)
Roberto Kant de Lima (UFF)
Antonio Carlos Motta de Lima (UFPE)
Omar Ribeiro Thomaz (UNICAMP)

CONSELHO FISCAL

Russell Parry Scott (UFPE)
Telma Camargo da Silva (UFG)
Cecília Maria Vieira Helm (UFPR)

SECRETARIA ADMINISTRATIVA**Secretária Administrativa**

Carine Lemos

Assistente Administrativa

Leidiane Ribeiro

Auxiliar Administrativo

Roberto Pinheiro

COMISSÃO DE ASSUNTOS INDÍGENAS - CAI

Coordenador: João Pacheco de Oliveira (Museu Nacional/UFRJ)
Secretaria: Fabio Mura (UFPB) e Ricardo Verdum (INESC)
Barbara Maisonnave Arisi (UNILA)
Carlos Cirino (UFRR)
Cristhian Teófilo da Silva (UnB)
Clarice Cohn (UFSCAR)

Edviges Ioris (UFSC)
Estêvão Palitot (UFPB)
Gersem José dos Santos Luciano (UNB)
Jô Cardoso de Oliveira (CINEP)
Juan Carlos Peña Márques (UEA/Tabatinga)
Maria Dorothea Post Darella (UFSC)
Maria Rosário G. de Carvalho (UFBA)
Paulo Delgado (UFMT)
Paulo Santilli (UNESP)
Rinaldo Arruda (PUC/SP)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Coordenadora: Simoni Lahud Guedes (UFF)
Antonella Maria Imperatriz Tassinari (UFSC)
Christina de Rezende Rubim (UNESP)
Daniel Simião (UnB)
Elisete Schwade (UFRN)
Luiz Fernando Rojo Mattos (UFF)

COMISSÃO DE ÉTICA

Coordenador: Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UnB)
Carlos Caroso (UFBA)
Bela Feldman-Bianco (UNICAMP)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Coordenadora: Cláudia Fonseca (UFRGS)
Adriana Vianna (MN/UFRJ)
Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer (USP)
Guita Grin Debert (UNICAMP)
Roberto Kant de Lima (UFF)

COMISSÃO DE PROJETO EDITORIAL

Coordenador: Antônio Motta (UFPE)
Carmen Rial (UFSC)
Cornelia Eckert (UFRGS)
Igor José Renó Machado (UFSCAR)
Peter Fry (UFRJ)

CONSELHO EDITORIAL

Alfredo Wagner Berno de Almeida (UEA)
Antonio Augusto Arantes (UNICAMP)
Bela Feldman-Bianco (UNICAMP)
Cristiana Bastos (ICS/Univ.Lisboa)

Cynthia Sarti (UNIFESP)
Gustavo Lins Ribeiro (UNB)
João Pacheco de Oliveira (UFRJ)
Julie Cavignac (UFRN)
Laura Graziela Gomes (UFF)
Lílian Schwarcz (USP)
Luiz Fernando Dias Duarte (UFRJ)
Miriam Grossi (UFSC)
Ruben Oliven (UFRGS)
Wilson Trajano (UNB)

COMISSÕES ESPECIAIS DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Assessoria de Comunicação: Cornelia Eckert (UFRGS), Felipe Fernandes (UFBA) e Vinicius Kauê (EHESS)
Assuntos Internacionais: Gustavo Lins Ribeiro (UnB), Miriam Grossi (UFSC) e Bela Feldman-Bianco (UNICAMP)
Laudos Periciais: Eliane Cantarino O'dwyer (UFF)
Assessoria sobre Meio Ambiente: Andréa Zhouri (UFMG) e Henyo Trindade Barretto Filho (IEB)

COMITÊ QUILOMBOS

Coordenador: Osvaldo Martins de Oliveira (UFES)
Vice-Coordenador: Aderval Costa Filho (UFMG)
Vice-Coordenadora: Raquel Mombelli (UFSC)

Consultores

Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF)
Ilka Boaventura Leite (UFSC)
Alecsandro Ratts (UFG)
Carlos Alexandre dos Santos (UnB)
Cíntia Beatriz Müller (UFBA)
Cynthia Carvalho Martins (UEMA)
João Batista de Almeida Costa (UniMontes)
José Maurício Arruti (UNICAMP)
Ricardo Cid Fernandes (UFPR)
Rosa Elizabeth Acevedo Marin (UFPA)
Sandro José da Silva (UFES)
Sonia Regina Lourenço (UFMT)

COMITÊ POVOS TRADICIONAIS, MEIO AMBIENTE E GRANDES PROJETOS

Coordenador: Russell Parry Scott (UFPE)
Aderval Costa Filho (UFMG)
Cintia Beatriz Muller (UFBA)
Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos (UFPA)

Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UFPE)

COMITÊ PATRIMÔNIO E MUSEUS

Coordenadora: Silvana Rubino (UNICAMP)

Vice-Coordenadora: Alicia Castells (UFSC)

Alexandre Fernandes Corrêa (UFMA)

Antonio Motta (UFPE)

Izabela Tamasso (UFG)

José Reginaldo Gonçalves (IFCS/UFRJ)

Lívio Sansone (UFBA)

Regina Abreu (UNIRIO)

COMITÊ ANTROPOLOGIA VISUAL

Coordenadora: Paula Morgado (USP)

Alexandre Fleming Câmara Vale (UFC)

Andréa Cláudia Miguel Marques Barbosa (UNIFESP)

Carlos Emanuel Sautchuk (UnB)

Claudia Turra Magni (UFPEL)

Gabriel Omar Alvarez (UFG)

João Martinho Braga de Mendonça (UFP)

Marco Antonio Teixeira Gonçalves (UFRJ)

Marcos Alexandre dos Santos Albuquerque (UERJ)

Monica Soares Siqueira (UFSC)

Viviane Vedana (UFSC)

COMITÊ GÊNERO E SEXUALIDADE

Coordenador: Sérgio Luís Carrara (UERJ)

Vice-coordenadora: Adriana Piscitelli (UNICAMP)

Camilo Braz (UFG)

Cecília Maria Bacellar Sardenberg (UFBA)

Fátima Weiss de Jesus (UFAM)

Flávio Luiz Tarnovski (UFMT)

Paula Sandrine Machado (UFRGS)

Regina Facchini (UNICAMP)

Rozeli Maria Porto (UFRN)

COMITÊ MIGRAÇÕES E DESLOCAMENTOS

Coordenadora: Bela Feldman-Bianco (UNICAMP)

Vice-coordenadora: Marcia Anita Sprandel (Senado Federal)

Gabriel de Santis Feltran (UfSCar/CEM)

Giralda Seyferth (Museu Nacional/UFRJ)

Igor José de Renó Machado (UFSCar)

COMITÊ DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE

Coordenadora: Adriana Dias (UNICAMP)

Debora Diniz (UnB)

Luiz Gustavo P S Correia (UFRGS)

COMITÊ DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE ANTROPÓLOGO

Coordenador: Henyo Trindade Barretto Filho (IEB)

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA NAS CIÊNCIAS HUMANAS

Coordenador: Luiz Fernando Dias Duarte (MN/UFRJ)

Vice-Coordenadora: Cynthia Sarti (UNIFESP)

Ceres Victora (UFRGS)

Debora Diniz (UnB)

COMISSÕES, GTS E CONSELHOS ONDE A ABA POSSUI REPRESENTAÇÃO

GT Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas

Coordenador: Luiz Fernando Dias Duarte (MN-UFRJ/ABA)

Vice-Coordenadora: Cynthia Sarti (UNIFESP/ABA)

Ceres Victora (UFRGS/ABA)

Debora Diniz (UnB/ABA)

Luiz Antonio de Castro Santos (Instituto de Medicina Social da UERJ)

Selma Leitão (UFPE/ANPEPP)

Helder Boska Sarmiento (UFSC/ABEPSS)

Dirce Bellezi Guilhem (UnB/CEP-IH)

Daniela Alves de Alves (UFV/ESOCITE.BR)

Francisco Botelho (UCB/ABED)

Cesar Bolaño (ULEPICC-Br)

Angela Maria de Castro Gomes (ANPUH)

Neusa Maria Bastos F. Santos (ABEC)

GT Técnico-Profissional do Plano Popular da Vila Autódromo

Titular: Marco Antônio da Silva Mello (UFF)

Suplentes: Felipe Berocan Veiga (UFF), Soraya Silveira Simões (UFRJ) e Leticia de Luna Freire (UFF)

Câmara Temática Conhecimento Tradicional Associado do Ministério do Meio Ambiente

Titular: Henyo Trindade Barretto Filho (IEB)

Comissão Intersetorial de Saúde Indígena do Conselho Nacional de Saúde (CISI/CNS)

Titular: Renato Athias (UFPE)

Suplente: Esther Jean Langdon (UFSC)

Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena do MEC - CNEEI

Titular: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ)

Suplente: Antonella Maria Imperatriz Tassinari (UFSC)

Conselho Consultivo do IPHAN sobre Patrimônio Cultural

Titular: Roque de Barros Laraia (UnB)

Suplente: Manuel Ferreira Lima Filho (UFG)

Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus IBRAM

Titular: José do Nascimento Junior (IBCP)

Suplente: Alicia Norma González de Castells (UFSC)

Conselho Consultivo do Memórias Reveladas - MJ

Titular: José Sérgio Leite Lopes (MN/UFRJ)

Suplente: Moacir Gracindo Soares Palmeira (MN/UFRJ)

O texto que segue dá conta de atividades desenvolvidas pela Gestão Diálogos Antropológicos – expandindo fronteiras.

Algumas desenvolvidas no âmbito nacional outras no âmbito internacional. Algumas acadêmicas, como os eventos, palestras, cursos, livros, e-books; outras políticas, como as reuniões de advocacy, as moções e as cartas aos gestores de políticas públicas. O que cada uma das Comissões da ABA realizou está descrito separadamente.

Foram dois anos bastante produtivos.

Se tivesse que sublinhar atividades, atentaria especialmente para o incremento do papel de liderança da ABA entre as Associações de Ciências Humanas, com a criação e coordenação de um Fórum de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, que muito rapidamente se constituiu em uma instância política das mais importantes na defesa dos interesses da área. O Fórum, que hoje reúne mais de 40 Associações, iniciou com a busca de uma saída política para o controle da ética na pesquisa, mas rapidamente ampliou o âmbito de suas demandas, com a denúncia da exclusão das Ciências Humanas do Programa Ciência Sem-Fronteiras, e com a reivindicação de uma Diretoria de Ciências Humanas e Sociais no CNPq, que foi finalmente aprovada pelo Conselho Diretor do CNPq. Destacaria, portanto, a criação desta instância política, mas também iniciativas mais modestas, como o retorno da Abinha na 29RBA, espaço para acolher as crianças dependentes de participantes do Congresso.

O diálogo direto com os produtores de políticas públicas foi intensamente buscado pela diretoria da ABA e por suas Comissões. Fomos ao encontro do Ministro da Justiça, no seu gabinete, para tratar da gravíssima situação dos índios, dos perigos da reformulação dos procedimentos para a demarcação de terras, das ameaças às terras já demarcadas; estivemos com o Ministro da Casa Civil, diante de um auditório repleto de índios Mundurucu; estivemos com o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação para procurar uma solução ao grave problema criado pelo modo como vem sendo feito o controle da ética na pesquisa nas ciências humanas, e mantivemos representantes no Grupo de Trabalho do CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) criado para analisar uma possível reformulação da Resolução 196/96, com o objetivo de elaborar uma normatização específica para as disciplinas das humanidades.

Estes últimos anos da ABA viram também um incremento considerável na Comunicação, especialmente com a criação da TV ABA, que divulga palestras e eventos antropológicos realizados em todo o Brasil on-line, e da revista de divulgação Novos Debates. São duas iniciativas levadas adiante pela nova geração de antropólogos da ABA, que se somam às da gestão anterior, quando se criaram páginas nas redes sociais. Nosso portal foi reformulado, e é hoje, junto com as páginas da ABA nas redes sociais, espaço poderoso para incrementar nossos diálogos e debates. Quando assumimos a ABA, as mensagens no Facebook eram acessadas por no máximo duas mil pessoas. Este número foi multiplicado por dez nos últimos dois anos - e o post anunciando a nova Ministra das Relações Raciais, uma Associada da ABA que se diz orgulhosa de sê-lo, foi acessado por mais de 50 mil pessoas.

Destaco também a continuidade da VIBRANT, que atingiu dez anos e uma solidez editorial admirável. E da editora de livros impressos e eletrônicos da ABA, duas iniciativas que atestam a vitalidade de nossa produção acadêmica.

Para manter esta vitalidade, realizamos eventos em todo o país, que incrementaram o diálogo com nossa comunidade. Foram mais de 20 eventos nestes dois anos, que contaram com a organização entusiasmada de colegas de todo o país, abordando temas de interesses diversos: a regulamentação da profissão, a ética na pesquisa, a demarcação de terras indígenas e quilombolas, etc.

Internacionalmente, trouxemos para o Brasil o mais importante congresso mundial de Antropologia, o Congresso da IUAES, que será realizado em Florianópolis em 2018. Mantivemos a presença da ABA no âmbito das duas instituições internacionais, a IUAES que conta com dois vice-presidentes ex-Presidentes da ABA, e também no âmbito do Conselho Mundial de Associações Antropológicas, com a permanência de nossa representação no Comitê Organizador da WCAA.

Financeiramente, temos a satisfação de deixar a ABA com mais de três vezes de dinheiro em caixa com o que a recebemos. A 29ª RBA, organizada em Natal, teve um lucro líquido de mais do que o dobro da RBA anterior - que já foi lucrativa, o que raramente é o caso. Isto dará os fundos necessários para que a próxima diretoria possa levar adiante os projetos que fortalecerão nossa Associação.

Agradeço a confiança da comunidade antropológica depositada nesta diretoria. Foi uma honra liderar a ABA nestes dois anos.



Carmen Rial

• Reunião na SBPC, SP.

Data: 09 de abril de 2013.

Presentes: Presidente da ABA e ex-Presidente Bela Feldman-Bianco.

Assunto: encontro com o Ministro do MCTI.

• Audiência com Assessora do Ministro do MCT&I

Data: 15 de abril de 2013

Presentes: Presidente da ABA, Presidente da ANPOCS e Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas

Assunto: atuais procedimentos envolvendo o controle da ética na pesquisa e a viabilidade da formação de um novo comitê, ligado ao MCTI.

• Audiência com Ministro do MCT&I

Data: 22 de abril de 2013

Presentes: Presidente da ABA e Presidente da ANPOCS

Assunto: questões vitais para as Ciências Sociais e Humanas: novo Conselho Nacional de Ética na pesquisa para a área, a participação das humanidades no Programa Ciência Sem Fronteiras, uma diretoria específica no âmbito do CNPq e a criação de um Instituto de Ciências Sociais no MCTI.

• Procuradoria Geral da República/6ª Câmara

Data: 03 de junho de 2013

Presentes: Vice-Presidente da ABA, Coordenador da CAI e Secretários da CAI

Assunto: dimensões e implicações do processo de demarcação de terras indígenas a ser implantada pelo Ministro da Justiça (que segundo as notícias veiculadas na mídia incluiria consultas à Embrapa, ao Incra e aos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário); a elaboração de laudos, suas metodologias bem como seus vários usos e significados.

• Reunião na FUNAI

Data: 05 de junho de 2013

Presentes: Presidente da ABA, Coordenador da CAI e Secretários da CAI.

Assunto: continuidade a tentativa de diálogo em torno da proposta de nova metodologia para a demarcação de



terras indígenas. Decidiu-se pela organização de um encontro sobre pericia nas demarcações de terras indígenas e quilombos para o início de setembro.

• **Reunião na Secretaria Nacional de Articulação Social da Presidência da República**

Data: 05 de junho de 2013

Presentes: Presidente da ABA, Coordenador da CAI e Secretários da CAI

Assunto: graves

acontecimentos dos últimos dias envolvendo a repressão aos grupos indígenas assim como a possível reformulação dos critérios de demarcação de terras indígenas, que colocam em risco direitos constitucionais.



• **Reunião histórica das Associações de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas**

Data: 11 de junho de 2013

Assunto: discutir a formação de um novo Conselho de controle da ética na pesquisa. Criar o Fórum de Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas reunindo as associações da área.



• **Reunião na FUNAI**

Data: 11 de setembro de 2013

Presentes: Coordenador da CAI e Secretários da CAI

Assunto: Seminário sobre o trabalho do Antropólogo.

• **Audiência com Ministro da Justiça**

Data: 24 de outubro de 2013

Presentes: Coordenador da CAI, Secretários da CAI e Presidente da FUNAI

Assunto: Processo demarcatório das Terras Indígenas.

• **Reunião no INCRA**

Data: 12 de novembro de 2013

Presentes: Ellen F. Woortman, vice-presidente, Andrea Lobo, Tesoureira Adjunta e Carlos Guedes, Presidente do INCRA

Assunto: traçar ações conjuntas entre o INCRA e a ABA

• **Reunião na FUNAI**

Data: 18 de dezembro de 2013

Presentes: Fabio Mura (CAI), representantes da Diretoria de Proteção Territorial (DPT) da FUNAI

Assunto: situação das terras Guarani Kaiowa e Guarani Nandéva em Mato Grosso do Sul

Apoiamos/organizamos:

- Evento ABA/Sul em Porto Alegre *Ética na Pesquisa*;
- Evento ABA/Sul em Curitiba: *Seminário Antropologia e Desenvolvimento*;
- Em Florianópolis, o encontro *Ética e Regulamentação da Pesquisa*;
- Em Florianópolis, o *Simpósio TransOceanik*;
- Em São Bonifácio (SC) *100 anos de Egon Schaden*;
- Em Manaus, Evento ABA/Norte, *Seminário Antropologia e Políticas para os Povos Indígenas*;
- Em Boa Vista, Evento ABA/Norte, em Boa Vista: *A prática Antropológica: Ética, profissionalização e novos desafios*;
- Em João Pessoa: *Simpósio Laudos antropológicos em perspectivas*;
- Em Recife, *Seminário Nacional de Saúde Indígena*; em Brasília: *Seminário Saúde indígena – Opas/ABA*;
- Em Vitória, *Seminário de Direitos Constitucionais Quilombolas*;
- Na rede seminário virtual *Língua e Conhecimento Antropológico*.

Além disto, tivemos parcerias em outros eventos:

- Em Natal, *II Colóquio Franco-Brasileiro: Antropologia das Fronteiras*,
- Em Brasília, *Seminário Educação Superior de Indígenas no Brasil: Balanços de uma década e subsídios para o futuro*;
- No Rio de Janeiro, *IV Seminário Imagens e Narrativas*; em São Paulo, no *Seminário Imagem, Pesquisa e Antropologia*;
- Em Belém, no seminário *Saúde Indígena*.

A presidência da ABA fez conferências:

- Em Fortaleza, na IV REA/XIII ABANNE;
- Em Viçosa, na aula inaugural do curso de Ciências Sociais;
- Em Natal, XII Semana de Antropologia;
- Em Niterói, VII Jornada de Alunos do PPGA-UFF.
- Em Portugal, no Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia.

A ABA se esteve nas mesas de abertura do *Fazendo Gênero 10, Desafios atuais dos Feminismos*; do *Seminário sobre Licenciaturas Interculturais Indígenas em Universidades Federais Brasileiras*; no lançamento da *Licenciatura Quilombola na UFSC*, no *Seminário Educação Superior de Indígenas no Brasil*; no *II Encontro Mexicano Brasileiro de Antropologia*.

Esteve presente através da presidente ou da vice-presidente, em mesas na 65ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, no 37º Encontro Anual da ANPOCS; no XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH e no "Antropologias em Trânsito: formações entre o campo e a escrita", PPGAS/UFSC. E, na Flórida, no Colóquio *Emergent*

Brazil, em Córdoba, na X Reunião de Antropologia do Mercosul; em Manchester, na 17th IUAES World Congress, *Evolving Humanities, Emerging Worlds*, em Vila Real, V Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia, em Victoria, Canada, *CASCA Conference 2013*.

ABA participou este ano da Oficina sobre o Processo de Regulamentação da Consulta Prévia da Convenção 169 da OIT; da Audiência Pública sobre demandas de Comunidades Quilombolas; da Mesa Permanente de Regularização de Territórios Quilombolas – SP; da Oficina Desafios de Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas; da Oficina Nacional sobre Metodologias de Atenção à Saúde, Proteção e Promoção de Direitos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato no Brasil.

EXPOSIÇÃO ITINERANTE DO PRÊMIO PIERRE VERGER 2012

Data: 19 de março a 30 de abril de 2013

Local: Galeria Imago, São Paulo/SP



“EMERGENT BRAZIL” – 62ª CONFERENCIA ANUAL DO CENTRO PARA ESTUDOS LATINO AMERICANO DA UNIVERSIDADE DA FLÓRIDA

Carmen Rial e Renato Athias, Presidenta e Secretário da ABA, participam de atividades



do Emergent Brazil a 62ª Conferencia anual do Centro para Estudos Latino Americano da Universidade da Flórida nos dias 14 e 15 de fevereiro, realizado em parceria com o Centro de Pesquisa e documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas.

XII SEMANA DE ANTROPOLOGIA – ANTROPOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS

ÉTICA NA PESQUISA ANTROPOLÓGICA

Data: 23 e 24 de maio de 2013

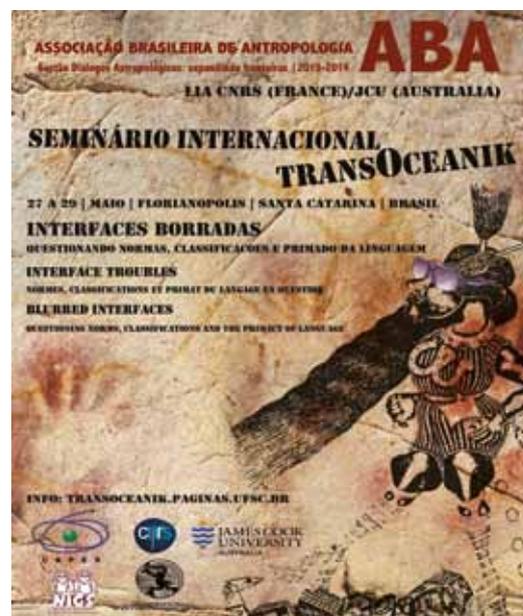
Local: IFCH – UFRGS – Porto Alegre RS



SEMINÁRIO INTERNACIONAL TRANSOCEANIK

Data: 27 a 29 de maio de 2013

Local: UFSC, Florianópolis/SC



SEMINÁRIO SOBRE LICENCIATURAS INTERCULTURAIS INDÍGENAS EM UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS: CONTEXTOS E PERSPECTIVAS

Data: 28 e 29 de maio de 2013

Local: UFSC | Florianópolis/SC



A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO E DA PESQUISA ANTROPOLÓGICA: QUAIS SÃO OS DESAFIOS A ENFRENTAR

Data: 20 de junho

Local: UFSC - Florianópolis/SC

PRÊMIO NACIONAL PIERRE VERGER

Data: 17 de junho a 12 de julho de 2013

Local: São Paulo/SP

Secretaria Municipal de Cultura, Aliança Francesa de São Paulo,
Associação Brasileira de Antropologia (ABA)

APRESENTAM

exposição

PRÊMIO NACIONAL PIERRE VERGER

Fotografia e Vídeo Etnográfico

de 17 de junho a 12 de julho de 2013

SALAS ANTONIO CARINGI E INAH D'ÁVILA COSTA

Centro Cultural Adail Bento Costa, Pça. Cel. Pedro Osório, casarão 2

Foto: Mariana Argenta

Visita comentada com o Prof. Carlos Recuero (UCPel) | 19 de junho - 18h

**VII PRÊMIO
PIERRE
VERGER**
DE ENSAIOS FOTOGRÁFICOS

Desde 2002, a ABA – Associação Brasileira de Antropologia vem promovendo o Prêmio Pierre Verger de Ensaios Fotográficos com o objetivo de laurear produções de cunho antropológico que se destacam em suas qualidades técnicas e estéticas, bem como heurísticas.

Os critérios de seleção e avaliação levam em consideração o diálogo com o outro, a produção de conhecimento advinda do contato com a alteridade e a própria experiência etnográfica.

Em sua sétima edição, foram contemplados dez ensaios aqui exibidos em suporte fotográfico e que concorreram ao Prêmio. Esse corpus imagético revela a excelência, o esmero e o rigor de produções dessa natureza, onde o olhar artístico necessariamente alia-se ao método científico.

Comissão Organizadora:

Edgar T. da Cunha (Presidente)
Andreas Valentin
Lisabete Coradini
Marcos Alexandre Albuquerque
Paula Morgado

Comissão de Júri:

Catarina Alves
Claudia Cardoso Mesquita
Ronaldo Entler

Comissão Organizadora Local:

Claudia Turra Magni
Mauro Bruschi
Giorgio Ronna

Realização:



Apoio:



Apoio local

Pelotas - RS:



ANTROPOLOGIA COMO PROFISSÃO: REGULAMENTAR OU NÃO?

Data: 25 de junho de 2013

Local: UFMA

**PROGRAMAÇÃO DA ABA NA RAM**

Dia 11/7 9:00-12:00 Baterias D Aula 1

Pesca, transformações sociais e políticas públicas no Mercosul

Coordenadora: Márcia Calderipe (UFAM/ABA)

Palestrantes:

Letícia D'Ambrosio (UDELAR/Uruguay)

Gianpaolo Knoller Adomilli (FURG, Brasil)

Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão (UFRPE)

Dia 11/7 9:00 – 12:00 Baterias A Aula 2

O Ensino de Antropologia Visual nas Universidades do Mercosul

Coordenador: Renato Athias (UFPE/ABA)

Palestrantes:

Gastón Carreño (U Chile)

Nicolas Guigou (UDELAR)

Andrea Barbosa (UNIFESP)

Dia 12/7 9:00 – 12:00 Baterias A Aula 2

Questões atuais e perspectivas no Futebol do Mercosul

Coordenador: Ruben Oliven (UFRGS/ABA, Brasil)

Palestrantes:

Carmen Rial (UFSC/ABA, Brasil)

Arlei Damo (UFRGS, Brasil)

Mattias Gódio (U.N. de Tres de Febrero UNTREF, Argentina)

Dia 13/7 9:00 – 12:00 Baterias D Aula 5

Perspectivas antropológicas sobre o governo de crianças: Moralidades, autoridades e subjetividades

Coordenadora: Claudia Fonseca

Debatedora: Maria Gabriela Lugones

Palestrantes:

Laura Santillon (UBA - Argentina)

Carla Villalta (UBA - Argentina)

Flavia Pires (UFPB – Brasil)

Dia 13/7 9:00 – 12:00 Baterias C Aula 9

FÓRUM TERRITÓRIOS INDÍGENAS: MODOS DE RECONHECIMENTO E PERSPECTIVAS DE AUTONOMIA

Composição:

João Pacheco de Oliveira (Museu Nacional/ABA) (coordenador);

Axel Lazzari (UBA/UNSAN, Argentina);

Nicolas Richard (CRNS/Université de Rennes, França);

Luis Campos (UHC, Santiago, Chile);

Rodrigo Villagra (Paraguay)

Pablo Mamani (Revista Willka, Bolívia)

Tonico Benites (UEMS e Aty-Guassu, Brasil)

ABA NO XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH

De 22 a 26 de julho realizou-se em Natal, nas instalações da UFRN o XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH que teve como tema: Conhecimento Histórico e Diálogo Social. A convite do Presidente da ANPUH, Prof. Benito Schmidt, a Profa. Ellen F. Woortmann, representando a Presidente da ABA Profa. Carmen Rial, participou da Mesa Associações Científicas e Diálogo Social. A Profa. Ellen na sua fala, após fazer um relato da trajetória histórica da ABA desde a ótica acadêmica, destacou a importância das contribuições da entidade em momentos-chave do cenário nacional, tais como na elaboração da Constituição de 1988 e na Rio 92. Destacou também a importância da ABA na defesa dos direitos de grupos tradicionais em situação de risco e no apoio a movimentos sociais. A Mesa contou com a participação do Presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Prof. Renato Emerson N. dos Santos, e da Profa. Julie Cavignac, representando o Presidente da ANPOCS, Prof. Gustavo Lins Ribeiro.



SEMINÁRIO EGON SCHADEN

Data: 25 e 26 de julho de 2013

Local: São Bonifácio/SC



Com o advento do centenário do nascimento Egon Schaden, a Universidade do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura Municipal de São Bonifácio, com apoio decisivo da Universidade Federal da Fronteira Sul e da Universidade Federal de Santa Catarina, se sentiram motivadas para atender ao chamamento da Associação Brasileira de Antropologia e realizar diversas atividades (pesquisa, ensino, extensão) e eventos para marcar de maneira adequada esta ocasião. Estas atividades culminarão no “Seminário Cem Anos de Egon Schaden”, a ser realizado na cidade de São Bonifácio/SC, nos dias 25 e 26 de julho de 2013.

O seminário busca portanto marcar a memória do centenário do nascimento, refletindo sobre a obra de Egon Schaden.

O seminário comemorativo do centenário do nascimento de Egon Schaden, realizado na pequena cidade de São Bonifácio no interior de Santa Catarina, onde Egon nasceu, reuniu durante dois dias importantes antropólogos contemporâneos de Schaden: Bartomeu Meliá, Roque Barros Laraia, Júlio César Melatti e João Baptista Borges Pereira. A Presidente da ABA coordenou a mesa onde os três tenores da antropologia brasileira fizeram um balanço das ideias de Schaden, sublinhando o seu papel pioneiro nos estudos dos mitos indígenas, um trabalho que contraria as proposições de Frazer que considerava os mitos histórias congeladas no tempo, e antecede Lévi-Strauss. O evento foi organizado pelos antropólogos Pedro Martins e Tania Welter, ocasião em que foi apresentado depoimento de Antônio Cândido, gravado em São Paulo. Cândido, juntamente com Egon, Gioconda Mussolini e José Francisco de Camargo constituíam um grupo de estudos que por anos reuniu-se para ler e discutir antropólogos estrangeiros.

O seminário teve a presença de familiares do professor Egon Schaden, autoridades de São Bonifácio, antropólogos, estudantes de diversas IES e estudantes Guarani, Xokleng e Kaingang da licenciatura indígena da UFSC que assistiram relatos como o massacre do indígena no município, testemunhado por Francisco Schaden (pai de Egon). Danças alemãs e cantos dos indígenas presentes também foram parte do encontro.

SEMINÁRIO VIRTUAL: LÍNGUA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ANTROPOLÓGICO/ LANGUAGE AND THE PRODUCTION OF ANTHROPOLOGICAL KNOWLEDGE/LA LANGUE ET LE SAVOIR ANTHROPOLOGIQUE

Data: 15 de outubro de 2013

Organização: EASA (Associação Europeia de Antropólogos Sociais,

ABA (Associação Brasileira de Antropologia),

AAA (Associação Americana de Antropologia) e

CASCA (Sociedade Canadense de Antropologia)

Seminário Virtual: língua e produção do conhecimento antropológico/ language and the production of anthropological knowledge/La Langue et le savoir anthropologique

easa **ABA** **ASA**
Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1966
A · M · E · R · I · C · A · N
A · N · T · H · R · O · P · O · L · O · G · I · C · A · L
A · S · S · O · C · I · A · T · I · O · N

UM SEMINÁRIO VIRTUAL COMO PROJETO PILOTO.
UMA COLABORAÇÃO ENTRE QUATRO ASSOCIAÇÕES (EASA, ABA, AAA E CASCA).
UMA PLATAFORMA MÚLTIPLA PARA UM PROJETO MULTILÍNGUE.
INSCREVA-SE E PARTICIPE <http://www.wcaanet.org/events/webinar>.

15 DE OUTUBRO: DE 11.00 às 13.00 HRS

Os textos já estão disponíveis on line.

FÓRUM PERMANENTE SOBRE DESENVOLVIMENTO - SEMINÁRIO ANTROPOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

Data: 17 e 18 de outubro de 2013

Local: UFPR, Curitiba/PR

SEMINÁRIO SAÚDE E INTERCULTURALIDADE - DISCUTINDO ANTROPOLOGIA NOS SERVIÇOS DE SAÚDE ENTRE OS POVOS INDÍGENAS

Data: 25 de outubro de 2013

Local: UnB

5º FESTIVAL DO FILME ETNOGRÁFICO DO RECIFE

Data: 28 a 31 de outubro de 2013

Local: Recife



I SIMPÓSIO MEMÓRIA DAS ÁFRICAS - VISÕES COMPARADAS

Data: 11 e 12 de novembro de 2013

Local: UFRN

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA
ABA

Gestão Diálogos Antropológicos: expandindo fronteiras 2013 - 2014
 Fórum Permanente sobre Desenvolvimento - Seminário Antropologia e Desenvolvimento
 Universidade Federal do Paraná - Curitiba

Dia 11/10/2013
 09:00
 Abertura: Prof. Dra. Carmen Szai - Presidente da Associação Brasileira de Antropologia
 Prof. Dra. Ediene Collado de Lima - Coordenadora PPGAS/UFRN
 Prof. Dr. Ricardo Cid Fernandes - Coordenador do Evento (PPGAS/UFRN)

09:30 - 13:00
 Mesa: Antropologia e desenvolvimento
 Prof. Dr. Russell Perry Scott (UFFR) - Coordenador: Caroli Pires Indaiatã, Nelo Andriani e Graciele Pinheiro
 Comunicação intitulada: "Processo de Desenvolvimento no Rio São Francisco: Administração, impactos e desigualdades"
 Dr. Hélio Trindade Barreto Filho (IEB) - Comissão especial de apoio à presidência: Assessoria sobre meio ambiente
 Comunicação intitulada: "Do deserto, dentro: esta palavra desenvolvimento? dependo de narrativas e a formação de subjetividades contra-hegemônicas"
 Alvaro Kressli - Representante indígena
 Comunicação intitulada: "Processo de Envolvimento das Comunidades Indígenas: um novo olhar sobre as economias locais"
 14:00 - 17:00
 Mesa: Populações citadinas
 Prof. Dr. André Zucchi (UFMG) - Comissão especial de apoio à presidência: Assessoria sobre meio ambiente
 Comunicação intitulada: "Deslocamentos múltiplos e a complexificação do desenvolvimento"
 Prof. Dra. Sônia Higabites (UFPA)
 Comunicação intitulada: "Deslocamento: Complexidade no caminho de grandes barreiras: as imigrantes e o indígena"
 Antropologia Urbana e Rural
 Comunicação intitulada: "Urbanização lenta e povos indígenas: história, estudo de caso e reflexão"
 Prof. Dr. Ricardo Cid Fernandes (UFRN)
 Comunicação intitulada: "Práticas e realidades indígenas e não indígenas na beira do rio Uruguai"

Dia 18/10/2013
 09:00 - 12:00
 Mesa: Grandes Projetos e Licenciamentos Ambientais
 Prof. Dra. Evelyn Schuler Zies (UFSC)
 Comunicação intitulada: "Povos indígenas e políticas de desenvolvimento no Brasil: Brasil Paraí"
 Dra. Debora Bessa (PPGAS/UFPA)
 Comunicação intitulada: "O Estado não está lá": Estratégias empresariais no licenciamento ambiental de grandes projetos industriais"
 Mesa: Antropologia Mercado Aberto (PPGAS/UFRN)
 Comunicação intitulada: "A indústria do projeto em terras indígenas do Cuiari do Itaipó do Paraná"
 Comunicação: Prof. Dra. Ediene Collado de Lima (PPGAS/UFRN)
 Comunicação intitulada: "Aonde leva o desenvolvimento? Do uso da governança do BR-344 no TI Katiakú - Vale do Juruá, Acre"
 14:00 - 17:00
 Mesa: Múltiplos na Beira do Tibagi
 Dra. Luciane Ramos (PREF/Londrina)
 Comunicação intitulada: "Grandes empreendimentos e impactos sobre populações indígenas: entre tradicionais processos de reconhecimento de direitos ou novas rotinas para antigos territórios de colonização"
 Prof. Dr. Cláudio Tullius Pires (USP)
 Comunicação intitulada: "Desigual e contraditório: índios e brancos no vale do Rio Tibagi - PR no século XXI"
 Antropologia Paulo Roberto Homem de Deus (PPGAS/UFRN)
 Comunicação intitulada: "Aonde leva o desenvolvimento? O processo de elaboração e execução do PEA: Comunidade Indígena de Uruí, Mato"
 Lideranças indígenas do rio Tibagi
 18:00
 Encerramento: Recolhida da Associação Brasileira de Antropologia
 Coordenação do PPGAS/UFRN
 Coordenação do Evento

OFICINA DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL DE TERRAS INDÍGENAS /PNGATI

Data: 11 e 12 de novembro de 2013

Local: Brasília/DF

Dia 12/11 (terça)

08:00-08:30
 Credenciamento dos participantes

08:30-09:30
 Mesa Abertura: Micael Maria Batista dos Santos (SECAD/MS), Jairo Coutinho (PIMA), Jaime Stevez (CGSAM/FLNIA), Ellen Woortmann (ABA), Henro Barreto (IEB), Antonio Carlos de Souza Lima (LACED) e Fábio Vaz (SPN) - 07 minutos cada.

09:30 - 10:30
 Painel introdutório: gestão ambiental e territorial no quadro das políticas públicas (15 min. cada)
 Antonio Carlos de Souza Lima (política indigenista), Gerson Barilwa (movimento indígena), Luis Donbata (educação indígena), e Henro Barreto (PNGATI).
 Intervalo (10 minutos)

10:40- 12:20
 Mesa 1: Algumas experiências a partir de ONGs e organizações indígenas (15 min. cada)
 1. CUB/IB: Sônia Wapichana
 2. CAP/ICOM: Lídio Flores Terena
 3. RCI: Vera Otinda
 4. Pesquisadores: Patáxó, Tiago Mota Cardoso
 Moderador: Cláudio Corneta (IEB)

Debate (40 minutos)

Almoço

14:00 - 16:00
 Mesa 2: Algumas experiências a partir de IFETS e universidades (15 min. cada)
 5. FAM/SG: Francinete Soares Martins
 6. COP/IB: Mônica Rogério
 7. INIB/IB: Cidaí Ramalho
 8. Gestão na LIC: InterCultural/UFSC: Lucas Reis Bueno.
 Moderador: Antônio Coutinho (UFGD)

Debate (40 minutos)

Intervalo (20 minutos)

16:00 - 18:00
 Mesa 3: Algumas experiências a partir do poder público (15 min. cada)
 1. Processos formativos no âmbito do PNGATI e do Projeto GATI: Jaine Siqueira (FLNIA) e André Ramos (Programa Maturidade)
 2. Projeto Fomar PNGATI: Cláudio Corneta (IEB)
 3. A Prática da "Casa de Formação": Izomar Terena (Núcleo Regional do GATI/MS)
 4. Os Dilemas da ATER indígena: Sônia Ferrari
 Moderador: Fábio Vaz (SPN)

Jantar

Dia 13/11 (quarta)

08:30-09:30
 Orientação para os trabalhos em grupos - reforçando as questões estratégicas orientadoras

09:30 - 10:30
 Trabalhos em grupos - previsto de seis grupos com, no máximo, dez componentes cada, incluindo representantes de tipos de instituições distintas (universidades, ONGs, associações indígenas, IFETS e órgãos) para trabalhar em cima de todas as "questões estratégicas".

Intervalo (10 minutos)

10:40- 12:20
 Trabalhos em grupo (continuação).

Almoço

14:00 - 16:00
 Apresentação dos resultados dos trabalhos em grupos.

Debate (40 minutos)

Intervalo (20 minutos)

16:00 - 18:00
 Sistematização geral dos resultados dos trabalhos em grupo e encaminhamentos finais.
 Avaliação e encerramento

Jantar

Perguntas estratégicas orientadoras

1. Quais são os possíveis formatos empregados nos processos formativos voltados para a gestão territorial no Brasil indígena de hoje?
2. Quais são as estratégias metodológicas/pedagógicas dos processos formativos voltados para a gestão territorial?
3. Quais são os conteúdos e os temas importantes a serem trabalhados nos processos formativos voltados para a gestão territorial?
4. Quais são as possibilidades de inserção e arranjos institucionais de implementação dos processos formativos voltados para a gestão territorial (universidades, associações indígenas, ONGs, FLNIA) e outros órgãos públicos?
5. Como os processos formativos voltados para a gestão territorial podem contribuir para a implementação do PNGATI, elaboração de RCTIs e outras políticas públicas voltadas para os povos indígenas?
6. Quais as possibilidades de interface entre os processos formativos voltados para a gestão territorial em Terras Indígenas com outros segmentos da sociedade com processos similares de territorialização, tais como quilombolas, povos e comunidades tradicionais, pequenos agricultores e agro-extrativistas?

FÓRUM PERMANENTE SOBRE DESENVOLVIMENTO - SEMINÁRIO ANTROPOLOGIA E POLÍTICAS PARA OS POVOS INDÍGENAS

Data: 13 de novembro de 2013

Manaus/AM

**SEMINÁRIO: A PROFISSÃO DO ANTROPÓLOGO**

Data: 13 e 14 de novembro de 2013

Local: UFRR, Boa Vista/RR

FÓRUM "A PRÁTICA ANTROPOLÓGICA: ÉTICA, PROFISSIONALIZAÇÃO E NOVOS DESAFIOS"

Data: 13 a 14 de novembro de 2013

Local: UFRR

Local: Auditório do Instituto de Antropologia da UFRR

Data: 13 a 14 de novembro de 2013

Taxa de inscrição: R\$ 10,00

Vagas: 100

Comissão Organizadora

Carlos Alberto Marinho Cirino
 Elaine Moreira
 Madiana Valéria de Almeida Rodrigues
 Karolayne Mota Rodrigues
 Melina Carlota Pereira
 Maria de Jesus Rodrigues Lima
 Angelica Cristina Eugenio Andre Moura
 Maria Luisa Ximenes Castelo Branco
 Samanna Silva Farias
 Laila Fernandes de M. Cesário

Reitora
Profª. Drª. Gioconda Santos e Souza MartinezPró-Reitor Graduação
Prof. Fábio Luiz WanklerPró-Reitoria de Extensão
Profª. Drª. Maria das Graças Santos DiasDiretor do INAN
Prof. Dr. Carlos Alberto Marinho CirinoCoordenador do Curso
Prof. Dr. Marcos Antonio Pellegrini

EXECUÇÃO: INAN/PRG/PRAE/NUISA/UFRR/ABA.

PROMOÇÃO:
Instituto de Antropologia e ABA.

SIMPÓSIO LAUDOS ANTROPOLÓGICOS EM PERSPECTIVA

27 a 29 de novembro de 2013

Local: UFPB

O Seminário *Laudos Antropológicos em Perspectivas* ocorreu entre os dias 27 e 29 de novembro, na Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, e teve transmissão online ao vivo pela TV ABA. Esta foi a segunda transmissão da TV ABA (a primeira foi durante do TransOceanik, em Florianópolis) que deverá estar funcionando regularmente em março de 2014. O Seminário, promovido pela CAI-ABA, em colaboração com o MPF e os programas de pós-graduação em Antropologia e em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), contou com a presença de antropólogos e de procuradores da República de diversos estados do país, além de uma representante da FUNAI. Foram três os eixos temáticos a orientarem os trabalhos, abordados em diversas mesas redondas e em um amplo debate ao final de cada dia. Esses eixos foram: 1) “Novos dispositivos jurídicos e seus efeitos sobre os laudos”; 2) “O papel do antropólogo, condicionantes em campo e que etnografia há nos laudos”; 3) “O ensino sobre laudos: conteúdos e a formação do antropólogo”. Como um ponto fundamental emergiu a preocupação com as situações pelo país em que há interferências de operadores do Direito sobre a metodologia propriamente



antropológica. Constatou-se que há uma grande recorrência de determinações judiciais da participação contemporânea em campo de partes conflitantes nas perícias antropológicas. Tal fato transporta para essa etapa dos trabalhos todas as tensões em causa, tornando tarefa do antropólogo o seu gerenciamento, e dificultando-lhe assaz a obtenção de dados adequados para a própria orientação e decisão dos juízes. Como definiram os representantes do MPF, esta se trata de uma interferência não qualificada sobre um objeto de natureza técnico-científica. Outro debate, levantado pelo MPF, foi a respeito dos parâmetros para definição dos limites de um território étnico. De modo unânime, os participantes anuíram que o antropólogo não tem por incumbência a negociação de limites geográficos mas sim a verificação ou não da ocupação tradicional, conforme ditam a Constituição Federal e sua regulamentação complementar. Ao fim do encontro, tomando-se os seus três eixos temáticos ordenadores, concluiu-se pela redação de um documento, a “Carta de João Pessoa”, que está em fase de elaboração e será brevemente divulgada.



Esses eixos foram: 1) “Novos dispositivos jurídicos e seus efeitos sobre os laudos”; 2) “O papel do antropólogo, condicionantes em campo e que etnografia há nos laudos”; 3) “O ensino sobre laudos: conteúdos e a formação do antropólogo”. Como um ponto fundamental emergiu a preocupação com as situações pelo país em que há interferências de operadores do Direito sobre a metodologia propriamente antropológica. Constatou-se que há uma grande recorrência de determinações judiciais da participação contemporânea em campo de partes conflitantes nas perícias antropológicas. Tal fato transporta para essa etapa dos trabalhos todas as tensões em causa, tornando tarefa do antropólogo o seu gerenciamento, e dificultando-lhe assaz a obtenção de dados adequados para a própria orientação e decisão dos juízes. Como definiram os representantes do MPF, esta se trata de uma interferência não qualificada sobre um objeto de natureza técnico-científica. Outro debate, levantado

IV SEMINÁRIO IMAGENS & NARRATIVAS - ANTROPOLOGIA VISUAL FLUMINENSE

28 de novembro de 2013

Local: UERJ



SEMINÁRIO NACIONAL COMITÊ QUILOMBOS

12 e 13 de dezembro de 2013

Local: UFES

O Seminário Nacional “Os direitos dos quilombos e o dever do Estado Brasileiro: análises dos 25 anos da Constituição Federal de 1988” ocorreu nos dias 12 e 13 de dezembro de 2013, na Universidade Federal do Espírito Santo, Campus de Goiabeiras, em Vitória (ES) e foi organizado pela Associação Brasileira de Antropologia, através de seu Comitê Quilombos. O evento contou com a presença e participação da presidente da ABA, de 19 (dezenove) pesquisadores de diversos estados brasileiros apresentando trabalhos sobre quilombos, sendo 10 (dez) deles integrantes do Comitê Quilombos da ABA. Contou ainda com a participação de 1 (um) representante da Coordenação Nacional das Comunidades dos Quilombos (CONAQ), 2 (dois) procuradores do Ministério Público Federal e 2 (dois) representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), além da participação de vários estudantes e professores da UFES. O evento foi organizado em quatro sessões, debatendo em cada uma delas os seguintes temas: 1) Processos de expropriação de territórios, conflitos e demarcadores de identidades: estudos de situações locais e regionais; 2) Os movimentos dos quilombos pelo direito ao território e as respostas do Estado: análises avaliativas; 3) Os quilombos no Espírito Santo e os demarcadores de



identidades: estudos de situações locais e regionais; 4) Os direitos dos quilombos: contexto nacional e situações locais. As análises avaliativas das políticas do Estado Brasileiro acerca dos direitos dos quilombos predominaram nos debates, tendo como resultado dois produtos finais: de imediato uma “Campanha pela Titulação dos Territórios Quilombolas”, que será divulgada nos próximos dias, e para 2014 um livro reunindo os textos que foram apresentados no seminário. Para que o seminário fosse realizado, duas comissões, uma organizadora e outra de apoio, conforme se verifica na programação anexa, foram fundamentais. Neste sentido, para que o seminário fosse realizado com sucesso, a coordenação do Comitê Quilombos expressa aqui os agradecimentos à diretoria da ABA e aos apoiadores do evento.

V JORNADA DE ESTUDOS SOBRE ETNICIDADE

16 e 17 de dezembro de 2013

Local: UFPE



CONFERÊNCIA LIVRE DA ABA PARA A COMIGAR

Data: 22 de março de 2014

Local: Brasília

Conferência Livre da ABA para a COMIGAR
1ª Conferência Nacional sobre Migração e Refúgio

A conferência livre será realizada na sala Roberto Cardoso de Oliveira, localizada no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas - CEPPAC - Campus Universitário Darcy Ribeiro - Multiuso II, 1º piso, Brasília, no dia 22, às 09:00hs. O comitê de Migrações e Deslocamentos da ABA convoca a todos interessados (acadêmicos, membros de organizações não governamentais, migrantes, refugiados) a contribuírem com propostas online (através do site www.portal.abant.org.br/aba/evento/aba-comigrar/index.php?id=0003) e, se possível, também com a presença no dia 22 de março de 2014, em Brasília, na UNB. O evento conta com uma primeira fase online, de envio de propostas até o dia 22 de março e a seguir uma reunião presencial onde se fará uma discussão final e priorização das propostas a serem encaminhadas. Para mais informações e envio de propostas utilize o link acima.

Comitê de Migrações e Deslocamentos

Comissão organizadora: Bela Feldman-Blanco (Unicamp); Denise Jardim (UFRGS); Giralda Seifert (Museu Nacional, UFRJ); Igor Machado (UFSCAR); Leonardo Cavalcanti (UnB); Marcia Annita Sprandel (Senado Federal); Sidney Silva (UFAM)*



IV SEMINÁRIO INTERUNIVERSITÁRIO - TERRAS INDÍGENAS E CRESCIMENTO ECONÔMICO: TEMPOS DE DÚVIDAS E DESAFIOS

Data: 24 e 25 de março de 2014
 local: Florianópolis



FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DA ANTROPOLOGIA NO BRASIL: NOVOS HORIZONTES ENTRE A CIÊNCIA E A POLÍTICA

Data: 15 e 16 de maio de 2014
 Local: UFPEL



SEMINÁRIO GRUPO DE ESTUDOS SOBRE O ABORTO /GEA

Data: 16 de agosto de 2014
 Local: Defensoria Pública de São Paulo

I SEMINÁRIO DE ANTROPOLOGIA INDÍGENA DE PERNAMBUCO: PESQUISAS E PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS

Data: 16 e 17 de setembro de 2014
 Local: UFPE

PARTICIPAÇÕES DA PRESIDÊNCIA DA ABA

- **“Emergent Brazil” – 62ª Conferencia anual do Centro para Estudos Latino Americano da Universidade da Flórida**

Data: 14 e 15 de fevereiro de 2013

Local: Florida/Estados Unidos

- **Seminário sobre Licenciaturas Interculturais Indígenas**

Data: 28 de maio de 2013

Local: UFSC, Florianópolis/SC

- **Aula inaugural do Curso de Ciências Sociais**

Dueto: A antropologia no Espaço Público

Data: junho/13

Local: Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG

- **XXVII Simpósio Nacional de História “Conhecimento Histórico e Diálogos sociais”**

Data: 22 a 26 de julho de 2013

Local: UFRN, Natal/RN

- **Sessão Solene da Assembleia Legislativa de SC em homenagem a Egon Schaden**

- **Conferência de abertura da IV REA e XIII ABANNE**

Data: 04 de agosto de 2013

Local: UFC, Fortaleza/CE

- **Conferência de encerramento da V APA**

Data: 13 de setembro de 2013

Local: Vila Real, Portugal

Dueto

Data: 11 de setembro de 2013

Local: Vila Real, Portugal

COMISSÃO DE ASSUNTOS INDÍGENAS

A principal lição aprendida no período foi que, ainda que não se consiga alterar radicalmente as políticas governamentais, a presença da CAI junto aos setores proponentes e executores de políticas públicas tem um peso e que devemos continuar a manter nossa presença ativa em Brasília, junto aos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), ao mesmo tempo que produzir conhecimentos nos campos específicos que podem impactar positivamente estas políticas públicas.

O reconhecimento do direito à terra aos indígenas ainda é um desafio, mais ainda quando se constata o crescimento da presença no Congresso Nacional de setores que pretendem restringir a sua aplicação, ou mesmo a revisão dos direitos assegurados na Constituição Federal de 1988. Os dados atuais indicam que de um total de 695 processo de reconhecimento oficial em andamento, apenas 466 alcançaram a última e derradeira etapa, que é a de “homologação” ou “reservada”, com ou sem registro em Cartórios de Registro de Imóveis (CRI) /ou no Serviço de Patrimônio da União (SPU). Durante o primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, foram homologadas somente onze (11) Terras Indígenas.

A isso se junta a constatação da importância de a CAI ter pessoas e estar cada vez mais presente e ativa nos estados e em nível local, interagindo com os agentes governamentais, defensores de direitos, a sociedade civil e com as comunidades indígenas e suas organizações. Isso decorre da constatação de que é nesse nível onde mais concretamente se dão as disputas e os conflitos pela terra e os recursos naturais nas Terras Indígenas; também, porque tem crescido o protagonismo das administrações estaduais e municipais na definição e na implementação de políticas setoriais para povos indígenas – como saúde, educação escolar, assistência técnica à produção, entre outras. Os antropólogos que integram a CAI podem exercer aí um importante papel, seja na geração de conhecimentos, seja na busca de soluções social e culturalmente adequadas.

Tendo em vista que vivemos em um país onde os deslocamentos são demorados e onerosos, é importante que a Comissão tenha um plano de trabalho o mais realista possível, e que seja pró-ativa na busca de apoio financeiro para viabilizá-lo. Sem isso, terá imensas dificuldades para atuar ou mesmo contribuir para o avanço do conhecimento sobre a situação dos povos indígenas no país e sobre as políticas indigenistas a eles destinadas por diferentes agências (governos, igrejas, empresas, ONGs etc.). Contar com o apoio de um projeto específico junto a Fundação Ford foi de fundamental importância para o trabalho da CAI no período.

EVENTOS QUE FORAM SIGNIFICATIVOS

O Seminário Laudos Antropológicos em Perspectivas, realizado em colaboração com o Ministério Público Federal (MPF) entre os dias 27 e 29 de novembro de 2013, na Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, e que teve transmissão online ao vivo pela TV ABA, proporcionou um passo importante no entendimento e na definição de estratégias da ABA, e da Comissão de Assuntos Indígenas (CAI) em particular, no que tange a atuação da Antropologia fora dos muros da Academia. Destaca-se a presença da Subprocuradora Geral da República, Deborah Duprat, e de professores de diferentes instituições federais. Cresce no âmbito da comunidade a demanda por um posicionamento institucional mais firme que oriente e fiscalize o exercício da profissão. Esse

acompanhamento se faz necessário não somente por questões éticas, mas principalmente pelos efeitos negativos do posicionamento do antropólogo em determinadas situações, especialmente aos grupos populacionais mais vulneráveis.

A CAI realizou nos dias 2 e 3 de agosto de 2014, em Natal (RN), véspera da 29ª reunião Brasileira de Antropologia (RBA), uma reunião da qual participaram a quase totalidade dos seus integrantes – somente dois não puderam estar presentes por motivos particulares. A reunião transcorreu com análises de conjuntura - nacional e das regiões de origem e/ou de atuação dos integrantes - e um balanço das ações da Comissão até esta data. Destaque para o canal de interlocução aberto com a Secretaria Geral da Presidência da República (SG-PR) no que se refere à regulamentação do procedimento de consulta prévia (OIT, 169); a incidência junto ao Ministério da Justiça (MJ) e à Fundação Nacional do Índio (Funai), para que não houvesse retrocessos no procedimento de reconhecimento dos territórios indígenas; o diálogo e as atividades conjuntas com a Procuradoria Geral da República (PGR); e ao apoio à mobilização das comunidades indígenas afetadas por obras de infraestrutura na Amazônia, especialmente as hidrelétricas (ex.: Belo Monte e Tapajós/Teles Pires), e em outras regiões do país (ex.: os Guarani da TI Morro dos Cavalos, SC). Também foi feita uma avaliação da atuação profissional de antropólogos em estudos de impacto socioambiental de empreendimentos (EIA) e em outros tipos de avaliação, peritagem etc. A reunião foi importante também para definir linhas de atuação e prioridades para o próximo período, sendo indicado atribuições e responsabilidades entre os participantes. O próximo presidente da ABA, professor Antonio Carlos Souza Lima, esteve participando da reunião, expondo resumidamente a sua avaliação do momento político no país e as oportunidades de atuação e intervenção da CAI.

Destacamos ainda a organização de fóruns temáticos, em que se buscou tratar de maneira ampla e aprofundada temas atuais relativos a situação e aos direitos dos Povos Indígenas no país. Entre outros, o direito de consulta prévia e de consentimento livre e informado; as políticas públicas para os povos indígenas em isolamento e de contato recente; e as repercussões da Ditadura Militar nos Povos Indígenas.

COMISSÃO INTERSETORIAL DE SAÚDE INDÍGENA

Informe Conciso de Renato Athias representante da ABA na Comissão Intersectorial de Saúde Indígena (CISI) do Conselho Nacional de Saúde. A CISI estabeleceu para seu plano de trabalho em 2013/2015 os seguintes objetivos:

- (1) apoiar à consolidação do Subsistema de Saúde Indígena (SASI);
- (2) apoiar à construção de políticas para indígenas urbanos;
- (3) Organizar e realizar da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena;
- (4) Ampliar da educação dos profissionais indígenas por meio das escolas técnicas do SUS;
- (5) promover educação popular em saúde indígena e valorização da medicina tradicional indígena.

Durante os anos de 2013 e 2014 atuou nas seguintes áreas/temáticas decidindo resoluções, e encaminhando moções ao Conselho Nacional de Saúde, buscando o fortalecimento a Política Nacional de Saúde Indígena, respeitando a especificidade cultural desses povos,

com as seguintes ações bem concretas: Acompanhou na medida do possível as ações da Secretaria Especial de Saúde Indígena/SESAI, principalmente fornecendo informações qualificadas dos DSEIs trazidas pelos membros indígenas da CISI; buscou nesses dois últimos anos atuar, com pouco penetração ainda na construção das prioridades da saúde indígena do PPA, LDO e LOA.

Acompanhou o desenvolvimento de ações no campo da saúde da mulher indígena e sobretudo, buscou atuar fortemente no acompanhamento da execução orçamentária da saúde indígena e as ações de saneamento nas terras indígenas. Outras questões que tiveram uma atenção privilegiada da CISI e que ainda estão sem uma decisão e que afetam as atividades específicas dos DSEIs: a) política de atenção a saúde para indígenas urbanos, acampados, isolados e recém-contatados; b) debate e discussão e tomada de providências para o concurso público diferenciado para a área da saúde indígena, ainda em processo de debate e decisão do Ministério do Planejamento; c) Discussão e acompanhamento na formação continuada dos profissionais indígenas de nível técnico e de nível superior, em especial dos Agentes Indígenas de Saúde e Agentes Indígenas de Saneamento.

Outras duas questões que entraram na pauta de discussão da CISI foram: a) debates ações de promoção de segurança alimentar e nutricional e etnodesenvolvimento, envolvendo regularização e ampliação das terras dos povos Indígenas no Brasil, ainda em discussão e ações que estão sendo realizadas especificamente; b) Acompanhamento as ações de prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas nas comunidades indígenas.

A Agenda da CISI em 2013 ficou ocupada com o debate sobre os desenvolvimentos da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, sobretudo na promoção da participação dos conselheiros nacionais nas etapas distritais da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena e na Avaliação e monitorar a implementação das propostas aprovadas na 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, que ainda não está em prática pela falta de um documento final do Conferencia. Esse documento foi apresentado na CISI em Julho de 2014 carecendo uma maior divulgação.

No último semestre de 2014 o principal assunto de debate na CISI foi a criação do INSI (Instituto Nacional de Saúde Indígena) que foi proposto pela SESAÍ para solucionar os principais problemas dos DSEI e que de forma contrária as decisões da V Conferência Nacional de Saúde Indígena. Esse instituto está sendo proposto pelos gestores da SESAÍ como a principal solução que as ações de saúde indígena possam ser de fato implementadas. No entanto a criação desse instituto ainda é uma ação sem um consenso entre os representantes indígenas dos CONDIs e das Organizações indígenas e indigenistas que atuam na área da saúde.

Documentos e Resoluções da CISI podem ser visualizados no site do Conselho Nacional de Saúde Indígena/MS.

COMITÊ QUILOMBOS

No decorrer da 28ª Reunião Brasileira de Antropologia realizada na PUC/SP, de 2 a 5 de julho de 2012, o Comitê Quilombos da ABA conseguiu eleger apenas um coordenador, Osvaldo Martins de Oliveira (UFES), ficando então dois nomes para possíveis vice-coordenadores:

Aderval Costa Filho (UFMG) e Raquel Mombelli (UFSC). Esses dois nomes foram confirmados, compondo uma coordenação colegiada juntamente com Osvaldo Martins de Oliveira no decorrer da IV REA/XIII ABANNE, realizada em Fortaleza (CE), de 04 a 07 de agosto de 2013. Neste evento, o Comitê realizou a primeira de várias ações, como segue:

Organização do Grupo de Trabalho “QUILOMBOS E PATRIMÔNIO CULTURAL: PROCESSOS ORGANIZATIVOS E DIREITOS CULTURAIS”, sob a coordenação de Alfredo Wagner Berno de Almeida (UEA), Osvaldo Martins de Oliveira (UFES) e Vladimir Montoya (UDEA – Universidade de Antioquia, Colômbia). O GT contou com os seguintes debatedores: Cíntia Beatriz Müller (UFBA), Eliane Cantarino O’Dwyer (UFF) e Rosa Elizabeth Acevedo Marin (UFPA). O GT selecionou 20 apresentações orais e 02 pôsters. Nesta atividade de 2013, como já havia se iniciado em 2011 na Reunião de Antropologia do Mercosul, buscamos aprofundar nossa relação com outros antropólogos da América Latina acerca dos debates sobre as lutas pelo reconhecimento étnico e regularização dos territórios das comunidades dos quilombos.

Participação no Simpósio “Laudos Antropológicos em Perspectiva”, em João Pessoa, de 27 a 29/11/2013, onde estiveram presentes representando o Comitê Quilombos e apresentando trabalhos: 1º) Osvaldo Martins de Oliveira (UFES) - Os atores posicionados e as implicações éticas no trabalho etnográfico; 2º) Eliane Cantarino O’Dwyer (UFF) - Antropologias praticadas em contextos do nation-building e questões de ética na pesquisa. O presente Simpósio foi organizado pela CAI (Comissão de Assuntos Indígenas) e sediado na Universidade Federal da Paraíba.

Realização do Seminário Nacional do Comitê Quilombos, com o tema “O direito dos quilombos e o dever do Estado brasileiro: análises dos 25 anos da Constituição Federal de 1988”, ocorrido em Vitória (ES) nos dias 12 e 13 de dezembro de 2013. O evento contou com a participação de pesquisadores associados da ABA, integrantes do Comitê Quilombos e convidados, de vários estados brasileiros, como: Carmen Sílvia Rial (UFSC - Presidente da ABA), Osvaldo Martins de Oliveira (UFES), Arilson Ventura (representantes da CONAQ), Sandro José da Silva (UFES), Carlos Eduardo Marques (UNICAMP E NUQ/UFMG), José Maurício Arruti (UNICAMP), Alex Ratts (UFG e PPGG/UFC), Vinicius Gomes de Aguiar (UFG), Cynthia Carvalho Martins (UEMA); Ilka Boaventura Leite (UFSC); Aderval Costa Filho (UFMG); Eliane Cantarino O’Dwyer (UFF); Leandro Mitidieri Figueiredo e Walquíria Picoli (Procuradores do Ministério Público Federal no Espírito Santo), Cleyde Rodrigues Amorim (UFES), Simone Raquel Batista (UFES), Aissa Guimarães (UFES), Clair de Moura Júnior (UFES), Patrícia Gomes Rufino (UFES), Cíntia Beatriz Muller (UFBA), Luiz Henrique Rodrigues (UFES) e Larissa de Albuquerque Silva (UFES). O evento contou com uma Comissão Organizadora composta por alunos e professores da UFES, UFSC e da UFMG, além do apoio da Secretaria da ABA. No último dia do Seminário foi realizada uma reunião entre coordenadores, consultores e mais três integrantes do Comitê Quilombos que decidiu pela elaboração de uma Campanha denominada “PELA TITULAÇÃO DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS. CONTRA A OMISSÃO DELIBERADA, INÉRCIA E MOROSIDADE”. A divulgação da Campanha se encontra em <http://www.portal.abant.org.br/aba/abaixoassinado/index.php?id=0001>. Uma mini-edição das filmagens deste Seminário Nacional foi concluída e enviada à Presidente da ABA para ser postada na TV ABA. Um livro para fins didáticos contendo pequenos artigos apresentados no mesmo Seminário está em organização e será concluído em janeiro de 2015.

Reunião com a CONAQ em Brasília, em 22/04/2014, onde estiveram presentes pelo Comitê Quilombos (ABA) Osvaldo Martins de Oliveira e Eliane Cantarino. Um projeto de oficinas de formação para jovens e mulheres quilombolas começou a ser negociado entre a CONAQ e o Comitê Quilombos para 2015 e 2016.

Reunião em Brasília no BNDS, em 23/04/2014, onde estiveram presentes: Carmen Rial, Ellen Woortman, Osvaldo Martins de Oliveira (Comitê Quilombos) e Fábio Mura (CAI).

No que se refere às reuniões em Brasília entre os membros do Comitê Quilombos e o Grupo de Trabalho Terra de Quilombo da 6ª Câmara da Procuradoria Geral da República, dois integrantes do Comitê Quilombos - Osvaldo Martins de Oliveira e Eliane Cantarino O'Dwyer - estiveram em Brasília participando como ouvintes do "Seminário Internacional 10 anos da Convenção 169-OIT", realizado pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão – Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais - Ministério Público Federal, de 23 a 25 de abril de 2014, com o objetivo de retomar as conversas entre o Comitê e o referido Grupo de Trabalho. Outros dois integrantes do Comitê Quilombos – Alfredo Wagner Berno de Almeida e José Maurício Arruti – também estiveram presentes ao Seminário na condição de convidados pela organização para serem palestrantes no mesmo Seminário e colaboraram para a retomada da interação entre o Comitê e integrantes do mesmo Grupo de Trabalho. Aproximação anterior já havia ocorrido de 19 a 21 de novembro de 2013, quando Eliane Cantarino esteve em Brasília participando de reuniões na CONAQ (Coordenação Nacional de Quilombos) e na Audiência Pública sobre Quilombos organizada pela 6ª Câmara da Procuradoria Geral da República.

Participação de Eliane Cantarino no I Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas em Brasília, de 13 a 15 de maio de 2014. Onde deu continuidade às negociações sobre as oficinas de formação para mulheres e jovens de comunidades quilombolas.

Participação de integrantes do Comitê Quilombos no Pré-evento da 29ª RBA e no GT 069 (Quilombos no Brasil: 25 anos de direitos na Constituição Federal de 1988) da 29ª RBA, ocorrido em Natal (RN), de 01 a 06/08/14. Além da participação na atividade do Pré-evento sobre a avaliação de laudos contratados pelo INCRA, sob a coordenação de Eliane Cantarino O'Dwyer e Cíntia Beatriz Muller, a coordenação do Comitê Quilombos (Osvaldo Martins de Oliveira, Aderval Costa Filho e Raquel Mombelli) com a colaboração dos demais integrantes presentes, elaborou um plano de ação do Comitê para a Gestão da ABA 2015-2016, debateu os trabalhos apresentados no referido GT e elaborou quatro moções que foram apresentadas e aprovadas na Assembleia Geral da 29ª RBA. Essas moções foram dirigidas aos seguintes agentes do poder público: 1ª) Ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma (INCRA) - Pela celeridade na titulação dos territórios quilombolas; 2ª) Ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma (Incra) - Pelo reconhecimento e respeito às contribuições do antropólogo e da antropologia nos trabalhos técnicos feitos ou contratados no âmbito dos órgãos do Estado; 3ª) À Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma (INCRA) e Fundação Cultural Palmares (FCP) - Pela criação e implementação de uma política de reocupação, gestão e sustentabilidade territorial no âmbito do Governo, resguardada a autonomia dos quilombos na gestão dos seus territórios e recursos; 4ª) À Fundação Cultural Palmares (FCP), Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

(SEPPIR), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Ministério do Meio Ambiente (MMA) - Pela garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais nos pareceres dos órgãos governamentais em processos de licenciamento ambiental de obras e empreendimentos que lhes afetam. Na 29ª RBA, o Comitê Quilombos ofereceu, sob a coordenação de Osvaldo Martins de Oliveira e Raquel Mombelli, o [Minicurso “Os laudos e o fazer antropológico: etnicidade, território e patrimônio cultural”](#), que contou com a participação e colaboração dos ministrantes Eliane Cantarino O’Dwyer e Aderval Costa Filho.

Em 24 de setembro de 2014, a coordenação do Comitê Quilombos, com a consultoria do professor Alfredo Wagner Berno de Almeida e apoio da presidência da ABA, encaminhou o ofício nº 048/2014/ABA ao representante da UNESCO no Brasil - com cópia ao Diretor-Presidente do Serviço Geológico do Brasil, ao então Ministro de Minas e Energia, ao Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral e ao Superintendente Regional de Porto Alegre: Unidade Regional Executora do Projeto Geoparques – prestando informações sobre o Projeto Geoparque, Caminhos dos Cânions do Sul (proposta), e sobre os direitos da Comunidade Quilombola de São Roque (SC) que vem sendo desrespeitados pelo mesmo Projeto. Além de apresentar dados historiográficos e antropológicos sobre a comunidade São Roque e acerca das arbitrariedades do Instituto Chico Mendes em relação às famílias locais, o ofício informou que o Projeto não tem respeitado as orientações da UNESCO quanto à educação e desenvolvimento sustentável das comunidades locais e nunca realizou consulta à comunidade São Roque sobre suas ações na região.

Em 02 de dezembro de 2014, o Comitê Quilombos e a Presidência da ABA enviaram o ofício 053/2014/ABA ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, Roberto Barroso, solicitando apoio à manutenção do Decreto 4.887/2003, que regulamenta o processo de delimitação e titulação das terras de quilombos no Brasil, quando a Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pelo Partido Democratas contra o mesmo Decreto havia entrado em pauta para ser votada no dia seguinte do mesmo mês e ano. O mesmo ofício além de destacar o posicionamento da ABA em relação à defesa dos direitos dos quilombos, bem como da diversidade cultural do país, reencaminhou o Parecer do Comitê Quilombos elaborado no ano de 2012 e entregue aos Ministros do Supremo no mencionado ano, quando o mesmo Decreto havia entrado em pauta para votação e a Ministra Rosa Weber solicitou vista ao Processo depois de o Ministro Cesar Peluzzo ter votado favorável à Inconstitucionalidade do Decreto 4887/2003. O ofício teve o objetivo de reafirmar o posicionamento da ABA em defesa dos direitos à diversidade cultural e aos territórios dos quilombos.

COMITÊ MIGRAÇÕES E DESLOCAMENTOS

O Comitê Migrações Internacionais, formado em 2009, foi renomeado como Migrações e Deslocamentos para dar conta dos processos sociais que estão ocorrendo nesta conjuntura do capitalismo global. Essa renomeação foi feita com base na experiência de Bela Feldman-Bianco à frente da ABA durante o biênio 2011-2012 quando percebeu a importância de se voltar à formulação de uma noção mais ampla de deslocamentos para a compreensão e teorização das variedades, escala e espaços das mobilidades incluindo restrições e limitações às mobilidades.

Durante esse último biênio, realizamos as seguintes atividades:

Organização de conferências livres, oficinas, simpósios especiais e outros eventos

Conferência livre da ABA realizada em 22/03/2014, organizada por Igor Machado, como parte das discussões e contribuições críticas ao novo anteprojeto de lei das migrações elaborado por uma comissão de especialistas no âmbito da Secretária Nacional de Justiça/MJ (vide relatório em attach) a serem apresentadas na I Comigrar (Conferência Nacional de Migrações e Refúgio, organizada pela SNJ/MJ. Vide relatório em attach.

Nota: Essa foi uma das mais de 200 conferências livres realizadas pelo país. Precedendo a organização dessa conferência, um grupo de trabalho coordenado por Igor Machado realizou uma apreciação desse novo anteprojeto de lei (em attach)

Oficina temática da ABA, intitulada Memórias de luta: mobilizações de emigrantes brasileiros e imigrantes no Brasil (1985 – 2014), org. Bela Feldman-Bianco e Marcia Annita Sprandel, realizada em maio de 2014, no âmbito do ciclo de oficinas temáticas da I Comigrar (Conferência Nacional de Migrações e Refúgio) org. pela Secretaria Nacional da Justiça

Resumo: Essa oficina, coordenada por Bela Feldman-Bianco, visou envolver os participantes na reconstrução de memórias das mobilizações políticas em prol de direitos de cidadania no Brasil, mostrando a existência de uma articulação entre as mobilizações políticas dos brasileiros no exterior (iniciadas na década de 80, com o retorno de milhares de brasileiros do Paraguai) e as atuais mobilizações dos imigrantes no Brasil. Ao rememorar essas mobilizações no presente, pretende-se apontar para o futuro

Contou com os seguintes palestrantes: Marcia Annita Sprandel, Carlos Vianna e Heliana Bibbas (Casa do Brasil de Lisboa), Paulo Illes (coordenador de políticas para migrantes na cidade de São Paulo), Paulo Sérgio Almeida (Ministério do Trabalho e Emprego), Orlando Fantazzini (IMDH e ex- coordenador da comissão de direitos humanos no Congresso Nacional), Helion Polvoa (NIEM), Sidney Silva (UFAM) e Pamela Volp (Associação dos transexuais)

Esses testemunhos resultaram em um vídeo que pode ser acessado pelo link <https://www.youtube.com/channel/UCy5V6Xdx13JpGnw6kFT12fQ/about>

Bela Feldman-Bianco: http://youtu.be/0a5FyvJfG_Q

Marcia Anita Sprandel: <http://youtu.be/OKG7IWuYL88>

Casa do Brasil : http://youtu.be/s_VEVRwK_xo

Orlando Fantazzini: <http://youtu.be/PvEYLic3tvM>

Paulo Sergio de Almeida PARTE 1: <http://youtu.be/eYaL17k8x5Q>

Paulo Sergio de Almeida PARTE 2: <http://youtu.be/x5uEq1pSpDs>

Paulo Illes: <http://youtu.be/SGYBjTRZ7q8>

Sidney Silva: <http://youtu.be/wC09tv1gFoE>

Helion Povoia : http://youtu.be/Wc1_QjXdtMM

Pamela Volp: <http://youtu.be/KDLc357MRSA>

Esse conjunto de vídeos foram enviados à TV ABA. Vide também Informativo <http://www.portal.abant.org.br/index.php/informativo-n-16-2014-28-11-2014>

Oficina “Reflexões antropológicas sobre o novo anteprojeto de lei das migrações: opções, tensões e debates em prol de uma política inclusiva”, realizada no âmbito da 29ª RBA.

Resumo: A questão migratória no Brasil está na ordem do dia. Enquanto nos confrontamos com um debate nacional suscitado pela vinda de novos contingentes de imigrantes – especialmente os haitianos – e a falta de políticas públicas para imigrantes, há movimentações para se repensar políticas para imigrantes e emigrantes do Brasil. A realização em maio de 2014 da I COMIGRAR propiciou uma reflexão sobre as políticas de migração e refúgio no Brasil e, também, evidencia tensões e diferenças entre agentes estatais e entre diversos atores da sociedade civil. Entrementes, o Ministério da Justiça, através da nomeação de uma comissão de especialistas, lançou minuta de novo anteprojeto de lei das migrações, cujo debate é o objetivo dessa oficina. Tanto de uma perspectiva histórica, como comparativa, visamos produzir uma reflexão antropológica sobre a nova proposta, comparações com legislações anteriores e outras legislações sul-americanas, bem como análise do cenário político e econômico que sustenta a proposta atual e gera o conjunto de debates realizados nas consultas prévias em preparação à I COMIGRAR. Com esse intuito, Bela Feldman-Bianco (substituindo Giralda Seyferth) apresentou a temática a partir de uma perspectiva histórica. João Guilherme Granja, diretor do Dep. de Estrangeiros do Ministério da Justiça, apresentou os novos olhares e agires do Estado brasileiro para as migrações e migrantes do país. Igor Machado (UFSCAR) realizou uma análise comparativa do atual Estatuto da Imigração que data de 1981, do projeto que está “engavetado” no Congresso Nacional e do novo anteprojeto de lei das migrações elaborado pela Comissão de Especialistas. Eduardo Domenech (Univ. Nacional de Córdoba/ CONICET) refletiu criticamente sobre a nova lei de migrações na Argentina, uma década após a sua aprovação. Em seu conjunto, essa oficina propiciou uma visão crítica e comparativa sobre as legislações em pauta - e sobre a brasileira em particular- destacando seus avanços, contradições e problemas.

Simpósio especial Deslocamentos, desigualdades e violência de Estado: Perspectivas comparativas (organizado por Bela Feldman-Bianco e Gabriel Feltran), 29ª RBA

Resumo: Na atual conjuntura do capitalismo global, paralelamente à crescente circulação de pessoas, capitais, produtos e símbolos, está havendo um aumento de restrições na seleção de contingentes migratórios relacionada às políticas contemporâneas, sejam elas neo-liberais ou desenvolvimentistas. Também, como parte de processos de criminalização da imigração, agências multilaterais e Estados-nações tendem a definir a prostituição como uma forma de tráfico de seres humanos. Ademais, grandes projetos desenvolvimentistas e interesses imobiliários estão provocando remoções de populações vulneráveis tanto no campo quanto na cidade, higienização urbana e maior controle nas fronteiras em nome da segurança nacional. Este simpósio especial teve como objetivo examinar, comparar e articular esses diversos deslocamentos a partir de uma mesma lógica de produção de desigualdade e suas relações com a violência do Estado, nessa conjunção da acumulação capitalista. Dessa perspectiva, nossa intenção foi apresentar e discutir, em duas sessões, questões centrais relacionadas às políticas desenvolvimentistas e neoliberais em curso, assim como estimular a prática de diálogos críticos a partir de perspectivas comparativas.

Contou com apresentações de Eduardo Domenech (Univ. Nacional de Córdoba); Daniel Veloso Hirata (IFCH/UFRJ); Adriana Piscitelli (PAGU/Unicamp) & Laura Lowenkron (Pagu/Unicamp); Adriana Vianna (MN/UFRJ) & Angela Facundo (Fundação Casa Rui Barbosa) e Lilitiana Sanjurjo (UFSCAR). Os textos foram debatidos por Bela Feldman-Bianco.

Nota: Essas apresentações são a base de um dossiê sobre deslocamentos sociais sob organização de Bela Feldman-Bianco a ser publicado in Ciência e Cultura (Revista da SBPC) em maio de 2014.

GT Migrações e Deslocamentos, organizado por Igor Machado e Maria Catarina Zanini (UFMS), 29ª RBA.

Resumo: Migrações transnacionais, juntamente com vários outros deslocamentos (como as remoções urbanas de populações em situação de vulnerabilidade, os causados por projetos de infra-estrutura, os que são resultado de conflitos variados bem como os causados por motivos ambientais) historicamente têm se apresentado como objeto de estudo extremamente pertinente para se compreender as complexidades das interações humanas e também do capitalismo e suas novas configurações neoliberais. Embora usualmente estudados separadamente, deve-se atentar que esses múltiplos deslocamentos relacionam-se com as questões relativas ao mundo do trabalho, com a ação de agentes estatais e com a produção de desigualdades em vários níveis. O GT propõe estimular diálogos entre pesquisas que abordam diferentes deslocamentos (de pessoas, bens e capitais) como parte de processos sociais similares. Nas interações cotidianas, o que se percebe é que as migrações (nacionais ou internacionais) e os deslocamentos de várias ordens promovem mais do que encontros de diversidades, eles expõem a lógica das classificações e das hierarquias sociais de uma forma múltipla, além de evidenciar mecanismos de violência estatal, tornando-se, assim, uma questão política por excelência. Compreender como esses deslocamentos múltiplos dialogam com as novas configurações societárias contemporâneas é o objetivo deste GT.

Pós-Evento “Deslocamentos: Raça e Racismo em Perspectiva Comparativa”, org. Bela Feldman-Bianco e Carmen Rial. 29ª RBA

Trata-se de sequência de várias atividades realizadas com foco na noção de deslocamentos, a saber pós-eventos Deslocamentos, Desigualdades e Direitos Humanos (28º RBA), org. Bela Feldman-Bianco; Displacements and Inequalities: Comparative Studies in Global Capitalism, org. Bela Feldman-Bianco (ABA), Susana Narotzky (EASA) e Monica Heller (AAA) (Reunião Anual da AAA, 2012), Displacements and immobility: International Perspectives on Global Capitalism, org. Bela Feldman-Bianco (à convite da WCAA para a reunião da IUAES, em Manchester, 2013) e Race and Racism in Comparative Perspective (org. Bela Feldman-Bianco, como sessão presidencial na reunião anual da AAA de 2013). O foco em deslocamentos resultou no interesse em teorizar também raça, racialização e racismo no contexto das várias mobilidades e imobilidades. No pós-evento de 2014, foi adicionada uma sessão sobre mobilidades e imobilidades no esporte que trouxe à tona a importância de se levar em consideração também o corpo nas análises.

Pronunciamentos/ petições

“Braços abertos” e “Sufoco”: Notas sobre a situação na cracolândia em janeiro de 2014 (Gabriel Feltran com Tanieli Rui, Heitor Frugoli Jr. E Debora Fromm in <http://www.portal.abant.org.br/index.php/informativo-aba-n-004-20-02-2014>

Ofício com petição encaminhada ao Ministério da Justiça contra a realização de uma feira sobre enfrentamento de tráfico de seres humanos no âmbito da I Comigrar. Vide ofício enviado

no link http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Of%C3%ADcio_n%C2%BA_018_-_Peti%C3%A7%C3%A3o_sobre_a_I_Comigrar_-_MJ.pdf

Representações

Bela Feldman-Bianco foi convidada para participar do CASC/ Conselho de Assessoramento da Sociedade Civil/ Migrações (MJ) onde optou por representar a ABA.

Ela participou, como coordenadora do Comitê M &D, de uma reunião preparatória realizada no dia 13 de junho de 2013 para discutir e estabelecer a metodologia e dinâmicas para a Consulta Regional da Sociedade Civil em São Paulo, em preparação ao Diálogo de Alto Nível das Nações Unidas sobre Migração e Desenvolvimento. Também foi convidada para moderar uma das sessões temáticas para elaboração de propostas relativas a essa consulta regional, no dia 26 de junho de 2013.

Ainda representou a ABA no Primeiro Diálogo Social Migrantes e Direitos Humanos realizado no 17 de junho de 2013 no Centro Cultural São Paulo. O evento teve como objetivo apresentar a nova Coordenação de Políticas para Migrantes no âmbito da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e aprofundar o diálogo para a construção de uma política pública aberta à participação social.

COMITÊ POVOS TRADICIONAIS, MEIO AMBIENTE E GRANDES PROJETOS

Coordenação do Comitê: Russell Parry Scott (UFPE)

Vice Coordenação do Comitê: Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UFPE)

INTEGRANTES NOMINAIS NUCLEARES (independente da inclusão na página ABA):

Aderval Costa Filho (UFMG)

Cintia Beatriz Muller (UFBA)

Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos (UFPA)

Stephen Baines (UNB)

Andréa Zhouri (UFMG)

Henyo Trindade Barretto Filho (IEB)

Eliane Cantarino O'dwyer (UFF)

Ellen Woortmann (UNB)

OUTROS INTEGRANTES E ARTICULAÇÕES

O Comitê de fato agiu com um grande número de integrantes, pois alguns dos mais atuantes que fizeram parte do GT da gestão anterior continuaram como integrantes (independente da inclusão na página da Associação), e, frequentemente, intensificaram as suas ações de articulação com outros comitês congêneres (como, por exemplo, Especiais de Apoio à Presidência, Quilombos, Assuntos Indígenas, Direitos Humanos), e, para evitar redundâncias, não tiveram nomeação formal como integrantes. Ao tentar indicar o número de integrantes e profissionais que articularam com o Comitê correria o risco de exclusões eventuais.

FUTURO DO COMITÊ

Reunidos na ABA em Natal, a atual coordenação e integrantes presentes discutiram sobre

a continuidade ou não do comitê devido ao fato que tem muitas interfaces e sentiu que seria importante dar continuidade ao trabalho. Pensaram quem recomendariam para dar essa continuidade ao comitê durante a próxima direção da ABA e chegou à decisão que a Vânia Fialho seria uma integrante qualificada para assumir a co-coordenação, e Stephen Baines seria o outro co-coordenador, em reconhecimento à dedicação ao Comitê e trabalho acadêmico e de atenção a políticas. . .

O PLANO DE AÇÃO

A ação do comitê no período de 2013-2014, com a ABA sob a presidência da Professora Carmen Silvia Rial, foi coordenada por Prof. Russell Parry Scott da UFPE, com o apoio de Vânia Fialho. A proposta foi de dar continuidade ao trabalho da ex-coordenadora, Andrea Zhouri, de UFMG. A combinação de povos tradicionais, meio ambiente e grandes projetos encontra muitas interseções com outros comitês fazendo com que boa parte do que se planeja precisa ser feita, direta ou indiretamente, com outros comitês, sobretudo os comitês de assuntos indígenas e de quilombos). As ênfases principais são na produção de estudos que remetem às questões de organização de grandes projetos, impacto sobre povos tradicionais e comunidades locais, relação com meio ambiente, e formas resistência e de defesa dos direitos dos povos tradicionais. Isto inclui trabalhos em reuniões científicas, livros e revistas, além de anais de congressos. Como no biênio 2011-2012 a mobilização sobre a divulgação dos impactos e da resistência ao licenciamento para a construção da barragem de Belo Monte foi muita intensa e muito bem noticiada com participação ativa de diversos integrantes, esta questão continuou em foco. Ao mesmo tempo, a intensificação do PAC (Programa de Aceleração de Crescimento) repercutiu na necessidade de ampliar e diversificar ainda mais os tipos de grandes projetos de desenvolvimento em operação nas suas diversas fases de implementação e produção. Isto conformou com a ênfase da Presidência da ABA ao estabelecer um fórum permanente itinerante de estudos sobre desenvolvimento em diferentes universidades no país outubro de 2013 na UFPR e novembro na UFAM). Os assuntos que se discutiram incluíram unidades de conservação, mineração, portos, fontes de energia alternativas, promoção de turismo e, muito importante para a época específica, o estudo de megaeventos (preparação e realização da Copa do Mundo, preparação para Olimpíadas). Esta ampliação do escopo é importante para captar a extensão dos efeitos de grandes projetos sobre o meio ambiente e sobre povos tradicionais e comunidades locais.

PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES

As atividades do Comitê se concentraram na realização de seminários, mesas redondas, e painéis em reuniões científicas com participação significativa de antropólogos, elencadas parcialmente a seguir. É importante frisar com diversas mesas foram organizadas por profissionais integrantes do nosso comitê, como propostas independentes ou de outros comitês, nos quais estimulamos a realização das atividades, mas, por numerosos que sejam e com participação de apoio, não estão elencados aqui.

Uma Palestra de Charles Hale (antropólogo, diretor do Instituto de Latina American Studies, University of Texas at Austin, no PPGA – UFPE, com debate 24 de maio de 2013

Multiculturalismo, afro-indigenismo na america central, politicas ambientais e novas cartografias”

Coordenação: Vânia Fialho (PPGA - UFPE)“

Participantes: Prof.Charles Hale , Henri Acelrad e Alfredo Wagner

X Reunião de Antropólogos do Mercosul, Córdoba, Argentina 11 a 13 de julho, 2013:

Não tivemos participação direta na oferta de trabalhos acadêmicos nesta reunião, mas houve assuntos promovidos de nosso interês, incluindo mesas sobre esportes e futebol, questões atuais e perspectiva no futebol do Mercosul; Antropologia y deporte em la América Latina: discutiendo el legado de Edauro Archetti e Roberto Damatta e e um grupo de trabalho t sobre poder em grandes projetos industriais: Estado empresas e populações.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC (Recife -24 de julho 2013),

Mesa-Redonda

AS COPAS E A REORDENAÇÃO DO ESPAÇO E DAS ECONOMIAS URBANAS

Quarta-feira, 24/7/2013 -das 15h30 às 18h00

Coordenador:Carmen S. Rial (UFSC)

Participantes:

Russell Parry Scott (UFPE), Arlei Sander Dalmo (UFRGS) e Eduardo Araripe (UFPE)

Seguido por debate na TV Universitária da UFPE

III REA/ XIV ABANNE - 3ª Reunião Equatorial de Antropologia, 13ªReunião de Antropólogos do Norte/Nordeste Abanne (Fortaleza – 04 a 07 de agosto 2013)

A (DES)ARTICULAÇÃO DE GÊNERO, AMBIENTE E ETNICIDADE DIANTE DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

Coordenador: Russell Parry Scott/UFPE

Expositores: Maristela Andrade (UFPB)

Stephen Baines /UNB;

Dayse Amâncio Dos Santos /UFPE.

Local: Auditório da ADUFC – Sindicato

Data:06/08/2013

Participação na Conferência Internacional Megaeventos e a Cidade, Rio de Janeiro, UFRJ-IPPUR, 27-30 de abril, 2014

Embora não tenha tido caráter de organização formal do Comitê, estimulamos vários antropólogos em cidades sedes a procurar subsídios do Ministério de Esporte-CNPQ, cedidos a universidades federais em cada cidade sede da Copa. No caso da UFPE figurou como importante análise do impacto da Copa e resultou na apresentação de diversos trabalhos sobre o impacto da Copa do Mundo associados a uma pesquisa sobre “Uma Arena para Pernambuco: impactos e avaliações de promotores, vizinhos, beneficiados, atingidos”

A 29ª Reunião Brasileira de Antropologia da ABA (Natal – agosto, 2014),

Simpósio Especial 9. Diversas faces de projetos e políticas de desenvolvimento: territórios, direitos, tensões e negociações em diferentes esferas

Coordenador/a: Russell Parry Scott (Universidade Federal de Pernambuco)

Co-coordenador/a: Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UPE)

Participante 1ª sessão: Andréa Luisa Zhouri Laschefski (UFMG), Sonia Maria Simoes Barbosa Magalhães Santos (UFPA), Charles Rice Hale (Teresa Lozano Long Institute of Latin American Studies) Debatedor: Mauro William Barbosa de Almeida (UNICAMP)

Participante 2ª sessão: Arlei Sander Damo (UFRGS), José Sergio Leite Lopes (MN/UFRJ), Edison Luis Gastaldo (UFRRJ) Debatedor Eduardo Araripe Pacheco de Souza (UFPE)

Participante 3ª sessão: Marion Teodósio de Quadros (Universidade Federal de Pernambuco/DAM), Andrea Lorena Butto Zarzar (Universidade Federal Rural de Pernambuco), Emília Pietrafesa de Godoi (UNICAMP) Debatedora: Dayse Amâncio dos Santos (UFPE)

GT 46 – IMPACTOS DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO DE ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO: POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, POPULAÇÕES ATINGIDAS

Russell Parry Scott (Universidade Federal de Pernambuco), Ellen Fensterseifer Woortmann (UnB)

Sessão 1 –Águas e Povos tradicionais

Seguindo a trilha de papéis da usina hidrelétrica de Belo Monte: tecnologias de cálculo e a obliteração da perspectiva dos povos impactados

Anna Catarina Morawska Vianna

Entre Voracidades Distintas: A Máquina Hidroenergética e a Resposta dos Iyakaliti

Juliana de Almeida

Parques aquícolas de Tucuruí: quando o pescador artesanal vira empreendedor

Mariana Neves Cruz

Conflitos socioambientais na região do Bico do Papagaio. Empreendimentos e Terras Indígenas: o caso Apinajé.

João Mitia Antunha Barbosa

Impactos de projetos de desenvolvimento em Terras Indígenas, na Amazônia brasileira

Rosiane Ferreira Gonçalves

Poster

“Somos esquecidos”: ensaio etnográfica de uma comunidade afetada pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí (PA).

Kamilla Sastre da Costa

Resistência e Luta no Xingu: Baixão do Tufi versus Belo Monte, do discurso da prática à prática do discurso

Odineia de Sousa Borges

Sessão 2 Linhas, Minas, Estradas e Canos

Qual o Impacto? As mediações entre populações tradicionais e agentes do Estado na Transposição do Rio São Francisco.

Carla Souza de Camargo

Impactos na memória, etnicidade e negociação: reflexões a partir de um estudo de caso

Eliana de Barros Monteiro

Apropiaciones de la naturaleza, reproducción de la desigualdad ambiental y desposesión material y simbólica en la política del saneamiento para la cuenca Matanza-Riachuelo (Argentina).

Debora Swistun

Entre a negociação e a resistência: ambiguidades e limites da participação no licenciamento ambiental do complexo minerário Minas-Rio

Marcos Cristiano Zucarelli

Sociabilidade pelos trilhos: Um estudo sobre ações coletivas confrontacionais na Amazônia brasileira

Ana Luisa Queiroz Freitas

Posters

Desafios postos por laudos antropológicos: reflexões de graduandos na iniciação à prática etnográfica

Rodrigo Gomes Wanderley

Gentrificação e resistência popular na Estrada Nova de Belém-PA: um espaço urbano em disputa.

Jakson Silva da Silva

Sessão 3 – Portos, Lagos, Cidades, Moradia

Entre ameaças e incertezas: conflitos no uso e ocupação do entorno do lago da Barragem Foz do Chapecó Energia

Autor: Silvana Terezinha Winckler

SOBREPOSIÇÕES TERRITORIAIS NO RECÔNCAVO BAIANO: a Reserva Extrativista Baía do Iguape, Territórios Quilombolas e Pesqueiros e o Polo Industrial Naval

Autor: Bruna Pastro Zagatto

Desenvolvimento, migração e mulheres jovens: o impacto do desenvolvimento em polos de desenvolvimento no Complexo Portuário de Suape, Nossa Senhora do Ó e Porto de Galinhas

Autor: Rosângela Silva de Souza

Das expulsões à legitimidade da posse da terra na Ponte do Maduro: encontros e desencontros políticos no Recife

Autor: Alexandre Zarias

Desapropriações e resistências decorrentes das obras para a Copa do Mundo de 2014 em Camaragibe e Recife (PE), análise dos impactos de um megaevento.

Alice Bezerra de Mello Moura

Poster

O empresariamento espacial e seus efeitos periféricos - a lógica da oportunidade no mercado imobiliário informal de Gaibú a partir de SUAPE: novas convenções na cidade-oportunidade

Rodrigo de Oliveira Tavares

Expressões do desenvolvimento no Porto do Itaqui: reconfiguração territorial, exploração e lucro

Jadeylson Ferreira Moreira

38º Encontro Anual de ANPOCS, Caxambú, , outubro de 2014 ANPOCS Caxambu - outubro 2014),

GT 31 Projetos de desenvolvimento e direitos territoriais das populações tradicionais: alternativas de desenvolvimento

Stephen Baines (UNB) e Parry Scott (UFPE)

ACORDOS, MITIGAÇÕES E O ADIAMENTO DE CAMINHOS ALTERNATIVOS

Walison Vasconcelos Pascoal (UFMG)

Os índios Borum frente os projetos de desenvolvimento no Vale do Rio Doce

Diego Airoso da Motta (UFRGS), Natália Araújo Oliveira (UFRGS) GT31

A leitura da mídia ao processo de desintrusão do território indígena Marãiwatsédé

Elizabeth Maria Beserra Coelho (UFMA)

FORA DOS TRILHOS: O PROJETO CARAJÁS E O POVO AWÁ

Lucas Cimbaluk (UFSC)

Indenização a uma comunidade indígena: projetos de sustentabilidade e tutela

Stephen Grant Baines (UnB)

Terras Indígenas e Projetos de Mineração e Usinas Hidrelétricas na Amazônia: alternativas de desenvolvimento ou novas formas de dominação.

DIREITOS, NAÇÕES, TERRITÓRIOS

Thiago Almeida Garcia (UnB)

“O direito de consulta e povos e comunidades tradicionais: análise do processo de regulamentação da Convenção 169 da OIT no Brasil”

Lea Carvalho Rodrigues (UFC), antonia gabriela pereira de araujo (UFC) GT31

Efeitos de megaprojetos turísticos sobre populações tradicionais: conflitos fundiários em perspectiva comparada Brasil-México.

Clarissa Noronha Melo Tavares (UnB)

A resistência indígena frente a empreendimentos eólicos no Brasil e no México.

Isis Maria Cunha Lustosa (Laboter/UFMG)

POVOS INDÍGENAS, TURISMO E OUTROS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NA ZONA COSTEIRA DO CEARÁ: TENSÕES, CONFLITOS E ACORDOS

Adalberto Luiz Rizzo de Oliveira (UFMA)

APANIEKRÁ E RAMKOKAMEKRA-CANELA: DESENVOLVIMENTO E MUDANÇAS

SOCIOAMBIENTAIS NO CENTRO-SUL MARANHENSE

POSTERS

Janaína Ferreira Fernandes (UnB)

Ser Indígena no Litoral Cearense: formas de pressões territoriais sobre os Tremembé

Wendell Ficher Teixeira Assis (UFAL)

No princípio era a terra: A territorialização das lutas agrárias no contexto de expansão da acumulação capitalista na Amazônia

Suzane Alencar Vieira (MN UFRJ)

Ecologia política quilombola: movimentos de resistência de uma comunidade quilombola em Caetité, Bahia

Marcia Baratto (UNICAMP)

Territórios indígenas e cortes constitucionais: uma análise comparada das decisões no Brasil, Colômbia e Bolívia.

Renata Albuquerque Moraes (UnB)

Desenvolvimento e Vivir Bien na Bolívia Plurinacional: observando o caso TIPNIS

PUBLICAÇÕES

A publicação de trabalhos referentes à produção do Comitê, além dos que foram divulgados como anais e/ou resumos de trabalhos apresentados em eventos, continua como objetivo do Comitê que assegurou um número na Revista Antropológicas do PPGA-UFPE (2014.2 – no prelo) e ainda organiza, junto com Stephen Baines, um volume que pretende submeter à Comissão Editorial da ABA no decorrer de 2015.

NOTÍCIAS, DEMANDAS E MANIFESTAÇÕES DE OPINIÃO

Foram diversas formas de participar

- O uso da página da ABA para divulgar notícias referentes a assuntos do interesse do Comitê foi mais indireto que direto. O trabalho mais significativo foi realizado pelos nossos integrantes que acompanhavam a construção de barragens (Belo Monte – Sonia Magalhães) e projetos de Mineração (Minas Gerais – Andrea Zhouri, Aderval Costa);
- Como apoio de atividades e como cosignatário de moções que chegaram a ser divulgadas publicamente e encaminhadas para autoridades pela Direção da Associação.
- Moção pela ratificação do protocolo de Nagoya,
- a Moção em defesa dos agricultores tradicionais e da conservação da diversidade agrícola,
- repúdio a Jair Bolsonaro via SBPC,
- defesa de populações indígenas e quilombos contra invasores,
- contra a concessão de uma premiação sobre estudos de ambiente em nome da Companhia do Vale,
- Quando consultados, participamos na recomendação da designação de dois sócios da ABA para realizar estudos e laudos periciais para o ministério Público e outras entidades

COMITÊ ANTROPOLOGIA VISUAL

A gestão do CAV de 2013-2014 foi marcada por encontros, seminários, lançamento de coletâneas, livros, filmes, ensaios fotográficos, mostras e exposições por todo o Brasil, revelando a maturidade que alcançou o campo da antropologia visual ou audiovisual em nosso país.

Se o extenso número de atividades audiovisuais presentes nas últimas RBAs e o crescimento permanente dos núcleos e grupos de pesquisa revelam que o campo da antropologia visual está mais do que consolidado, por outro lado, é necessário, evitar que ele se pulverize. Com isso quero dizer que para além dos esforços criados para incorporar novos pesquisadores é preciso fazer com que eles se conheçam e dialoguem. Com exceção dos GTs, abertos às inscrições e das atividades que ocorrem em instituições cuja equipe organizadora se empenha até a exaustão, algumas das atividades promovidas pelos colegas da antropologia visual tem se esvaziado. De um lado somos poucos para conduzi-las, de outro, muitas vezes, na cadeia da produção acadêmica negligenciamos o trabalho de difusão, vital para uma participação ativa e densa não só de alunos, mas também de pesquisadores de outras áreas.

Pensando nestas questões é que o CAV na sua gestão 2013-2014 insistiu na necessidade de promover a comunicação das pesquisas nos novos canais de difusão. Muitos centros (núcleos e grupos) tem seu próprio canal de internet (blog ou site), mas nos parece vital que tais informações estejam mais visíveis ou menos dispersas na WEB. Assim, enquanto a ABA se empenhou em criar a TVABA (lançada pouco antes da 29ª RBA), o CAV criou um canal no Vimeo para que, por meio dele, os pesquisadores possam conhecer os centros de antropologia visual e fomentar o seu intercâmbio. Cada ano se formam novos grupos pelo Brasil e essa rede só tende a crescer. Hoje temos 19 núcleos e 12 grupos que participam de uma rede difusa de antropologia visual no país, cujos colegas sempre se encontram em fóruns, congressos e seminários no país. Na nova gestão está se estudando a possibilidade de se criar um site do CAV que permitirá um dinamismo maior que o permitido no canal do Vimeo. Dentro desse raciocínio, outra questão que nos parece premente implementar na próxima gestão do CAV é o uso do gmailgrupos para que circulem as trocas entre os centros, uma vez que essa plataforma, além de permitir a troca de mensagens, permite que sejam postados itens para a discussão [encontra-se em teste o seu uso].

COMITÊ DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE

Criado em março de 2012, o Comitê participou da Organização da 28ª RBA, tornando o evento acessível por meio de parcerias com a Prefeitura de São Paulo e com ONGs voltadas para a questão. Como resultado, realizou-se a primeira RBA acessível, com a presença de doze pesquisadores com deficiência, além da aplicação de um survey a respeito do tema, já concluído, a ser publicado pela Prefeitura Municipal de São Paulo.

Na data de 02 de julho de 2012, no primeiro andar do prédio novo da PUC-SP- realizou-se a primeira reunião desse comitê, na qual decidiu-se por uma agenda específica:

Criação de um grupo de discussão do comitê no yahoogrupos;

Realização de um evento para debater o “estado da arte” dos Estudos sobre Deficiência de abordagem antropológica, a partir das etnografias da deficiência e áreas afins;

Organização e sistematização de um “manual de boas práticas de acessibilidade” para programas de graduação e pós-graduação em Antropologia Social e Ciências Sociais, incorporando princípios éticos e pedagógicos de acessibilidade, a fim de melhor recepcionar alunas/os, professoras/es e servidoras/es com deficiência; e

Desenvolvimento de uma base de dados para catalogar as principais legislações referentes às pessoas com deficiência, no Brasil e no mundo.

Dentre as demandas supracitadas acima, as de números 1 e 4 foram realizadas; as de número 2 e 3 estão em fase de planejamento.

O Comitê de Deficiência e Acessibilidade emitiu e divulgou uma nota pública manifestando preocupação sobre a tentativa de um setor empresarial em flexibilizar a lei de cotas no mercado de trabalho para pessoas com deficiência, ferindo direitos trabalhistas já garantidos pela legislação brasileira a esse segmento.

Duas das integrantes desse comitê, Adriana Dias e Anahi Guedes de Mello, organizaram e participaram em São Paulo, nos dias 14 e 15 de abril, do I Encontro Nacional de Políticas para Mulheres com Deficiência, resultando na elaboração e divulgação da Declaração sobre os Direitos das Mulheres com Deficiência do Brasil (em anexo). Como um dos resultados desse evento em São Paulo, realizou-se no dia 26 de novembro de 2012 em Brasília e a convite da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), a “Oficina de Trabalho sobre Mulheres com Deficiência”, caracterizando-se na primeira reunião da SPM sobre este segmento. Especialistas e lideranças representativas desse segmento, dentre elas Adriana Dias e Anahi Guedes de Mello, debateram a realidade e os desafios para a formulação e execução de políticas públicas para mulheres com deficiência.

Emitimos ainda um parecer sobre um caso de violação de direitos de aluna com deficiência do curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em que manifestamo-nos contrário à demanda da referida universidade por informações sobre a interdição bem como o laudo médico dessa aluna, a fim de averiguar sua capacidade de frequentar o ensino superior. Após análise minuciosa do caso, o comitê entendeu que a UFSC infringiu a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, convenção internacional da qual o Brasil é signatário, ao tratar a aluna como incapaz e não lhe garantir todos os recursos de acessibilidade para assegurar sua autonomia pessoal e permanência na universidade.

GRUPO DE TRABALHO SOBRE ÉTICA EM PESQUISA DA ABA

O GT em questão foi criado em 2013 para dar conta do desafio de participação da ABA no processo de discussão da regulamentação nacional da ética em pesquisa; problema que aflige a comunidade antropológica desde a criação do sistema CEP/CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, Conselho Nacional de Saúde, Ministério da Saúde) e da entrada em vigor da Resolução 196/1996, do Conselho Nacional de Saúde.

Suas atividades estiveram atreladas no período às da Comissão do mesmo nome constituída no âmbito do Fórum de Associações de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, criada por iniciativa da ABA e da ANPOCS em 11 de junho de 2013.

Em ambos os foros desincumbiram-se da tarefa os signatários deste relatório e o foco de suas atividades foi a participação, como representantes da ABA, no GT convocado pela CONEP para a elaboração de minuta de nova regulamentação da ética em pesquisa para as ciências humanas e sociais. Paralelamente, outras atividades foram assumidas pelos representantes da ABA, de modo a tornar mais amplamente públicas as razões e argumentos da atividade da associação na luta pela modificação do sistema vigente desde 1996 e amplamente ruinoso para a pesquisa em antropologia.

COMITÊ GESTOR DO SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS IBRAM

A ABA passa a integrar o comitê gestor do Sistema Brasileiro de Museus a partir da publicação do Decreto 8.124 de 18 de Outubro de 2013, que regulamentou a Lei 11.904 de 14 de Janeiro de 2009, chamada de “Estatuto de Museus” em seu artigo 19º, estabelece as instituições que compõe o referido comitê, segue:

“Art. 19. O SBM disporá de Comitê Gestor para propor diretrizes e ações, apoiar e acompanhar o desenvolvimento do setor museológico brasileiro, e aprovar a inclusão no sistema de participantes que não sejam museus.

§ 1º O Comitê Gestor do SBM será composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades:

- I - um do Ministério da Cultura;
- II - um do Ministério da Educação;
- III - um do Ministério da Defesa;
- IV - um do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;
- V - um do Ministério do Turismo;
- VI - um do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- VII - um do Ministério do Meio Ambiente;
- VIII - um do IBRAM;
- IX - um da Fundação Biblioteca Nacional;
- X - um do Arquivo Nacional;
- XI - um dos sistemas estaduais de museus;
- XII - um dos sistemas municipais de museus;
- XIII - um do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus;
- XIV - um do Conselho Federal de Museologia;
- XV - um da Associação Brasileira de Museologia;
- XVI - um da Associação dos Arquivistas Brasileiros;

XVII - um do Conselho Federal de Biblioteconomia;

XVIII - um da Associação Brasileira de Conservadores - Restauradores de Bens Culturais;

XIX - um da Federação de Amigos de Museus do Brasil;

XX - um da Associação Brasileira de Antropologia;

XXI - um de entidade representativa dos museus privados, de âmbito nacional;

XXII - um de entidade representativa dos ecomuseus e museus comunitários, de âmbito nacional; e

XXIII - dois de instituições universitárias relacionadas à área de Museologia.”

O comitê do SBM tem por finalidade discutir as políticas públicas para os museus brasileiros propor diretrizes e incentivar amplas ações no campo da educação, difusão, e preservação dos acervos, coleções e instituições museológicas brasileiras.

Nessa condição ocorreram duas reuniões do Comitê até o presente momento em Maio e Novembro de 2014 conforme pautas anexadas a esse documento.

Na primeira reunião de Maio de 2014, em Brasília, dos vários assuntos relevantes podemos destacar, a divisão em comissões para discussão de temas específicos nessa questão a representação da ABA, ficou vinculada ao tema do Cadastro Nacional de Museus, pois nessa comissão discutiu as tipologias de museus e conceitos, me pareceu que a questão dos museus etnográficos teria uma inserção melhor nessa comissão

Outra questão importante foi o protocolo por parte desse representante de 41 pedidos de DIP- Declaração Interesse Público de diversos acervos e instituições em nível nacional conforme lista e modelo (em anexo),

Esse é um instrumento de preservação criado a partir do Estatuto de Museus, Lei 11904/2009 e regulamentado pelo Decreto 8124/2013 possibilitando a preservação de diversas tipologias de acervos ao serem declaradas de interesse público.

Os pedidos de DIP, foram embasados nos seguintes termos a Declaração dos Direitos Humanos no seu capítulo XVII, a Constituição Federal nos seus artigos 215 e 216, a Lei 11.904 de 14 de Janeiro de 2009 e a Lei 11.906 de Janeiro de 2009 e o Decreto 8.124 de 18 de Outubro de 2013 utilizando os meios legais solicitar, em conformidade com Artigos 37 e 38 do referido decreto.

Essa ação tem grande repercussão, pois, em sua maioria são instituições e acervos que nas atuais políticas de patrimônio não teriam como ser enquadradas. Essa é uma forma de ampliar os conceitos de patrimônio cultural saindo da visão tradicional desses instrumentos de preservação.

O perfil das instituições tem a intenção de preservar a diversidade de instituições e acervos de caráter de cultura popular, etnográfico e científico.

Na segunda reunião de Novembro de 2014, realizada em Belém do Pará durante o VI Fórum Nacional de Museus, (pauta em anexo) foram relatados os andamentos das comissões compostas na reunião discutidas questões técnicas relativas às ações do próprio comitê.

Embora criada há quatro anos, a comissão editorial da ABA vem se consolidando como projeto institucional. Seu objetivo maior é estimular e divulgar a produção acadêmica dos associados da ABA através de livros eletrônicos (disponibilizada no Portal ABA) e publicações de impressos (distribuídos entre os associados).



Trata-se de ampliar e democratizar o acesso à produção de conhecimento da antropologia no Brasil, especialmente da ABA, por meio de seus grupos de trabalho (GTs), comissões especiais, de pesquisas resultadas de PROCAD e outros congêneres de programas de pós-graduação em antropologia, assim como de propostas individuais que, a cada ano, são submetidas à comissão científica.

Mantendo os mesmos princípios que norteiam o projeto editorial inicial, a comissão recebeu, durante o referido biênio, várias propostas para publicação; todas elas avaliadas pela comissão científica. Aquelas que obtiveram parecer favorável foram publicadas com o SELO ABA. A comissão editorial acompanhou todos os detalhes do processo de diagramação dos livros, não podendo, todavia, acompanhar in situ o processo de impressão, já que a ABA não contrata serviços de editoras públicas nem privadas para suas publicações, ficando isso a critério dos interessados, que aportam recursos para viabilizar a impressão.

Não obstante, observa-se que o conjunto de livros publicados possui boa qualidade de impressão, o que torna os impressos da ABA homogêneos quanto ao seu aspecto gráfico. Todos (exceto um único livro) seguiram rigorosamente os critérios de design gráfico anteriormente estipulados pela comissão, o que efetivamente confere ao projeto ABA padrão e estilo gráficos inequívocos. A comissão editorial fez circular entre os programas de pós-graduação em antropologia de todo o país uma comunicação estimulando aos interessados que apresentassem propostas para publicação com o SELO ABA. Muitas delas foram submetidas à avaliação da comissão científica e aprovadas, sendo os impressos distribuídos gratuitamente entre os sócios adimplentes com a Associação.

Vale salientar que a distribuição de livros, durante a última RBA, em Natal, teve excelente repercussão entre os associados. O que se observou foi longas filas dos adimplentes no stand da ABA em busca do “kit livro” (conjunto das publicações ABA). Inclusive, muitos disputaram algumas publicações que não foram suficientes para a demanda, a exemplo do Dicionário de Ciências Sociais. Com isso, pode-se inferir que os impressos possuem um capital simbólico significativo para o associado, representando uma espécie de contrapartida da anuidade paga a Associação.

O projeto editorial ABA conseguiu nesse curto espaço de tempo concretizar muitos dos seus objetivos. Entretanto, muitos outros restam a ser realizados, e entre eles, a criação da série de publicações de livros didáticos e paradidáticos, com o objetivo de atender demandas dos cursos de antropologia e demandas especiais de intervenção antropológica. Além disso, já

se encontra em curso a publicação impressa de uma série de livros dedicados à história da antropologia no Brasil, que busca resgatar a contribuição intelectual pioneira de alguns antropólogos brasileiros associados a ABA. O primeiro número da série, já publicado, é o livro René Ribeiro e a antropologia dos cultos afro-brasileiros.

Grosso modo, a avaliação da comissão editorial é positiva em relação aos resultados alcançados, principalmente no que concerne ao conjunto de publicações no biênio, pois reflete temas e discussões relevantes não apenas no âmbito da antropologia no Brasil como também internacional.

Comissão Editorial ABA

Lista de livros no biênio

DIGITAIS (e-books)

- Valadares em Família: experiências etnográficas e deslocamentos

Org. Igor José de Reno Machado

- Tão longe tão perto: famílias e “movimentos” na ilha de Boa Vista de Cabo Verde

Org. Andréa de Souza Lobo

- Antropologia visual: perspectivas de ensino e pesquisa

Org. Ana Lucia Marques Camargo Ferraz e Joao Martinho de Mendonça

- Arquivos da derrota: o cinema pós-ditatorial no Brasil e na Argentina

Org. Maria Luiza Rodrigues Souza

- Procedimentos éticos e a pesquisa em antropologia

Org. Telma Camargo da Silva

- Belo Monte e a questão indígena

Org. João Pacheco de Oliveira e Clarice Cohn

- Margens da violência: subsídios ao estado do problema da violência nos contextos mexicano e brasileiro

Org. Antônio Carlos de Sousa Lima e Virgínia García-Costa

- Desafios da antropologia brasileira

Org. Bela Feldman-Bianco

- Antropologia e ética: desafios para a regulamentação

Org. Cynthia Sarti e Luiz Fernando Dias Duarte

Impressos

- René Ribeiro e a antropologia dos cultos afro-brasileiros

Org. Celina Ribeiro Hutzler

- Rumos da Antropologia no Brasil e no mundo: geopolítica disciplinares

Org. Parry Scott, Roberta Bivar Campos, Fabiana Gama

- Tronco, ramos e raízes: história e patrimônio cultural do Seridó negro

Org. Julie Cavnac e Muíra Kytan K. De Macedo

- Saberes locais, experiências transnacionais: interfaces do fazer antropológico
Org. Lea Carvalho Rodrigues e Izabelle Braz Peixoto da Silva
- Laboratório na floresta. Os Baniwa, os peixes e a piscicultura no alto rio Negro
Milena Estorniolo
- Os “piçabeiros” no médio rio Negro: identidade étnica e conflitos territoriais
Elieyd Souza de Menezes
- Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa
Org. Cláudio Furtado, Lilia Moritz Schwarcz, Omar Ribeiro Thomaz e Lívio Sansone
- Travessias antropológicas: estudos em contextos africanos
Org. Wilson Trajano Filho
- Lugares, pessoas e grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional
Org. Wilson Trajano Filho (reedição)

PUBLICAÇÕES DA ABA

VIBRANT - 10 ANOS

Clique [aqui](#) para ler o folder em Português e [aqui](#) para ler o folder em Inglês.

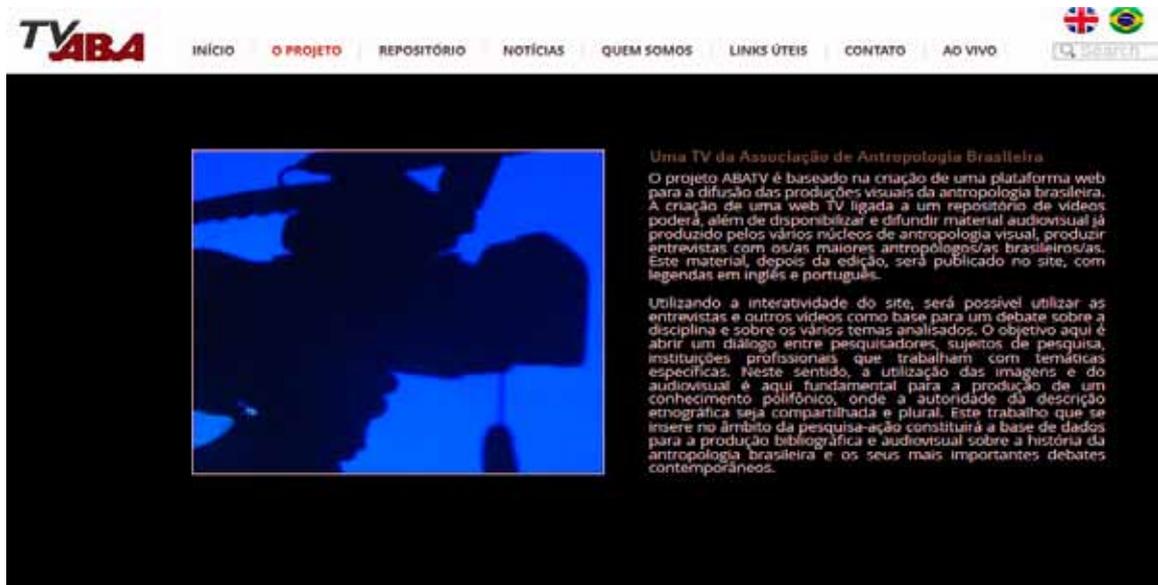
A revista Novos Debates foi lançada pela ABA em janeiro de 2014, tendo como objetivo ser um espaço de divulgação dos trabalhos de jovens pesquisadores, mas também um fórum de debate e de reflexão crítica associada à formação contemporânea em e da antropologia. Seu primeiro número foi editado por Vinicius Kauê Ferreira (UFSC), juntamente com Guilherme Aderaldo e Gleicy Mailly Silva (USP) como editores de seção. O segundo número publicado durante esta gestão foi editado por Barbara Arisi (UNILA), em conjunto com Felipe Bruno Martins Fernandes (UFBA) e Wagner Xavier Camargo (UFSCar) como editores de seção. A concepção do periódico iniciou por volta de junho de 2012, com a discussão do projeto editorial, da identidade visual e do site. Foram, portanto, seis meses de trabalho para a produção do primeiro número.

As diferentes seções que compõem Novos Debates buscaram desde o início representar a diversidade da produção antropológica contemporânea brasileira, além de trazer ao debate questões epistemológicas e políticas importantes à consolidação do campo. Através da seção Novas Pesquisas, apresentamos pesquisas em andamento ou recentemente concluídas em diferentes níveis de formação e em diferentes frentes temáticas (princípios importantes do projeto). Com a seção Fórum, proporcionamos um debate crítico a partir de um “problema” relacionado aos desafios contemporâneos da antropologia. Essa seção foge do modelo de dossiês, sendo sobretudo uma espécie de seminário virtual, onde os pesquisadores convidados buscam debater a questão apresentada, a partir de suas próprias pesquisas. Na seção Opinião, tanto jovens pesquisadores quanto pesquisadores já reconhecidos apresentam suas contribuições a debates teóricos e políticos caros à prática antropológica contemporânea. Finalmente, contamos com uma seção de resenhas aberta à análise de livros e obras artísticas de interesse à reflexão antropológica. Cabe mencionar que o terceiro número, já no quadro da gestão “Políticas da Antropologia - 2015-2016” lançou uma seção de antropologia visual que acolhe ensaios fotográficos e filmes etnográficos.

Quanto aos dois primeiros números publicados, sublinhamos os seguintes dados: 18 mil acessos ao site; 34 pesquisadores publicados; 16 instituições brasileiras e estrangeiras presentes, sendo elas: Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade de Brasília, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal Fluminense, Universidade de São Paulo, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidad Politecnica de Valencia (Espanha), University of Hyderabad (Índia), Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Mato Grosso, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Universidade da Integração Latino-Americana, Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Santa Catarina.



O processo de criação da plataforma envolveu competências tecnológicas e a criação de uma rede de pesquisadores para gestão dos conteúdos. A atual plataforma web foi resultado de uma primeira fase de experimentação. Desde agosto de 2014 foi criado um novo website (www.tvaba.org), ligado a um repositório do Vimeo de vídeos em alta qualidade (<http://vimeo.com/user29499884>). Em relação às transmissões ao vivo, por enquanto é ainda utilizada a plataforma Livestream, mas incorporada no novo website (<http://www.tvaba.org/#!/ao-vivo/c1f02>).



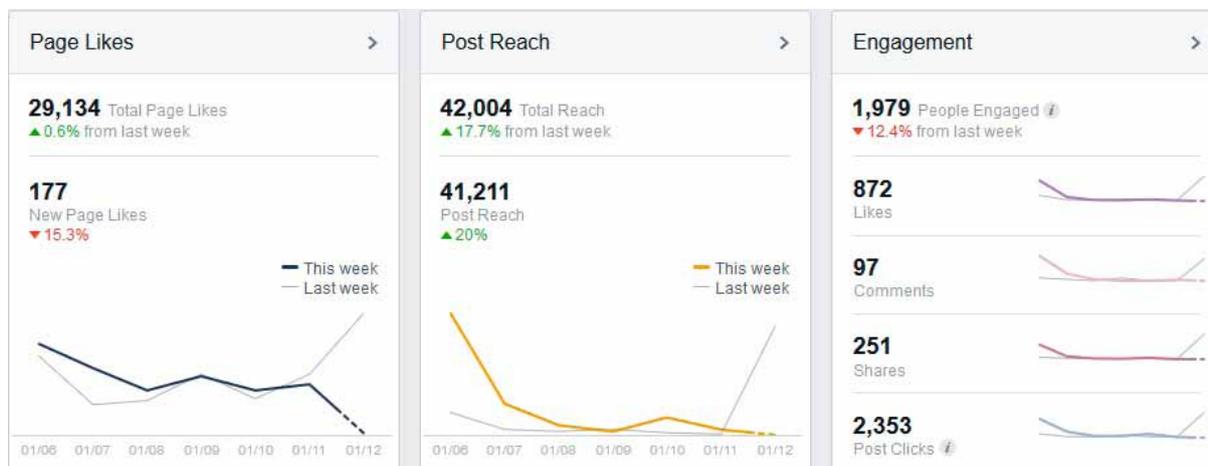


A plataforma atualmente está no ar e além das funções de repositório e streaming, tem seção de notícias, contatos e informações sobre o projeto. Desde o lançamento da nova plataforma, o site teve 1070 acessos em seis mês. Isso confirma as potencialidades da TVABA como meio de divulgação e de pesquisa pela antropologia brasileira.

Do ponto de vista redacional, foi criado um comitê editorial que inclui professores de várias faculdades. A lista é indicada na página <http://www.tvaba.org/#!/contato/c201u>. Além disso, a TvABA dispõe de dois bolsistas graduandos, financiados pela ABA, que atuam em relação aos aspectos técnicos da gestão do website. Para escolha da programação foi feito contato com todos os Núcleos de Antropologia Visual do país e com o Comitê de Antropologia Visual da ABA. Em paralelo foi recentemente criada uma página de Facebook da Tv (<https://www.facebook.com/tvaba>), que vai hospedar comentários e debates além de constituir uma plataforma para a divulgação da programação da Tv.

A TVABA surgiu de uma ideia da Presidente Carmen Rial. Funcionou nas instalações e com o material disponibilizado pelo NAVI (Núcleo de Antropologia Visual e Estudos da Imagem) da UFSC. O responsável por sua criação foi o pesquisador Alex Vailati (NAVI/UFSC). Contou com a colaboração, entre outros, da pesquisadora Marina Moros (NAVI/UFSC).

Na gestão 2013-2014 a internet e, em particular as redes sociais, se tornaram ferramentas fundamentais de divulgação de eventos e de divulgação política-institucional. A página Facebook da ABA tem atualmente quase 30.000 seguidores, como demonstra a seguinte tabela:



Outro dado particularmente interessante está ligado à difusão das notícias que são postadas na página. Podemos observar que cada post chega a atingir em média cerca de 20.000 usuários de Facebook, com pique até 60.000, como no caso da notícia relativa à nomeação de Nilma Lino Gomes como Ministra de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Published	Post	Type	Targeting	Reach	Engagement
12/26/2014 1:10 pm	Nilma Gomes, nova Ministra da SEPIR (Relações Raciais), é Antropóloga e Associada da ABA A			50.4K	479 2.8K
10/23/2014 9:22 pm	Dilma e Aécio manifestam-se sobre os índios: Carta aos Povos Indígenas do Brasil (Dilma)			27K	3.5K 949
11/30/2014 3:04 pm	IV CONGRESSO LATINOAMERICANO DE ANTROPOLOGIA CIUDAD DE MÉXICO, 7 AL 10			25K	414 833
11/04/2014 3:35 pm	Moção ABA à Assembleia da ANPOCS Aos Organizadores do Prêmio Esso de Jornalismo A			22.2K	924 706
12/02/2014 4:23 pm	ABA apoia manifestação da SBPC contra a PL8099/2014 que inclui criacionismo na grade			21.7K	394 726
12/29/2014 11:40 am	A (IN)JUSTIÇA E OS POVOS INDÍGENAS NO OESTE DO PARÁ: Nota sobre a sentença judicial			20.6K	2 799

MOÇÕES DA ABA APRESENTADAS DURANTE O 37º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

- Sobre a judicialização dos processos seletivos para ingresso em cursos de mestrado e doutorado. Leia [aqui](#) a íntegra da moção;
- Em favor da ampliação dos permissivos legais para o aborto. Leia [aqui](#) a íntegra da moção;
- Direitos dos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais no Brasil. Leia [aqui](#) a íntegra da moção;
- Solicitando a disponibilização de recursos adequados para a pesquisa e o intercâmbio acadêmico na área de ciências sociais entre os países BRICS. Leia [aqui](#) a íntegra da moção;
- Pedindo o afastamento do Deputado Marcos Feliciano. Leia [aqui](#) a íntegra da moção;

MOÇÕES DA ABA APRESENTADAS DURANTE O 38º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

- Prêmio Esso de Jornalismo. Leia [aqui](#) a íntegra da moção.
- “Grandes Projetos de Desenvolvimento e Garantia de Direitos Territoriais e Culturais”. Leia [aqui](#) a íntegra da moção.
- Normas relativas à ética em pesquisa aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Leia [aqui](#) a íntegra da moção.
- Política pública que garanta os direitos de consulta e de consentimento prévio livre e informado dos Povos Indígenas. Leia [aqui](#) a íntegra da moção.
- Telejornais são documentos históricos e devem estar na Biblioteca Nacional. Leia [aqui](#) a íntegra da moção.

MOÇÕES DA ABA APRESENTADAS DURANTE O 29ªRBA

Moções apresentadas pela CAI – Comissão de Assuntos Indígenas

- Imediata identificação e delimitação territorial para regularização fundiária da Terra Indígena Potiguará do Sagi. Leia [aqui](#) a íntegra da moção;
- Imediata conclusão do processo de demarcação da TI Tupinambá de Olivença. Leia [aqui](#) a íntegra da moção;
- Garantia dos direitos territoriais dos Povos Indígenas no Brasil. Leia [aqui](#) a íntegra da moção;
- Repúdio à obstacularização do cumprimento dos princípios constitucionais em SC. Leia [aqui](#) a íntegra da moção;

- Violações aos direitos indígenas: ditadura militar e regime tutelar. Leia [aqui](#) a íntegra da moção;
- Povos indígenas em isolamento e de recente contato no país. Leia [aqui](#) a íntegra da moção;

Moções apresentadas pelo Comitê Quilombos

- Pela celeridade na titulação dos territórios Quilombolas. Leia [aqui](#) a íntegra da moção;
- Pela garantia dos direitos das comunidades de Quilombos nos pareceres dos órgãos governamentais em processos de licenciamento ambiental de obras e empreendimentos que lhes afetam / Moção em conjunto com o Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos. Leia [aqui](#) a íntegra da moção;
- Pelo reconhecimento e respeito às contribuições do antropólogo e da antropologia nos trabalhos técnicos feitos ou contratados no âmbito dos órgãos do estado. Leia [aqui](#) a íntegra da moção;
- Pela criação e implementação de uma política de reocupação, gestão e sustentabilidade territorial no âmbito do governo, resguardada a autonomia dos Quilombos na gestão dos seus territórios e recursos. Leia [aqui](#) a íntegra da moção;

Moção apresentada pelo Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos

- Pela ampliação dos estudos e análises qualificadas nos processos de licenciamento ambiental e contra o desmonte anunciado do sistema de licenciamento / Moção com adesão do Comitê Quilombos. Leia [aqui](#) a íntegra da moção;

Moções apresentadas pelos associados efetivos da ABA, Manuela Carneiro da Cunha (ex-presidente da ABA) e Mauro Almeida:

- Pela ratificação do protocolo de Nagoya. Leia [aqui](#) a íntegra da moção;
- Em defesa dos agricultores tradicionais e da conservação da diversidade agrícola que praticam. Leia [aqui](#) a íntegra da moção;
- Pela realização de consultas públicas, amplas e transparentes, com a participação da sociedade civil brasileira, sobre o PL 7735/2014. Leia [aqui](#) a íntegra da moção;

Moção apresentada pela associada efetiva da ABA, Francirosy Ferreira:

- Pelo fim do conflito na faixa de Gaza na Palestina. Leia [aqui](#) a íntegra da moção;

Moção apresentada pela associada efetiva, Ceres Karam Brum:

- Apoio a Maison Du Brésil. Leia [aqui](#) a íntegra da moção;

Moção apresentada pelo associado efetivo da ABA, Rubens Adorno:

- Contribuição das etnografias e da antropologia no campo de estudos dos fenômenos drogas e sociedade. Leia [aqui](#) a íntegra da moção.

ANEXOS - MOÇÕES

Nota ABA/CAI sobre a situação dos Guarani (MS)

CAI apoia documento da UNIOESTE sobre as ameaças recentes sofridas pelos Guarani

A Comissão de Assuntos Indígenas da ABA/Associação Brasileira de Antropologia vem a público manifestar sua preocupação quanto a forma leviana como tem sido tratada pelos poderes públicos a ocupação por indígenas do antigo prédio do Museu do Índio, na cidade do Rio de Janeiro, ameaçados de remoção policial. Embora a questão não seja recente, nos últimos dias a por eles chamada, metaforicamente, de Aldeia Maracanã ganhou bastante visibilidade nas redes sociais e na imprensa brasileira e internacional.

A ocupação indígena do antigo Museu do Índio ocorreu após cerca de quarenta anos de abandono do lugar pelo poder público. O prédio, que está bastante deteriorado, foi ocupado por indígenas de diversas etnias. No espaço ao seu redor do prédio foram erguidas pequenas casas da taipa, hortas e árvores frutíferas foram plantadas. Ali são realizados eventos de promoção das culturas indígenas, a venda de artesanato e encontros de indígenas que moram ou estão em trânsito na cidade.

O prédio tem evidente valor como patrimônio histórico e arquitetônico nacional. Construído na segunda metade do século XIX ele foi destinado para uso do Duque de Saxe, genro de Dom Pedro II. Foi a primeira sede do SPI (1910) onde atuou o Marechal Candido Mariano Rondon, e do Museu do Índio, fundado por Darcy Ribeiro em 1953. O prédio sediou o Setor de Estudos e Pesquisas do SPI, local onde trabalharam importantes antropólogos brasileiros, como Eduardo Galvão e Roberto Cardoso de Oliveira.

Todas as manifestações públicas feitas por técnicos e comissões que vistoriaram o local declararam que o edifício não corre o risco de desabamento e que pode ser plenamente reformado. Em função dessa memória, seu resgate e importância para a história do indigenismo brasileiro e do movimento indígena, os indígenas ocupam o prédio abandonado e vem ali realizando a promoção da história e das formas de organização social e cultural indígenas.

A Aldeia Maracanã tem funcionado como polo agregador de indígenas que estão na cidade do Rio de Janeiro, se constituindo como um instrumento na organização e campo de visibilidade dessa presença na cidade. Tal fato se tornou evidente com o apoio mostrado através da grande receptividade e acolhida que a questão está recebendo nas redes sociais por onde circulam abaixo assinados eletrônicos, um deles com mais de 10 mil assinaturas em menos de cinco dias.

A CAI/ABA lembra que a Constituição Federal determina que aos poderes públicos federal, estadual e municipal cabe promover políticas específicas para os povos e comunidades indígenas. A Aldeia Maracanã no Rio de Janeiro apresenta questões e demandas importantes

que merecem a atenção, reconhecimento e respeito do poder público em suas diversas instâncias. Nesse sentido alertamos para que o governo e prefeitura do Rio de Janeiro coloquem em prática o diálogo intercultural como tarefa imperativa do poder público, preocupando-se com a valorização da diversidade étnica, cultural e social de nosso país, buscando por todos os meios positivos promover seus canais de expressão e organização.

João Pacheco de Oliveira e Marcos Albuquerque/Comissão de Assuntos Indígenas.

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 2013.

CAI-ABA exige apuração da morte de Guarani-Kaiowá

"Infelizmente, é com muito pesar, nós conselho da Aty Guasu guarani e Kaiowá, vimos a todos (as) AUTORIDADES E CIDADÃOS DO BRASIL E DO MUNDO comunicar que ontem um grupo indígenas Guarani-Kaiowá foram atacados e violentados pelos pistoleiros das fazendas da região de Caarapó-MS. Um adolescente foi assassinado a tiro-bala pelos homens das fazendas, localizada próxima da Reserva/Aldeia Tey'i kue/Caa...rapo, município de Caarapó-MS.

Hoje (18/02/2013) mais de duas centenas de Guarani-Kaiowá enterraram o corpo do menino no local em que foi assassinado. Esse lugar é terra Guarani-Kaiowá tradicional reivindicada pelos indígenas que está em estudo antropológico, há anos. Diante do fato de violência antiga contra as vidas dos indígenas Guarani-Kaiowá, hoje à tarde, mais de 200 Guarani-Kaiowá tentam recuperar o tekoha e permanecerem no lugar, fazendo protesto contra as violências contra a s vidas Guarani e Kaiowá, pedindo a JUSTIÇA. Está tenso no local em que começou o protesto passivo dos Guarani e Kaiowá. Os agentes da PF e FUNAI foram no local ontem e hoje.

Por fim, mais uma vez, solicitamos a investigação do fato pela Polícia Federal e pedimos a presença permanente de seguranças federais no local. A comunidade Guarani e Kaiowá já decidiu em permanecer em protesto nesse tekoha guasu onde foi assassinado o menino Kaiowá. Entorno de tekoha recuperada em protesto já começou movimento dos pistoleiros. O risco de ataque dos pistoleiros é iminente. Amanhã, retornaremos a comunicar a todos (as).

Tekoha Guasu Guarani e Kaiowá, 18 de fevereiro de 2013.
Conselho da Aty Guasu Guarani e Kaiowá contra genocídio".

A CAI-ABA vem solicitar as autoridades: a rigorosa apuração do caso acima relatado; a colocação em práticas de medidas que garantam a segurança física dos cerca de 200 indígenas acampados no local; e sobretudo a aceleração dos procedimentos para a delimitação e regularização de suas terras.

A Comissão de Assuntos Indígenas da ABA/Associação Brasileira de Antropologia vem a público manifestar sua preocupação quanto a forma leviana como tem sido tratada pelos poderes públicos a ocupação por indígenas do antigo prédio do Museu do Índio, na cidade do Rio de Janeiro, ameaçados de remoção policial. Embora a questão não seja recente, nos últimos dias a por eles chamada, metaforicamente, de Aldeia Maracanã ganhou bastante visibilidade nas redes sociais e na imprensa brasileira e internacional.

A ocupação indígena do antigo Museu do Índio ocorreu após cerca de quarenta anos de abandono do lugar pelo poder público. O prédio, que está bastante deteriorado, foi ocupado por indígenas de diversas etnias. No espaço ao seu redor do prédio foram erguidas pequenas casas da taipa, hortas e árvores frutíferas foram plantadas. Ali são realizados eventos de promoção das culturas indígenas, a venda de artesanato e encontros de indígenas que moram ou estão em trânsito na cidade.

O prédio tem evidente valor como patrimônio histórico e arquitetônico nacional. Construído na segunda metade do século XIX ele foi destinado para uso do Duque de Saxe, genro de Dom Pedro II. Foi a primeira sede do SPI (1910) onde atuou o Marechal Candido Mariano Rondon, e do Museu do Índio, fundado por Darcy Ribeiro em 1953. O prédio sediou o Setor de Estudos e Pesquisas do SPI, local onde trabalharam importantes antropólogos brasileiros, como Eduardo Galvão e Roberto Cardoso de Oliveira.

Todas as manifestações públicas feitas por técnicos e comissões que vistoriaram o local declararam que o edifício não corre o risco de desabamento e que pode ser plenamente reformado. Em função dessa memória, seu resgate e importância para a história do indigenismo brasileiro e do movimento indígena, os indígenas ocupam o prédio abandonado e vem ali realizando a promoção da história e das formas de organização social e cultural indígenas.

A Aldeia Maracanã tem funcionado como polo agregador de indígenas que estão na cidade do Rio de Janeiro, se constituindo como um instrumento na organização e campo de visibilidade dessa presença na cidade. Tal fato se tornou evidente com o apoio mostrado através da grande receptividade e acolhida que a questão está recebendo nas redes sociais por onde circulam abaixo assinados eletrônicos, um deles com mais de 10 mil assinaturas em menos de cinco dias.

A CAI/ABA lembra que a Constituição Federal determina que aos poderes públicos federal, estadual e municipal cabe promover políticas específicas para os povos e comunidades indígenas. A Aldeia Maracanã no Rio de Janeiro apresenta questões e demandas importantes que merecem a atenção, reconhecimento e respeito do poder público em suas diversas instâncias. Nesse sentido alertamos para que o governo e prefeitura do Rio de Janeiro coloquem em prática o diálogo intercultural como tarefa imperativa do poder público, preocupando-se com a valorização da diversidade étnica, cultural e social de nosso país, buscando por todos os meios positivos promover seus canais de expressão e organização.

João Pacheco de Oliveira e Marcos Albuquerque/Comissão de Assuntos Indígenas.

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 2013.

Comitê Gênero e Sexualidade/ABA pede saída de Feliciano

A ABA vem se somar às inúmeras vozes que pedem o imediato afastamento do deputado Marcos Feliciano da presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal. As posições políticas do Deputado, reafirmadas em suas manifestações públicas, chocam-se frontalmente com as justas aspirações de diferentes populações, categorias e grupos sociais, cujos direitos humanos vêm sendo intensa e sistematicamente defendidos por nossa Associação ao longo de sua história. A permanência do Deputado frente à Comissão significa não apenas uma ameaça à extensão dos direitos à cidadania no país, como uma afronta a todos as entidades profissionais e organizações brasileiras realmente comprometidas com a promoção dos direitos humanos entre nós.

Comitê Gênero e Sexualidade/ABA

01/04/13

Nota da ABA/Comitê Gênero e Sexualidade enviada (20/06/13) ao Conselho Federal de Medicina

Reafirmando posição aprovada em sua última Reunião (São Paulo, 2012), a Associação Brasileira de Antropologia vem publicamente manifestar seu apoio à deliberação do Conselho Federal de Medicina de 08 de março de 2013, que defende a ampliação dos permissivos legais para a realização do aborto no país e prevê a possibilidade de interrupção da gravidez até a 12ª semana de gestação, conforme previsto no Anteprojeto de Reforma do Código Penal, em discussão no Congresso Nacional. Para a ABA, o atual estatuto legal do aborto no Brasil resulta não apenas em sério problema de saúde pública, como em grave atentado aos direitos humanos e à autonomia das mulheres para decidir sobre sua vida reprodutiva.

Brasília, 20 de junho de 2013.

ABA denuncia a “cura gay” – Nota do Comitê Gênero e Sexualidade encaminhada (25/06/13) ao Conselho Federal de Psicologia (CFP)

“Há 30 anos atrás, a Associação Brasileira de Antropologia engajou-se firmemente na luta pela despatologização da homossexualidade no país. Vem manifestar agora seu veemente repúdio ao Projeto de Decreto Legislativo 234/2011 que visa revogar a Resolução 001/1999 do Conselho Federal de Psicologia, que, considerou a realização de qualquer intervenção que vise “curar” ou “reverter” a homossexualidade contrária aos fundamentos éticos e científicos que devem guiar a prática dos psicólogos no país. AABA considera que os poderes instituídos da República devem sim trabalhar seriamente no sentido de erradicar o preconceito, o ódio e a discriminação baseados na orientação sexual e identidade de gênero, causa última do sofrimento social e psíquico que ainda aflige milhares de cidadãos brasileiros.”

Brasília, 30 de abril de 2013.

Ofício nº 015/2013/ABA/PRES

Exma. Sra. Dilma Vana Rousseff
Presidente da República Federativa do Brasil
Presidência da República Federativa do Brasil



Assunto: Atenção à situação trágica dos Guarani Kaiowa e Guarani Nandevá.

Excelentíssima Presidente,

Por meio da nota que segue abaixo, a Associação Brasileira de Antropologia vem solicitar a V. Exa. a averiguação da responsabilidade pelos assassinatos e violências contra os Guarani Kaiowa e Guarani Nandéva, em Mato Grosso do Sul.

NOTA SOBRE A SITUAÇÃO DOS GUARANI (MS)

Atentas à trágica situação em que se encontram os Guarani Kaiowa e Guarani Nandéva em Mato Grosso do Sul, as instituições aqui signatárias vêm a público se manifestar pela necessidade imperativa da observância de direitos desses povos.

Trata-se de uma população de mais de 50 mil indivíduos (um dos maiores contingentes indígenas do país), atualmente constrangidos a ínfimos espaços devido a um processo de expropriação de seus territórios tradicionais. Padecem, em consequência, de inchaço populacional, apresentando altas taxas de violência e suicídio, além de uma extremamente precária situação econômica.

Frente a este quadro (que é cosmologicamente interpretado pelos indígenas como sintoma de destruição do mundo), os Kaiowa e os Nandéva vêm há décadas se mobilizando na tentativa de revertê-lo, manifestando uma tenaz reivindicação fundiária. Inúmeras famílias se envolvem, assim, em reiteradas tentativas de recuperar os espaços aos quais pertencem por determinação de seus deuses e sem os quais seria impossível a manutenção do equilíbrio do cosmo como um todo.

Associação Brasileira de Antropologia, Caixa Postal 04491, Brasília-DF, CEP: 70904-970
Tel/Fax: (61) 3307-3754 – E-mail: aba@abant.org.br – Site: www.abant.org.br

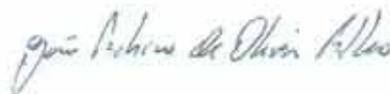
Como resposta a essas demandas, o Estado brasileiro (a partir de um Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado entre a FUNAI e o MPF) colocou em campo seis GTs para identificação e delimitação territorial. Iniciados há cerca de cinco anos, estes estudos tiveram enormes dificuldades para serem realizados, devido a contínuas ingerências políticas e ações judiciais promovidas por segmentos ruralistas. Tais ações redundaram em inúmeras paralisações dos processos administrativos, bem como na instauração de um clima de violência local, que resultou no assassinato de diversos indígenas e na hostilidade aos antropólogos responsáveis pelos trabalhos.

Não obstante tais dificuldades, a maioria dos relatórios circunstanciados foi concluída. Destes, porém, apenas um foi recentemente publicado (Iguatemipegua I), gerando significativas reações de parte dos ruralistas, os quais, em pressão junto à Casa Civil, solicitaram a suspensão dos demais processos, buscando impedir a publicação dos respectivos relatórios. Antes que extemporânea, tal atitude tem sido sistemática e preocupante, violentando preceitos constitucionais e negando direitos consagrados dos referidos indígenas.

Na contramão destas ingerências e em defesa da Constituição, requeremos, assim, celeridade nos procedimentos de regularização fundiária em Mato Grosso do Sul, com a publicação imediata dos referidos relatórios e a busca de caminhos eficazes para a garantia da posse da terra, imprescindíveis para a reprodução física e cultural dessas famílias indígenas. A proteção física a essas mesmas famílias e a continuidade da averiguação de responsabilidade pelos assassinatos e violências contra elas cometidos são igualmente necessárias.



Carmen Rial
Presidente
Associação Brasileira de Antropologia



João Pacheco de Oliveira
Coordenador da Comissão de Assuntos
Indígenas da ABA



Helena B. Nader
Presidente
Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC

Sociedade Científica de Estudos da Arte – CESA
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional- ANPUR
Sociedade Brasileira de Psicologia - SBP

Associação Brasileira de Antropologia, Caixa Postal 04491, Brasília-DF, CEP: 70904-970
Tel/Fax: (61) 3307-3754 – E-mail: aba@abant.org.br – Site: www.abant.org.br

Brasília, 18 de abril de 2013.

NOTA SOBRE A SITUAÇÃO DOS GUARANI (MS)

Atenta à trágica situação em que se encontram os Guarani Kalowa e Guarani Nandéva em Mato Grosso do Sul, a ABA – Associação Brasileira de Antropologia vem a público se manifestar pela necessidade imperativa da observância de direitos desses povos.

Trata-se de uma população de mais de 50 mil indivíduos (um dos maiores contingentes indígenas do país), atualmente constrangidos a infimos espaços devido a um processo de expropriação de seus territórios tradicionais. Padecem, em consequência, de inchaço populacional, apresentando altas taxas de violência e suicídio, além de uma extremamente precária situação econômica.

Frente a este quadro (que é cosmologicamente interpretado pelos indígenas como sintoma de destruição do mundo), os Kalowa e os Nandéva vêm há décadas se mobilizando na tentativa de revertê-lo, manifestando uma tenaz reivindicação fundiária. Inúmeras famílias se envolvem, assim, em reiteradas tentativas de recuperar os espaços aos quais pertencem por determinação de seus deuses e sem os quais seria impossível a manutenção do equilíbrio do cosmo como um todo.

Como resposta a essas demandas, o Estado brasileiro (a partir de um Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado entre a FUNAI e o MPF) colocou em campo seis GTs para identificação e delimitação territorial. Iniciados há cerca de cinco anos, estes estudos tiveram enormes dificuldades para serem realizados, devido a contínuas ingerências políticas e ações judiciais promovidas por segmentos ruralistas. Tais ações redundaram em inúmeras paralisações dos processos administrativos, bem como na instauração de um clima de violência local, que resultou no assassinato de diversos indígenas e na hostilidade aos antropólogos responsáveis pelos trabalhos.

Não obstante tais dificuldades, a maioria dos relatórios circunstanciados foi concluída. Destes, porém, apenas um foi recentemente publicado (Iguatemipegua I), gerando significativas reações de parte dos ruralistas, os quais, em pressão junto à Casa Civil, solicitaram a suspensão dos demais processos, buscando impedir a publicação dos respectivos relatórios. Antes que extemporânea, tal atitude tem sido sistemática e preocupante, violentando preceitos constitucionais e negando direitos consagrados dos referidos indígenas.

Na contramão destas ingerências e em defesa da Constituição, requeremos, assim, celeridade nos procedimentos de regularização fundiária em Mato Grosso do Sul, com a publicação imediata dos referidos relatórios e a busca de caminhos eficazes para a garantia da posse da terra, imprescindíveis para a reprodução física e cultural dessas famílias indígenas. A proteção física a essas mesmas famílias e a continuidade da averiguação de responsabilidade pelos assassinatos e violências contra elas cometidos são igualmente necessárias.



Carmen Rial
Presidente
Associação Brasileira de Antropologia



João Pacheco de Oliveira
Coordenador da Comissão de Assuntos
Indígenas da ABA

Brasília, 30 de abril de 2013.

Ofício nº 015/2013/ABA/PRES

Exma. Sra. Dilma Vana Rousseff
Presidente da República Federativa do Brasil
Presidência da República Federativa do Brasil



Assunto: Atenção à situação trágica dos Guarani Kaiowa e Guarani Nandevá.

Excelentíssima Presidente,

Por meio da nota que segue abaixo, a Associação Brasileira de Antropologia vem solicitar a V. Exa. a averiguação da responsabilidade pelos assassinatos e violências contra os Guarani Kaiowa e Guarani Nandéva, em Mato Grosso do Sul.

NOTA SOBRE A SITUAÇÃO DOS GUARANI (MS)

Atentas à trágica situação em que se encontram os Guarani Kaiowa e Guarani Nandéva em Mato Grosso do Sul, as instituições aqui signatárias vêm a público se manifestar pela necessidade imperativa da observância de direitos desses povos.

Trata-se de uma população de mais de 50 mil indivíduos (um dos maiores contingentes indígenas do país), atualmente constrangidos a ínfimos espaços devido a um processo de expropriação de seus territórios tradicionais. Padecem, em consequência, de inchaço populacional, apresentando altas taxas de violência e suicídio, além de uma extremamente precária situação econômica.

Frente a este quadro (que é cosmologicamente interpretado pelos indígenas como sintoma de destruição do mundo), os Kaiowa e os Nandéva vêm há décadas se mobilizando na tentativa de revertê-lo, manifestando uma tenaz reivindicação fundiária. Inúmeras famílias se envolvem, assim, em reiteradas tentativas de recuperar os espaços aos quais pertencem por determinação de seus deuses e sem os quais seria impossível a manutenção do equilíbrio do cosmo como um todo.

Associação Brasileira de Antropologia, Caixa Postal 04491, Brasília-DF, CEP: 70904-970
Tel/Fax: (61) 3307-3754 – E-mail: aba@abant.org.br – Site: www.abant.org.br

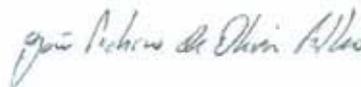
Como resposta a essas demandas, o Estado brasileiro (a partir de um Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado entre a FUNAI e o MPF) colocou em campo seis GTs para identificação e delimitação territorial. Iniciados há cerca de cinco anos, estes estudos tiveram enormes dificuldades para serem realizados, devido a contínuas ingerências políticas e ações judiciais promovidas por segmentos ruralistas. Tais ações redundaram em inúmeras paralisações dos processos administrativos, bem como na instauração de um clima de violência local, que resultou no assassinato de diversos indígenas e na hostilidade aos antropólogos responsáveis pelos trabalhos.

Não obstante tais dificuldades, a maioria dos relatórios circunstanciados foi concluída. Destes, porém, apenas um foi recentemente publicado (Iguatemipegua I), gerando significativas reações de parte dos ruralistas, os quais, em pressão junto à Casa Civil, solicitaram a suspensão dos demais processos, buscando impedir a publicação dos respectivos relatórios. Antes que extemporânea, tal atitude tem sido sistemática e preocupante, violentando preceitos constitucionais e negando direitos consagrados dos referidos indígenas.

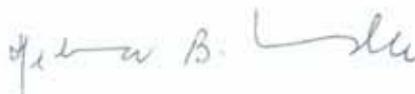
Na contramão destas ingerências e em defesa da Constituição, requeremos, assim, celeridade nos procedimentos de regularização fundiária em Mato Grosso do Sul, com a publicação imediata dos referidos relatórios e a busca de caminhos eficazes para a garantia da posse da terra, imprescindíveis para a reprodução física e cultural dessas famílias indígenas. A proteção física a essas mesmas famílias e a continuidade da averiguação de responsabilidade pelos assassinatos e violências contra elas cometidos são igualmente necessárias.



Carmen Rial
Presidente
Associação Brasileira de Antropologia



João Pacheco de Oliveira
Coordenador da Comissão de Assuntos
Indígenas da ABA



Helena B. Nader
Presidente
Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC

Sociedade Científica de Estudos da Arte – CESA
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional- ANPUR
Sociedade Brasileira de Psicologia - SBP

Associação Brasileira de Antropologia, Caixa Postal 04491, Brasília-DF, CEP: 70904-970
Tel/Fax: (61) 3307-3754 – E-mail: aba@abant.org.br – Site: www.abant.org.br

NOTA DA ABA

EM DEFESA DOS DIREITOS TERRITORIAIS DO POVO INDÍGENA CAXIXÓ

Em 26 de março de 2013, foi publicado, no Diário Oficial da União, o resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Caxixó, uma área de aproximadamente cinco mil hectares, situada às margens do rio Pará, municípios de Martinho Campos e Pompéu, Minas Gerais.

Desde então, o histórico contexto de opressão vivido pelos indígenas se intensificou. No dia 30 de abril, o povo Caxixó divulgou documento denúncia de ameaças feitas contra eles por fazendeiros da região. Em paralelo a isso, matérias publicadas na imprensa regional com depoimentos de fazendeiros e políticos têm fortalecido o ambiente hostil e tenso.

Tal cenário aponta para uma ação orquestrada de crescente intimidação ao povo indígena e até mesmo ao poder público, na medida em que se alardeia pela imprensa o risco de mortes, caso o processo de demarcação da Terra Indígena se consolide.

Em razão desse contexto de intimidação, é que a ABA vem a público apelar às autoridades competentes para que se garanta a tranquilidade e a segurança do povo Caxixó, bem como o seu direito à justa demarcação do seu tradicional território de ocupação, em conformidade com os termos do competente Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação. Ao poder público devem ser garantidas as condições de trabalho no cumprimento de seu dever constitucional de regularização e proteção das Terras Indígenas, segundo o devido processo administrativo, que garante o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Brasília, 24 de maio de 2013.

Brasília, 08 de julho de 2013.

Aos Departamentos de Antropologia e Ciências Sociais

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Associação Brasileira de Antropologia vem, através desta, novamente se dirigir aos departamentos de Antropologia e de Ciências Sociais em relação aos editais de concurso para provimento de cargo de professor de Antropologia nas diversas instituições de ensino superior no Brasil.

Esta iniciativa, que reforça o ofício 043/2007, desta Associação, se deve ao significativo aumento de concursos públicos em nossa área nos últimos anos, bem como pela grande renovação dos quadros docentes nas Universidades.

Deste modo, temos observado com preocupação o fato de que, em alguns destes editais, conste a exigência, para além do título de doutor ou mestre na área, de graduação em Ciências Sociais.

É importante ressaltar que nenhum programa de pós-graduação em Antropologia exige dos candidatos ao mestrado ou doutorado que estes possuam o curso de graduação em Ciências Sociais. Desta forma, a manutenção desta exigência nos concursos para professor universitário cria uma situação, no mínimo, paradoxal. Por um lado, formamos mestres e doutores que encontrarão, em diversos departamentos de Antropologia, resistência a serem plenamente reconhecidos como antropólogos. Por outro lado, retiram-se da disputa pelas vagas abertas nestes editais, excelentes candidatos que fizeram suas pós-graduações nos programas de Antropologia, unicamente por terem seus bacharelados em outras áreas.

Dado o exposto, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da ABA reitera enfaticamente seu posicionamento já adotado em 2007 e solicita a todos os departamentos de Antropologia e de Ciências Sociais que seja abandonada a prática de se exigir o diploma de graduação em Ciências Sociais nos editais de concurso para professor assistente ou adjunto em Antropologia.

Sem mais pelo momento, despedimo-nos com protestos de estima e consideração.

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Associação Brasileira de Antropologia, Caixa Postal 04491, Brasília-DF, CEP: 70904-970

Tel/Fax: (61) 3307-3754 – E-mail: aba@abant.org.br – Site: www.abant.org.br

Moção “Direitos dos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais no Brasil”

À

Presidência da República

C/C

Presidência do Supremo Tribunal Federal

Presidência da Câmara de Deputados

Presidência do Senado Federal

Casa Civil da Presidência da República

Secretaria Geral da Presidência da República

Ministério da Justiça

Procurador Geral da República

Presidente da FUNAI

A 38ª Assembleia Geral Ordinária da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - Anpocs aprovou a moção que segue encaminhada pela Associação Brasileira de Antropologia e endossada pelas demais instituições abaixo relacionadas:

Consideramos que a Constituição Federal de 1988 é um marco no reconhecimento e na promoção dos direitos dos povos indígenas no país. A partir dela, por exemplo, houve um avanço significativo no reconhecimento das Terras Indígenas; foram criadas e implementadas políticas públicas específicas de promoção da saúde e de educação escolar; os indígenas passaram a integrar o campo de sujeitos priorizados pelas políticas de previdência e promoção social, inclusive de geração de renda e segurança alimentar, tudo isso sustentado por marcos regulatórios infraconstitucionais. A participação e o protagonismo indígena foram efetivos em vários momentos ao longo deste período, muitas vezes enfrentando as resistências e o despreparo das instituições públicas e seus operadores. Entendemos que de fato ainda há muito a ser feito e transformado na cultura política no país e suas instituições, e os tempos recentes mostram o quanto isto é necessário e urgente. Porém, ao mesmo tempo em que a Constituição Federal completou 25 anos no último dia 05 de outubro, os direitos constitucionais dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e de outras populações tradicionais no país estão sendo colocados em risco, pelo interesse e a ganância de setores econômicos e políticos poderosos no país. Assim, manifestamos nossa preocupação com a ofensiva legislativa que está sendo promovida pela bancada ruralista contra os direitos destes povos e comunidades; uma ofensiva que no final das contas afetará a todos de diferentes maneiras. Em alguns casos os efeitos poderão ser irreversíveis perdas humanas, culturais e

de biodiversidade. Expressão disso são dezenas de projetos de lei e emendas à Constituição que tramitam hoje no Congresso Nacional – em especial a PEC 215/00, PEC 237/13, PEC 038/99, PL 1610/96 e PLP 227/12. São atos legislativos que afrontam, inclusive, acordos internacionais assinados pelo Brasil, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, a primeira incorporada ao arcabouço normativo brasileiro desde 2003.

Preocupa-nos também a desigualdade do debate público por força da pressão e do poder que os setores ruralistas e latifundiários exercem no atual governo federal (e em vários governos estaduais), haja vista a publicação da Portaria 303 da Advocacia Geral da União em 2012, mobilizando seus interesses no Congresso Nacional e no Poder Judiciário. Dessa forma, a demarcação das terras indígenas e a titulação das terras de quilombo encontram-se paralisadas, com risco de assim permanecer por tempo indeterminado, agravando ainda mais o quadro de tensão e de violência que hoje experimentamos e assistimos.

Diante desses fatos, a Anpocs, aqui reunida em Assembleia Geral, torna pública sua solidariedade e integral apoio à mobilização dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais em defesa dos seus Direitos e da Constituição Federal. Faz também um chamado a que outras associações e sociedades científicas se manifestem publicamente em relação a esta situação.

Águas de Lindóia-SP, 26 de setembro de 2013.

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)

Associação Brasileira de Antropologia (ABA)

Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)

Sociedade Brasileira de Antropologia (SBS)

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Moção em favor da ampliação dos permissivos legais para o aborto

À

Presidência da República

C/C

Ministério da Saúde

Secretaria de Política para as Mulheres

Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados

A 38ª Assembleia Geral Ordinária da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - Anpocs aprovou a moção que segue, encaminhada pela Associação Brasileira de Antropologia, e endossada pelas demais instituições abaixo relacionadas:

Manifestamos o apoio à deliberação do Conselho Federal de Medicina, datada de 08 de março de 2013, que defende a ampliação dos permissivos legais para a realização do aborto no país e prevê a possibilidade de interrupção da gravidez até a 12ª semana de gestação, conforme previsto no Anteprojeto de Reforma do Código Penal, em discussão no Congresso Nacional. No nosso entendimento, o atual estatuto legal do aborto no Brasil resulta não apenas em sério problema de saúde pública, como em grave atentado aos direitos humanos e à autonomia das mulheres para decidir sobre sua vida reprodutiva.

Águas de Lindóia-SP, 26 de setembro de 2013.

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)

Associação Brasileira de Antropologia (ABA)

Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)

Sociedade Brasileira de Antropologia (SBS)

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Moção pedindo o afastamento do Deputado Marcos Feliciano
da Presidência da Comissão de Direitos Humanos

À

Presidência da

Câmara dos Deputados / Congresso Nacional

Secretaria de Direitos Humanos

A 38ª Assembleia Geral Ordinária da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - Anpocs aprovou a moção que segue, encaminhada pela Associação Brasileira de Antropologia, e endossada pelas demais instituições abaixo relacionadas:

As instituições científicas abaixo relacionadas solicitam o imediato afastamento do Deputado Marcos Feliciano da Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal. As posições políticas do Deputado, reafirmadas em suas manifestações públicas, chocam-se frontalmente com as justas aspirações de diferentes populações, categorias e grupos sociais, cujos direitos humanos vêm sendo intensa e sistematicamente defendidos por essas associações ao longo de suas histórias. A permanência do Deputado frente à Comissão significa não apenas uma ameaça à extensão dos direitos à cidadania no país, como uma afronta a todas as entidades profissionais e organizações brasileiras realmente comprometidas com a promoção dos direitos humanos entre nós.

Águas de Lindóia-SP, 26 de setembro de 2013.

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)

Associação Brasileira de Antropologia (ABA)

Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)

Sociedade Brasileira de Antropologia (SBS)

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Moção sobre a judicialização dos processos seletivos
para ingresso em cursos de mestrado e doutorado

Ministério Público Federal

Ministério da Educação

Ministério da Justiça

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

A 38ª Assembleia Geral Ordinária da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - Anpocs aprovou a moção que segue e foi endossada pelas demais instituições abaixo relacionadas:

Nos últimos anos houve um significativo aumento dos recursos judiciais contra os Programas de Pós-Graduação envolvendo os processos seletivos para ingresso em cursos de mestrado e doutorado. Entendemos que a transparência e a isenção nos processos seletivos é uma exigência do Estado democrático. No entanto, discordamos que o Ministério Público avalie as seleções para mestrado e doutorado a partir dos mesmos critérios que orientam os concursos públicos para contratação de docentes. Tal tratamento fere a autonomia acadêmica e os princípios de excelência que devem nortear o ingresso nos Programas de Pós-Graduação. Solicitamos que o Ministério Público reconheça as especificidades de tais processos, respeitando os procedimentos que lhes são característicos.

Águas de Lindóia-SP, 26 de setembro de 2013.

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)

Associação Brasileira de Antropologia (ABA)

Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)

Sociedade Brasileira de Antropologia (SBS)

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Moção solicitando a disponibilização de recursos adequados para a pesquisa e o intercâmbio acadêmico na área de ciências sociais entre os países BRICS e outros

Ao

Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação

Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Presidentes das Fundações de Amparo Estaduais

A 38ª Assembleia Geral Ordinária da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - Anpocs aprovou a moção que segue e foi endossada pelas demais instituições abaixo relacionadas:

Tendo em vista a necessidade premente do aumento do fluxo de conhecimento entre os países BRICS e outros estratégicos no âmbito do sistema internacional contemporâneo, instamos as agências do sistema brasileiro de fomento de ciência e tecnologia a construir mecanismos específicos com esse objetivo, bem como a colocar à disposição da comunidade de ciências sociais do Brasil os fundos adequados e direcionados à promoção do intercâmbio de pesquisadores, estudantes, à realização de pesquisas naqueles países e à publicação de trabalhos acadêmicos de interesse recíproco.

Águas de Lindóia-SP, 26 de setembro de 2013.

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)

Associação Brasileira de Antropologia (ABA)

Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)

Sociedade Brasileira de Antropologia (SBS)

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Nota Pública sobre licitações da Agência Nacional do Petróleo (ANP)

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA), sociedade científica com mais de 50 anos de existência, sólida trajetória e reconhecimento nacional e internacional, vem publicamente manifestar sua preocupação com o Edital da 12ª. Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a ser realizada nos dias 28 e 29 de novembro de 2013, que segundo consta objetiva ofertar 240 blocos para exploração e produção de óleo e gás nas bacias do Paraná (Paraná e São Paulo), Parecis (Mato Grosso), Paranaíba (Maranhão, Piauí e Tocantins), Acre-Madre de Dios (Acre e Amazonas) e São Francisco (basicamente sertão da Bahia), além do Recôncavo Baiano (Bahia) e nas regiões costeiras de Alagoas e Sergipe.

A tecnologia que se pretende utilizar na exploração – o fraturamento hidráulico não convencional (*fracking* em inglês) - vem sendo considerada como de altíssimo risco por instituições como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES). Risco de contaminação dos aquíferos e cursos d'água, como também para as populações humanas que habitam nestas regiões. Várias Terras Indígenas serão impactadas nos blocos das bacias do Acre-Madre de Dios, Paraná, Parecis e Paranaíba.

Diante disto, a ABA entende que o Leilão deve ser suspenso, e que sejam realizados os estudos que ofereçam melhor conhecimento, tanto sobre as propriedades das jazidas e das condições de sua exploração, quanto dos impactos socioambientais associados.

Carmen Rial
Presidente
Associação Brasileira de Antropologia

Brasília, 28 de novembro de 2013.

Brasília, 20 de dezembro de 2013.

Ofício nº 035/2013/ABA/PRES

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Miguel Corrêa
Relator Geral da Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) - PLN 9/2013
Comissão Mista de Orçamento

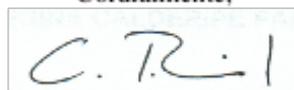
Senhor Deputado,

Nos últimos dez anos o Brasil teve grandes avanços no desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Tais avanços foram alcançados graças ao investimento em CT&I. Este ano o orçamento põe em risco importantes iniciativas voltadas para esta área, em função da diminuição dos recursos destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) em cerca de R\$ 38,6 milhões em 2014, e da destinação de quase R\$ 1 bilhão, cerca de um terço do total dos recursos do FNDCT, ao programa Ciência sem Fronteiras (CsF).

A ABA, assim como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, é totalmente favorável ao programa Ciência sem Fronteiras, e têm se manifestado nesse sentido. No entanto, este programa não pode, para garantir sua existência, utilizar os recursos do FNDCT, pois impactará sobremaneira o desenvolvimento da pesquisa no país. O FNDCT é a principal fonte de financiamento do CNPq e da Ciência, que alimenta editais e programas de pesquisa.

Solicitamos a Vossa Excelência, como relator geral do PLN 9/2013, que substitua as fontes vinculadas ao FNDCT destinadas ao programa Ciência sem Fronteiras por fonte do Tesouro Ordinário e que esses mesmos recursos sejam alocados dentro do orçamento do FNDCT, liberando desta forma os investimentos diretos em CT&I em andamento no país.

Cordialmente,



Carmen Rial
Presidente da ABA

Associação Brasileira de Antropologia, Caixa Postal 04491, Brasília-DF, CEP: 70904-970
Tel/Fax: (61) 3307-3754 – E-mail: aba@abant.org.br – Site: www.portal.abant.org.br

O texto que segue foi motivado pelo repúdio à ação da polícia civil na região conhecida como “cracolândia” em São Paulo, no dia 23 de janeiro de 2014. Ele referenda um manifesto divulgado por pesquisadores das áreas da saúde, ciências sociais e jurídicas (<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,pesquisadores-fazem-manifesto-contra-acao-policial-na-cracolandia,1124467,0.htm>) e busca contribuir com um histórico da violência estatal no local, indicando um posicionamento político e analíticos dos seus autores.

“Braços Abertos” e “Sufoco”: sobre a situação na “Cracolândia” em janeiro de 2014

Taniele Rui, Heitor Frúgoli Jr., Gabriel de Santis Feltran, Deborah Fromm

“Uma criança tomou bala de borracha no pescoço”. “Uma mulher grávida foi arrastada pela cabeça”. “Um cara começou a filmar e foi preso”. “Quando a mulher levou o tiro, a galera se revoltou”. “Eles peitaram porque era absurdo demais”. “Eles acham que abordar a gente é humilhar e chegar agredindo”. “Se acham que os usuários são perigosos é ao contrário, a polícia é mais perigosa que qualquer usuário; eles forjam, prendem, estragam toda a sua vida”.

Esses foram os relatos colhidos de muito perto pela cientista social e redutora de danos Roberta Marcondes Costa no dia seguinte à ação criminosa conduzida pela polícia civil na região conhecida como cracolândia, em São Paulo. Ocorrida na última quinta-feira (23 de janeiro), dois dias antes do aniversário da maior metrópole brasileira e uma semana depois do início do Programa “Braços Abertos” da prefeitura paulistana, essa ação policial é mais um dos capítulos do longo histórico de violência estatal que assola o cotidiano local, e que só se intensifica e se sofisticava a cada ano.

“Operação Limpa” em 2005; “Operação Centro Legal” em 2009; “Operação Sufoco” em 2012. Nomes de ações de grande espetacularização promovidas pelo poder público que, sob o discurso de “revitalização” ou “requalificação” da região, nada mais fizeram do que impingir sofrimento, induzir à errância e, posteriormente e longe dos olhos da mídia, servir para delinear os sempre móveis contornos espaciais da região, marcada historicamente por várias ocupações pelas classes populares, decorrentes de dinâmicas muito complexas de fluxos de mobilidade entre centralidades e periferias, repressão policial, transações mercantis e regimes de moralidade do tráfico de drogas, circulação de dinheiro e estratégias dos serviços assistenciais e de saúde. ↵

Os usuários de crack estão nesses espaços ou porque foram expulsos de outras periferias, por conflitos com suas famílias, traficantes, policiais; ou porque tomaram esta centralidade como refúgio último de uma cidade que só aí os acolhe. A perspectiva histórica mais ampliada deixa clara a ineficácia da política de repressão policial aos usuários de drogas no local, uma

vez que eles continuam sempre a chegar de outros lugares. A “Cracolândia” é um problema da metrópole, não localizado apenas no centro.

Desde ao menos os meados da década passada, portanto, têm ocorrido ações do poder público envolvendo certa integração problemática de várias instâncias de governo. No caso da Operação Limpa, envolvendo a polícia, vigilância sanitária e setores ligados ao assistencialismo, saúde, limpeza pública, a mesma resultou em “2.216 abordagens, 426 papalotes de crack apreendidos, 12 flagrantes de tráfico ou porte de drogas, 3 hotéis lacrados com concreto, 3 armas apreendidas, 50 celulares apreendidos, 369 adultos e crianças recolhidos para abrigos, 2 procurados presos e 5.200 CDs apreendidos” (Folha de S. Paulo, 10/3/2005). Apesar de também repressiva, a Operação Integrada Centro Legal instituiu novas formas de avaliação dos resultados: num boletim de março de 2013, eram quantificadas as ações policiais, sociais, de saúde e da Guarda Civil Metropolitana (ver <http://www.policiamilitar.sp.gov.br/hotsites/centrolegal/boletim.html> acesso em 27/1/2014); como há muitos dados numéricos, detenhamo-nos apenas naqueles transcorridos um mês após seu início: 13.647 abordagens policiais, 296 prisões efetuadas, 5.915 encaminhamentos, 195 internações (ver <http://www.policiamilitar.sp.gov.br/hotsites/centrolegal/index.html>, acesso em 27/1/2014). As ações repressivas ocorridas em janeiro de 2012, identificadas como “Operação Sufoco” ou “Operação Dor e Sofrimento”, foram marcadas por forte intensificação da repressão policial, que repercutiu negativamente não apenas pela violência utilizada contra os usuários de crack, mas por tentar instituir as internações involuntárias e compulsórias, criticadas por muitos profissionais e especialistas da área de saúde. Isso ensejou um conjunto de ações por parte do Ministério Público, bem como diversas ações por ativistas ligados aos direitos humanos.

O resultado de décadas de políticas repressivas, com foco na contenção e no terror, atingiu seu ápice nos últimos seis meses quando se notou, a contrapelo das ações de repressão – ou mais possivelmente em razão delas, o aumento da “resistência territorial” dos usuários de crack que construíram barracos no local e literalmente criaram uma favelinha no centro de São Paulo. Se há tempos já se argumentava que o centro também pode ser a periferia da periferia e o destino final dos muito pobres, isso se materializou espacialmente como nunca.

No início de 2014, e usando as palavras de um dos mais antigos frequentadores da região, “a prefeitura veio perguntar o que precisava para sair daqui, para tirar a barraca das calçadas” (<http://outraspalavras.net/blog/2014/01/27/em-video-a-encruzilhada-da-cracolandia-paulistana/>).

A resposta a essa pergunta já é conhecida de todos: o programa “Braços Abertos”, de maneira inédita e incorporando parte das bandeiras de luta de grupos contrários às ações higienistas na região, bem como a crítica às práticas de internações involuntárias, lançou mão de uma estratégia não policial: sem exigir a abstinência, diz ter acordado com os usuários a demolição dos barracos em troca de quartos em hotel, três refeições e quatro horas de serviços diários a 15 reais. De um lado, essa proposta arrojada e corajosa pautou os temas do trabalho e moradia – algo que já estava longe do debate para essa população, além da saúde e assistência; de outro, ao se restringir apenas aos que estavam habitando os barracos, acabou por dividir os usuários em dois perfis: 1) aqueles que aderiram ao programa e sob os quais se deposita a

promessa de recuperação; 2) aqueles que não aderiram ao programa (por não poderem ou não quererem), conformando a população que localmente vem sendo chamada de fluxo – e que também não exclui os que participam do programa, em seu turno de não trabalho.

Seguindo a lógica de muitas outras políticas sociais recentes, propõe-se condicionalidades para o acesso ao “direito”: aos que não as aceitam, a repressão vem a galope. Não por coincidência, foi sob este segundo grupo que recaiu a repressão policial desproporcional, da última semana. Revela-se ainda, nesse caso, um claro conflito entre os governos estadual e municipal quanto ao modo de enfrentamento de um quadro complexo, em que a predominância da ação repressiva tem se mostrado não apenas ineficaz como, possivelmente, intensificadora dos conflitos locais.

Apesar do arrojo da proposta da atual gestão local, é necessário lembrar que o Projeto Nova Luz, marcado por intervenções urbanísticas polêmicas e por demolições que até aqui têm acentuado os problemas da região, foi engavetado, mas não encerrado. Há muitas reclamações da população da área quanto à carência de serviços básicos, como p. ex. o forte acúmulo de lixo e uma iluminação pública precária.

Além disso, convém notar que o discurso de recuperação do usuário aumentou simultaneamente a guerra e a criminalização do “traficante” – o que só retroalimenta o ciclo vicioso de encarceramento em massa. Sem inibir o mercado que oferta drogas para que sejam vendidas, prender aqueles que se considera “traficantes” na “Cracolândia”, como se alardeia publicamente (<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/01/pessoas-que-estao-em-atividade-ilicita-nao-se-sentirao-mais-seguras-na-cracolandia-afirma-haddad-9130.html>), provoca apenas substituição desses pequenos funcionários, aumentando o contingente social de “traficantes presos”, que na cadeia vão se formar no “crime”. A diferenciação entre uma política para “usuários” e outra para “traficantes”, portanto, não se sustenta etnograficamente e corre o risco de anular os avanços obtidos.

Se os “Braços Abertos” do mundo público ao problema da “Cracolândia” pareciam iluminar o final do túnel de repressão desproporcional aos pequenos traficantes, bem como a dinâmica de extorsões que a acompanha (ver: <http://jornalggn.com.br/noticia/nao-pagamento-de-taxa-de-protecao-pode-ter-motivado-operacao-de-policiais-na-cracolandia>), a última semana demonstrou que os avanços nas políticas, reconhecidos por muitos dos que lidam diretamente com o problema, ainda encontram muitos obstáculos na própria esfera governamental. Sufocar pequenos traficantes parece, ainda, ser a única política de consenso estatal para o problema da “Cracolândia”. Entendemos que isso é muito pouco.

Nota da ABA em repúdio as declarações do Deputado Luiz Carlos Heinze (PPR-RS)

A Associação Brasileira de Antropologia torna público seu repúdio às declarações do deputado Luiz Carlos Heinze (PPR-RS) que afirmou em audiência pública da Comissão de Agricultura da Câmara em Vicente Dutra, no norte do Rio Grande do Sul: “o mesmo governo... seu Gilberto Carvalho também é ministro da presidenta Dilma. É ali que estão aninhados quilombolas, índios, gays, lésbicas, tudo que não presta, ali está alinhado. E eles tem a direção, que tem o comando do governo “. Na mesma ocasião, o deputado Alceu Moreira (PMDB-RS) incitou os agricultores a armarem-se contra eventuais ocupações indígenas. A ABA junta-se à FUNAI para exigir que se faça justiça e que tais crimes sejam investigados e que os deputados respondam por “falta de decoro parlamentar”.

Carmen Rial

Presidente da ABA

Brasília, 17 de fevereiro de 2014.

Nota pública: Jogando contra a democracia

Cerca de 80 institutos de pesquisa, grupos de assessoria jurídica popular, organizações de direitos humanos do Brasil lançam nota de repúdio ao editorial do Jornal O Estado de S. Paulo, de 3 de março deste ano, intitulado “Drible do Judiciário”. Na mesma esteira do artigo “Contra a Lei”, da senadora Kátia Abreu, publicado na Folha de S. Paulo, e da nota da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o editorial ataca propostas de mediação de conflitos fundiários rurais e deslegitima o direito à terra por comunidades, povos tradicionais e camponeses.

A posição explicitada no editorial, assim como no artigo da senadora e na nota da CNA, é re-posta ao recente lançamento da pesquisa “Casos Emblemáticos e Experiências de Mediação: análise para uma cultura institucional de soluções alternativas de conflitos fundiários rurais”, realizada pela Terra de Direitos – Organização de Direitos Humanos, em parceria estabelecida com a Secretaria de Reforma do Judiciário e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Os referidos textos desrespeitam o conjunto dos profissionais que desenvolveram a pesquisa e a Advocacia Popular como prática de defesa de direitos humanos, além de sugerir que o Estado Democrático de Direito brasileiro não protege os direitos de indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e camponeses.

Confira a nota:

–

Nota pública: Jogando contra a democracia

Jogando contra a democracia: o editorial de O Estado de S. Paulo contra a pesquisa sobre conflitos fundiários rurais

Institutos de pesquisa, grupos de assessoria jurídica popular e outras organizações vêm publicamente manifestar sua indignação e repúdio ao conteúdo do editorial do Jornal O Estado de S. Paulo, de 3 de março deste ano, intitulado “Drible do Judiciário”.

O referido editorial tem por objetivo atacar a pesquisa “Casos Emblemáticos e Experiências de Mediação: análise para uma cultura institucional de soluções alternativas de conflitos fundiários rurais”, realizada pela Terra de Direitos – Organização de Direitos Humanos, em parceria estabelecida com a Secretaria de Reforma do Judiciário e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Ao investir contra a pesquisa, o editorial, agride toda a comunidade de pesquisadores da área de “direito e movimentos sociais” e da assessoria jurídica popular, no Brasil, além de, principalmente, ofender a luta pelos direitos de indígenas e quilombolas.

Chama a atenção, na leitura do editorial, a quantidade de adjetivos com intenção pejorativa ao longo do texto. Por exemplo: logo na segunda frase, aparece o termo “gelatinoso”, para qualificar o argumento dos que defendem os direitos de indígenas e quilombolas; na terceira, surgem as “convicções socialistas” dos movimentos sociais, bem como seus pontos de vista “esdrúxulos”.

É certo que, por se tratar de texto opinativo, o editorial não precisa ater-se às exigências de objetividade da redação de notícias com intuito meramente informativo. Porém, espanta o fato de que um ataque tão veemente a alguns dos setores mais fragilizados da nossa sociedade não seja acompanhado de um compromisso com a base factual dessas afirmações.

Mas qual o motivo desse pouco razoável ataque? Sem dúvida, a ameaça que representa, para a elite dirigente brasileira representada pelos setores do ruralismo e da grande mídia, a afirmação de que os direitos dos povos indígenas e quilombolas devem ser respeitados. Para o jornal, os direitos históricos de indígenas e quilombolas sobre as terras são meramente “alegados”. Mesmo os indígenas do sul da Bahia não passam de “supostos índios”. Até os antropólogos, profissionais que passam boa parte de suas vidas estudando e convivendo com indígenas e quilombolas, não escapam ao destempero do editorial, que qualifica esse trabalho de “antropologia de botequim”. Fica evidente que o editorial refere-se com menosprezo aos profissionais da Antropologia e do

Direito que buscam realizar diálogos entre estes dois saberes, menosprezando-os com escárnio estratégico.

Quanto à discussão jurídica, a opinião emitida contribui apenas para reviver a época do sacrosanto direito à propriedade privada, aquela na qual se poderia fazer tudo com a propriedade, inclusive nada. Como sabemos, todavia, o tempo e as lutas sociais trouxeram sensíveis mudanças em nossa legislação, o que se expressa na exigência atual do cumprimento da função social da propriedade. Ou seja, o título de propriedade não autoriza tratar a terra de forma abusiva, irresponsável; ao contrário, é exigido que, no exercício de tal direito, se cumpra a sua função social, entrando em seu rol a produtividade, o respeito ao meio ambiente, às relações de trabalho e ao bem-estar social. E não apenas isto. A Constituição de 1988, a vasta legislação infraconstitucional e os documentos internacionais de Direitos Humanos dos quais o Brasil é signatário reconhecem e afirmam o direito dos povos indígenas e comunidades quilombolas à terra e ao território tradicional. Há, também, todo um criterioso trabalho de antropólogos e juristas na busca pela concretização do direito constitucional à terra e ao território tradicional, o que não se contrapõe à melhor interpretação ao direito constitucional à propriedade. O editorial afirma que “a propriedade, por mais documentada que seja” estaria em risco frente aos direitos tradicionais, ignorando que, em regra, essa documentação é passível de muitos questionamentos, fruto de grilagens, esbulhos, invasões etc., e não o contrário. Os “invasores de terra” na história do Brasil, por excelência, são os grandes proprietários e não os indígenas, quilombolas ou movimentos sociais de camponeses.

Inseridos em contextos de violências e assassinatos no campo por causas ligadas a conflitos fundiários, de destruição do meio ambiente natural no qual habitam, de concentração fundiária (cerca de 1% dos proprietários rurais detêm em torno de 46% de todas as terras), de remoção de suas populações para a construção de grandes obras e de grilagem de suas terras, dentre outros iníquos cenários, tais povos, a fim de buscar a legítima concretização de seus direitos, organizam-se em movimentos sociais, resistindo contra históricas injustiças sociais, culturais e ambientais. A ordem democrática não se faz sem a participação social, sem a insurgência popular, sem espaços-tempos onde se experencie todo o poder que emana do povo.

Buscando, em conjunto com esses movimentos sociais, soluções concretas para tais situações, assessores jurídicos populares, bem como integrantes do Sistema de Justiça e pesquisadores de diversos âmbitos do conhecimento têm, por diversos meios, apoiado povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e o campesinato em seu direito a lutar por respeito às suas terras, culturas e identidades e por equidade territorial no Brasil, país pluriétnico e intercultural. Daí que o periódico, ao se referir, em seu editorial, à pesquisa sobre soluções alternativas de conflitos fundiários rurais, tentou ecoar palavras as quais beiram a má-fé e irresponsabilidade ou mesmo desorientação na perspectiva jurídica.

É de se destacar que a investigação atacada em nada colabora para afastar a intervenção do poder judiciário na resolução de conflitos, mas, ao contrário, ela parte da premissa – incentivada pelo Conselho Nacional de Justiça – de que a mediação é um meio de democratizar e dar celeridade às demandas mais urgentes da sociedade. Em um tempo onde se fala cada vez mais de reforma do judiciário e métodos alternativos de resolução de demandas, criticar a mediação é um anacronismo.

Neste editorial lêem-se expressões as quais não só desrespeitam os profissionais que desenvolveram a pesquisa e a Advocacia Popular como prática de defesa de direitos humanos, bem como, o mais grave, incita à ideia de que o Estado Democrático de Direito brasileiro, constitucionalmente afirmado, não protege os direitos de indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e camponeses. Estimula, ainda, seus leitores a manterem a crença de que o direito de propriedade no Brasil está garantido apenas pela escritura cartorária, tal como afirmava o antigo código civilista, e não como afirma a Constituição, quando esta se refere à função socioambiental que deve

cumprir a propriedade.

O editorial do referido jornal lança, também, nebulosas informações sobre seus leitores acerca da proposta esboçada pela pesquisa realizada pela Terra de Direitos, a qual, em momento algum, propõe substituir juízes por mediadores, mas sim tecer um sistema no qual os juízes possam se apropriar cada vez mais da realidade na qual vivem centenas de milhares de pessoas na luta pela posse de seus territórios tradicionais, trabalhando em conjunto com um sistema de mediação de conflitos em meio rural para que todos possam contribuir mais efetivamente com a solução de tais conflitos.

Causa, no mínimo, estranheza, que um veículo de comunicação social, que alegadamente se pauta pela imparcialidade na informação, se manifeste absolutamente a favor de notalançada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), no dia 20 de fevereiro de 2014, a qual demonstrava sua “perplexidade” acerca da proposta trazida pela citada pesquisa por motivos bastante confluentes, para não dizer quase os mesmos, com os apontados pelo editorial. Aliás, exatamente os mesmos argumentos reproduzidos pela presidente da CNA, senadora Kátia Abreu, em sua coluna semanal no jornal Folha de S. Paulo, no dia 22 de fevereiro.

O apoio aqui expressado, portanto, pretende evidenciar que mais essa tentativa de dribble da Justiça, esboçada pelo editorial de O Estado de São Paulo, faz parte de uma campanha midiática antidemocrática, aliada aos setores mais conservadores de nossa sociedade, a qual busca obstaculizar o processo de construção de real e efetiva equidade territorial no Brasil. Sigamos, pois, como a sociedade brasileira, na busca pela concretização dos direitos à terra, ao território e à propriedade cumpridora de sua função socioambiental!

13 de março de 2014.

Assinam:

Advogados Sem Fronteiras (ASF-Brasil)

AJUP Roberto Lyra Filho (UnB)

Articulação Justiça e Direitos Humanos (JusDH)

Associação Brasileira de Antropologia (ABA)

Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR)

Associação de Moradores Amiga das Vilas (PR)

Associação dos Advogados Populares da Amazônia (AAPA)

Associação dos Servidores da SEMACE – ASSEMACE

Associação Missão Tremembé – AMIT

Centro Acadêmico Amaro Cavalcanti (Direito/UFRN)

Centro Acadêmico de Direito da UFERSA

Centro Acadêmico de Direito – CADir (UnB)

Centro Acadêmico Hugo Simas – CAHS (Direito/UFPR)

Centro de Assessoria Popular Mariana Criola (RJ)

Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará – CEDENPA

Centro de Pesquisa em Etnologia Indígena CPEI/IFCH/UNICAMP

Centro de Referência em Direitos Humanos CRDH/UESB

Centro de Referência em Direitos Humanos da UFPB

Centro de Referência em Direitos Humanos da UFRN

Centro de Referência em Direitos Humanos do Semiárido (UFERSA)

Cerrado Assessoria Jurídica Popular (GO)

Coletivo Catarina de Advocacia Popular (SC)

Coletivo Quilombola do Centro de Estudos Rurais – CERES/IFCH/UNICAMP

Comissão de Direitos Humanos da OAB – Jabaquara/SP

Comissão de Direitos Humanos da OAB/MG

Comissão de Direitos Humanos da UFPB
Comissão Pastoral da Terra do Ceará (CPT/CE)
Comissão Pró-Índio de São Paulo
Conselho Indigenista Missionário – CIMI
Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)
Dignitatis – Assessoria Técnica Popular (PB)
Diretório Central dos Estudantes da UFERSA
Fase – Solidariedade e Educação
Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (FISENGE)
Federação Nacional de Estudantes de Direito (FENED)
Fórum de Extensão (Direito/UFPR)
Fórum Justiça
Forschungs- und Dokumentationszentrum Chile-Lateinamerika/Berlin (FDCL – Centro de Pesquisa e Documentação Chile e América Latina/Berlim)
Frente de Esquerda (Direito/UFPR)
Geledés – Instituto da Mulher Negra
Grupo de Estudos em Direito Crítico, Marxismo e América Latina – GEDIC (UFERSA)
Grupo de Pesquisa e Extensão “Direitos Humanos e Cidadania” – UFPI
Grupo de Pesquisa Marxismo, Direito e Lutas Sociais (GPLutas)
Grupo de Pesquisa Meio Ambiente: Sociedades Tradicionais e Sociedade Hegemônica (PUCPR)
Grupo Tortura Nunca Mais – Paraná
Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS)
Instituto Defesa da Classe Trabalhadora/PR
Instituto Democracia Popular – Curitiba/PR
Instituto Luiz Gama (ILG)
Justiça Global
Lutas: Formação e Assessoria em Direitos Humanos (Londrina/PR)
Marcha da Maconha Brasília (DF)
Movimento Direito: a dinâmica das ruas (UnB)
Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)
Movimento dos Blogueiros Progressistas do Paraná (PRBlogProg)
Movimento em Defesa dos Povos Indígenas do Oeste do Paraná
Movimento Xingu Vivo para Sempre (PA)
Movimento Zoada/PE
Movimento Xingu Vivo para Sempre (PA)
Núcleo de Assessoria Jurídica Alternativa – NAJA (UESB/BA)
Núcleo de Assessoria Jurídica Comunitária – NAJUC/UFC
Núcleo de Assessoria Jurídica Popular de Ribeirão Preto (NAJURP/USP)
Núcleo de Assessoria Jurídica Popular – NAJUP Direito nas Ruas (UFPE)
Núcleo de Estudos Filosóficos (NEFIL/UFPR)
Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Direitos Humanos do Instituto Camilo Filho – ICF – Piauí
Núcleo de Extensão Popular – NEP Flor de Mandacaru (PE)
Plataforma Dhesca Brasil
Programa de Educação em Direitos Humanos PEDH/UESB
Promotoras Legais Populares de Curitiba e Região (PR)
Rede Brasileira de Justiça Ambiental – RBJA
Rede Estadual de Assessorias Jurídicas Universitárias Populares do Piauí

Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP)
Ser-tão Assessoria Jurídica Popular/UERN
Sindicato dos Engenheiros do Paraná – SENGE/PR
Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná (Sindijus-PR)
Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público do Estado do Ceará – MOVA-SE
Sociedade de Direitos Humanos para a Paz – DHPaz (PR)
THEMIS – Gênero, Justiça e Direitos Humanos (RS)
Tribunal Popular: o estado brasileiro no banco dos réus
Urucum – Assessoria em Direitos Humanos, Comunicação e Justiça (CE)
Arquivado em Notas com as tags assessoria jurídica popular, conflitos fundiários, Constituição Federal, democratização da justiça, Flávio Caetano, Gilberto Carvalho, IPDMS, Kátia Abreu, mediação de conflitos, Ministério da Justiça, Movimentos sociais do campo, O Estado de S. Paulo, Secretaria de Reforma do Judiciário, Seminário Diálogos sobre justiça
Linhas de atuação: Terra, território e equidade sócio-espacial

MANIFESTAÇÃO DE REPÚDIO ÀS AÇÕES VIOLENTAS

CONTRA A COMUNIDADE ACADÊMICA DA UFSC

As Sociedades Científicas, abaixo assinadas, vêm a público repudiar as ações violentas da Polícia Federal e da Polícia Militar no Campus da UFSC, que agrediram estudantes, professores e servidores e, sobretudo, feriram a autonomia universitária e os valores educacionais que regem a formação de nosso alunato, pautados no respeito, no diálogo, na ética e na cidadania.

Causa indignação e também estranheza a ocorrência de tais ações na UFSC, uma instituição que tem se destacado como uma das melhores universidades do país e do exterior. De acordo com o Ranking Mundial promovido pelo Conselho Superior de Investigações Científicas, ela ocupa um honroso terceiro lugar em produção científica, sendo antecedida apenas pela USP e pela UFRGS. Segundo o Ranking Web of Universities, a UFSC ocupa a quarta posição entre as melhores universidades da América Latina. Fundada em 1960, esta instituição, considerada por várias instâncias avaliadoras a melhor do Estado de Santa Catarina, tem se expandido incansavelmente, abrigando hoje um contingente formado por cerca de 43.000 alunos matriculados em 105 cursos de graduação e 156 de pós-graduação. Os/as docentes que atuam nesses cursos são em sua maioria doutores/as e trabalham em regime de dedicação exclusiva, liderando núcleos e grupos de pesquisa. Em 2013, dos 56 programas de Pós-Graduação da UFSC avaliados pela Capes, 17 alcançaram as notas mais altas (6 e 7) concedidas pela agência, referendando os cursos como de excelência internacional. Dois desses programas de pós-graduação estão no CFH. No último quadriênio, a UFSC diplomou 14.588 profissionais graduados e 10.824 pós-graduados, atingindo a marca recorde de 25.412 diplomados. A isso se soma a colaboração de 3.075 técnicos-administrativos.

Esses números refletem claramente o compromisso desta instituição com uma política de expansão e de qualidade do ensino público superior, favorecendo a inclusão e a permanência dos estudantes através da garantia de bolsas de estudo, da definição clara de Programas de Ações Afirmativas, bem como do funcionamento da Biblioteca Universitária, do RU e do HU. Além desses números favoráveis, a existência de 317 acordos da UFSC com universidades e instituições de pesquisa de diferentes países, sinaliza o lugar de destaque que ela ocupa também no cenário internacional. Essa trajetória exemplar, marcada por sólido e sistemático empenho em busca de um ensino de excelência, nos orgulha e estimula em nossas atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária.

Também manifestamos nossa estranheza diante do modo como a imagem da UFSC e os episódios desencadeados pela intransigente e violenta ação da Polícia Federal, com o apoio da Polícia Militar, têm sido insidiosamente distorcidos pelos órgãos de imprensa locais. Esses parecem desconhecer não apenas a qualidade do trabalho acadêmico, mas também o impacto educacional, social e econômico altamente positivo da UFSC, que deveria ser tratada com o devido respeito, como um patrimônio do Estado de Santa Catarina.

Reconhecemos que, assim como qualquer outro local do país, os vários campi da UFSC estão sujeitos aos conflitos e tensões típicos do crescimento urbano e dos espaços democráticos nos quais a diversidade de opiniões e os movimentos sociais se expressam e convivem num clima de liberdade. No entanto, entendemos que as intervenções policiais devem passar pela apreciação e anuência da Reitoria. Consideramos fundamental o respeito à autonomia universitária e à legitimidade de suas instâncias de decisão.

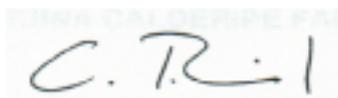
Atualmente, a UFSC é liderada por duas professoras/pesquisadoras que foram eleitas democraticamente pela comunidade acadêmica, cujas trajetórias refletem o comprometimento com a seriedade e a qualidade dessa instituição. Externamos confiança em nossas colegas e repudiamos as infâmias veiculadas na imprensa, muitas das quais colocam em dúvida suas competências por serem mulheres.

Assim, as Sociedades Científicas, abaixo assinadas, manifestam seu repúdio à violência empreendida pela Polícia Federal e Polícia Militar no Campus da UFSC, entendendo que esta se coaduna com reiteradas ações de criminalização dos movimentos sociais, e reforçam sua solidariedade aos/às professores/as por ela atingidos/as, especialmente Paulo Pinheiro Machado e Sônia Weidner Maluf, Diretor e Vice-Diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, aos estudantes que foram presos, aos servidores que buscaram uma solução negociada, aos feridos e a sua administração central, que legitimamente representa a comunidade universitária. É inaceitável qualquer forma de violência em um espaço público e vocacionado para a educação como é um campus Universitário.

ABA apoia nota do PPGAS frente à prisão de estudantes da UFG

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) apoia a manifestação dos colegas do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás com relação à prisão preventiva de três estudantes da UFG.

A ABA espera que seja garantido o direito a ampla defesa e a integridade física dos estudantes como rege o Estado Democrático de Direito. A ABA repudia ainda todos os atos repressivos que tem acontecidos em várias Universidades do país e com relação aos que se manifestam publicamente. É inadmissível criminalizar movimentos sociais que têm o direito constituinte de se manifestar democraticamente.



Carmen Rial
Presidente da ABA



Florianópolis, 3 de junho de 2014.

Ao Deputado Paulo César Quartiero

Excelentíssimo Deputado,

Sabedores da audiência pública relativa a Convenção 169/OIT, viemos informar-lhe que a Associação Brasileira de Antropologia/ABA considera esta peça fundamental para a consolidação da legislação referente aos direitos indígenas no país e se disponibiliza a fornecer subsídios sobre a matéria bem como se prontifica a participar de futuros debates promovidos por esta Egrégia Comissão.

Outrossim gostaríamos de acrescentar que o Sr. Edward Luz não representa de maneira alguma as posições da ABA, nem expressa a experiência e o saber acumulado pelos antropólogos brasileiros neste assunto. Por declarações equivocadas e simplificadoras, inteiramente desprovidas de rigor e embasamento científico, reiteradamente dadas a imprensa, o citado senhor foi desligado dessa associação, no início de 2013, de acordo com parecer da Comissão de Ética, aprovado pelo Conselho Científico.

Manifestando-lhe os nossos protestos de mais alta estima e consideração,

Atenciosamente,

Carmen Rial
Presidente da ABA

Associação Brasileira de Antropologia, Caixa Postal 04491, Brasília-DF, CEP: 70904-970
Tel./Fax: (61) 3307-3754 – E-mail: aba@abant.org.br – Site: www.portal.abant.org.br
29ª Reunião Brasileira de Antropologia
E-mail: 29rba@abant.org.br Site: <http://www.29rba.abant.org.br/>

Brasília, 24 de setembro de 2014.

Ofício nº 046/2014/ABA/PRES

Exmo. Sr.
Glaucius Oliva
Presidente
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

Exmo. Sr.,

Em nome do Fórum de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, vimos retomar o tema da criação de uma Diretoria de Ciências Humanas no CNPq, conforme foi exposto no Simpósio Ciências Humanas e Sociais nas Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação Contemporâneas, realizado dia 20 de agosto de 2014, no CNPq, tendo obtido o seu aval. Sendo assim, solicitamos que tal demanda seja incluída na pauta da próxima reunião do Conselho Diretor do CNPq.

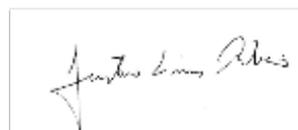
Agradecemos a oportunidade de contar com sua ilustre presença no Seminário mencionado, e aguardamos futuras informações.

Na expectativa de contar com vossa atenção, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,



Carmen Rial
Presidente da ABA



Gustavo Lins Ribeiro
Presidente da ANPOCS

ABA/Comissão de Direitos Humanos manifestação contra o não reconhecimento do status de religião aos cultos afro-brasileiros

A Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia vem a público manifestar seu repúdio ao despacho do juiz da 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro, Eugenio Rosa de Araujo, que proferiu sentença na ação civil pública número 0004747-33.2014.4.02.5101 (2014.51.01.004747-2), de autoria do Ministério Público Federal. A referida ação pleiteava a retirada de vídeos postados na internet contrários à umbanda e ao candomblé. A Comissão vem manifestar sua preocupação com a possibilidade de recrudescimento de atos discriminatórios contra as religiões de matriz afro-brasileira em face à manifestação do juiz, que justificou sua decisão por não reconhecer o status de religião aos cultos afro-brasileiros.

A Comissão considera que a manifestação do magistrado representa um ato de intolerância religiosa, pois nega o reconhecimento de direitos aos milhares de brasileiros praticantes de religiões de matriz afro-brasileira, que historicamente não foram tratados pelo Estado como “pessoas dignas”, mercedores de reconhecimento pleno de direitos de cidadania. Tal ato contraria a agenda política contemporânea dos movimentos sociais que tem sido marcada por solicitações que reafirmam suas identidades diferenciadas como um elemento positivo na luta pelo reconhecimento em face da sociedade nacional.

A intolerância religiosa ou a discriminação com base nas convicções é um crime que se manifesta a partir de qualquer “distinção, exclusão, restrição ou preferência fundada na religião ou nas convicções e cujo fim ou efeito seja a abolição ou o fim do reconhecimento, o gozo e o exercício em igualdade dos direitos humanos e das liberdades fundamentais” (art. II, parágrafo 2º - Declaração Sobre a Eliminação de todas as Formas de Intolerância e Discriminação Fundadas na Religião ou nas Convicções, Proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a 25 de novembro de 1981 - Resolução 36/55).

O despacho do juiz também contraria à Constituição Federal que, no artigo 215º parágrafo 1º, proclama: “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”.

Lembramos que a religião constitui um dos elementos fundamentais da construção da identidade e concepção de vida daqueles que creem, portanto a liberdade de religião ou de convicções deve ser

integralmente respeitada e assegurada. Não é a existência de um livro sagrado ou a crença numa divindade única que asseguram o status de religião, mas sim um conjunto de crenças, ritos e representações que definam o que é sagrado e profano em uma dada sociedade. Neste sentido a Comissão ressalta que o Estado tem o dever de defender o direito à liberdade religiosa e, conseqüentemente, a responsabilidade de assegurar as condições que possibilitem aos cidadãos o exercício deste direito.

Petição Comitê Migrações e Deslocamentos/ABA sobre a I Comigrar

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA), juntamente com o seu Comitê Migrações e Deslocamentos, vem manifestar a sua surpresa diante da indevida inserção na programação oficial da 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (COMIGRAR) de uma Feira Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Experiências de Políticas Migratórias. A ABA desde o primeiro momento alinhou-se com a COMIGRAR através de representação no CASC, realização de uma conferência livre e planejamento de oficina sobre mobilizações sociais de emigrantes do Brasil e imigrantes no Brasil. Julgamos, entretanto, que a manutenção dessa Feira, com o destaque dado à temática do tráfico de pessoas, refletirá uma contradição entre o projeto democrático participativo da COMIGRAR - baseado em consultas prévias e que tem como foco os direitos humanos dos imigrantes - e sua (inconveniente) associação com uma pauta anti-tráfico de pessoas produzida por agências multilaterais e utilizada, sobretudo por governos do hemisfério norte, como instrumento de contenção da mobilidade humana, do livre exercício da prostituição e, em última análise, de criminalização da imigração.

Não se trata de negar a legitimidade do tema, que será inclusive objeto de análise em algumas oficinas. Mas defendemos que a temática central da COMIGRAR seja a mobilidade humana, evitando-se a todo custo uma indesejada confluência entre os debates sobre migração e criminalidade. Deve-se ainda observar que o enfrentamento ao tráfico de pessoas já dispõe de uma Política Nacional, dois Planos Nacionais e uma Rede de Núcleos de Enfrentamento, contando com respaldo institucional, orçamentário e político. Não faz sentido, portanto, que os debates sobre a tão esperada política migratória baseada em direitos humanos, sejam obscurecidos por, e inadvertidamente associados a, essa outra temática que tem seus próprios fóruns de debates e articulação e cujas pautas não condizem com os princípios norteadores da COMIGRAR.

OUTROS DOCUMENTOS

Nota da CAI sobre sentença índios Borari Arapium. Leia [aqui](#).

PROJETO GEOPARQUE - Caminhos dos Cânions do Sul (proposta) e os direitos da Comunidade Quilombola de São Roque, Santa Catarina, Sul do Brasil. Leia [aqui](#).

Criação de uma Diretoria de Ciências Humanas ao CNPq. Leia [aqui](#).

Considerações sobre o Anteprojeto de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil. Leia [aqui](#) para ler o Ofício e [aqui](#) para ler o anteprojeto.

Nota da CAI quanto ao processo demarcatório da Terra Indígena Morro dos Cavalos e à série de reportagens Terra Contestada. Leia [aqui](#).

Carta ABA sobre audiência pública convocada por Edward Luz. Leia [aqui](#).

ABA apoia nota do PPGAS frente à prisão de estudantes da UFG. Leia [aqui](#).

Apreciacao da ABA sobre a nova PL migracoes. Leia [aqui](#).

Petição Comitê Migrações e Deslocamentos-ABA sobre a I Comigrar. Leia [aqui](#).

Nota da ABA-Comissão de Direitos Humanos contra o não reconhecimento do status de religião aos cultos afro-brasileiros. Leia [aqui](#).

Manifestacao de repúdio às ações violentas contra a comunidade acadêmica da UFSC. Leia [aqui](#).

Nota da ABA em repúdio as declarações do Deputado Luiz Carlos Heinze (PPR-RS). Leia [aqui](#).

Nota sobre a Cracolândia - Comitê Migrações e Deslocamentos. Leia [aqui](#).

Campanha pela titulação das terras quilombolas - Comitê Quilombos. Leia [aqui](#).

Ofício nº 035- Lei Orçamentária Anual da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) - SBPC se manifesta e ABA apoia. Leia [aqui](#).

MJ - Portaria Regulamentadora do Decreto 1775 - Comentários CAI-ABA. Leia [aqui](#).

ABA subscreve carta da AAB solicitando Audiência Pública no Ministério da Justiça sobre a Revisão da Lei 8.159. Leia [aqui](#).

Nota Pública sobre Licitações da ANP. Leia [aqui](#).

Ofício nº 031 - Situação dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul. Leia [aqui](#).

Ofício nº 030 - Vestibular indígena UFPR. Leia [aqui](#).

Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos apoia a nota conjunta da Fiocruz, Abrasco e INCA. Leia [aqui](#).

Nota da CAI sobre o ataque contra os Tupinambás da Serra do Padeiro. Leia [aqui](#).

Nota da CAI - Apoio ao documento da UNIOESTE sobre as ameaças recentes sofridas pelos Guarani. Leia [aqui](#).

Documento Unioeste sobre as ameaças recentes sofridas pelos Guarani. Leia [aqui](#).

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia - Sobre Editais. Leia [aqui](#).

ABA denuncia a cura gay - Comitê Gênero e Sexualidade. Leia [aqui](#).

Nota da ABAComitê Gênero e Sexualidade - CFM pela posição de despenalizar o ABORTO até 12 semanas. Leia [aqui](#).

Nota da ABA - Em Defesa dos Direitos Territoriais do Povo Indígena Caxixó. Leia [aqui](#).

Ofício nº 015 - Nota CAI-ABA sobre a situação dos Guarani. Leia [aqui](#).

Nota CAI-ABA sobre a situação dos Guarani. Leia [aqui](#).

ONG Cultural Survival apoia a ABA - Revised Brazil health support letter 5-2013. Leia [aqui](#).

ABA envia carta a Presidenta Dilma Rousseff referente à situação precária da saúde indígena.

Clique [aqui](#) a carta em português.

AAA apoia carta da ABA. Leia [aqui](#) a carta em inglês.

Nota do Comitê Gênero e Sexualidade pedindo a saída do Deputado Marcos Feliciano. Leia [aqui](#).

Manifestação Royalties apoio a SBPC. Leia [aqui](#).

Ofício e nota da CAI sobre a preocupação com o destino dos ocupantes indígenas da Aldeia Maracanã. Leia [aqui](#).

CAI-ABA exige apuração da morte de Guarani-Kaiowá. Leia [aqui](#).

Nota CAI - Permanencia da Aldeia Maracanã. Leia [aqui](#).

Carxs Colegas,

Esta é uma carta de despedida e de agradecimento.

Não se passou muito tempo desde o 11 de junho de 2013, data da primeira reunião de nossas Associações, que fundou o Fórum de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Como noticiaram na época nossos colegas (ver abaixo), o Fórum foi proposto pela Presidência da ANPOCS e da ABA, com objetivo inicial de solucionar os impasses criados pela resolução 169/96 que controlava a ética na pesquisa. Desde nosso primeiro encontro, nosso grupo inicial mais do que dobrou em número e outras metas foram acrescentadas buscando reforçar a nossa área que perdia espaço junto às agências financiadoras e aos órgãos governamentais. O Fórum cresceu e se tornou um interlocutor nas Políticas de Ciência e Tecnologia. Tivemos representantes negociando na CONEP uma legislação que atenda às especificidades da área. Neste mês, eles apresentaram um documento que esperamos seja aprovado. Fomos recebidos no CNPq, um GT foi formado para propor diretrizes de Ciência e Tecnologia e temos o compromisso de seu Presidente de colocar em pauta no Conselho Deliberativo do órgão de fomento a formação de uma Diretoria de Humanas e Sociais.

Até aqui, o Fórum foi coordenado pela ANPOCS e pela ABA (que cuidou de sua Secretaria). E assim será também na próxima reunião, para facilitar sua operacionalização, já não por nós mas pelos nossos sucessores no cargo de Presidência de nossas respectivas Associações: José Ricardo Ramalho (ANPOCS) e Antônio Carlos de Souza Lima (ABA). Como fizemos em outras ocasiões, eles consultarão o Fórum sobre quem deverá liderá-lo nos próximos meses. A nós, resta nos despedir desejando aos colegas que ficam muito sucesso na luta por um lugar diferenciado das humanas e sociais nas políticas federais de ciência, tecnologia e inovação.

Carmen Rial

Gustavo Lins Ribeiro

9 de novembro de 2014.

“Diante das dificuldades que alguns pesquisadores das áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas têm encontrado por não contarem com um instrumento que apoie ou as chancelas como pesquisas que atendam a um código de ética, e tendo em vista que o código de ética aplicado à área – através da resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde que regulamenta as pesquisas envolvendo seres humanos – traz a marca das ciências biomédicas, não atendendo, desta forma, as especificidades das pesquisas desta área, A Associação Brasileira de Antropologia/ABA e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais /ANPOCS convocaram um reunião, no último dia 11 de junho em Brasília.

Mais de 20 representantes de Associações Científicas do país compareceram, entre elas a **ULEPICC-Br**, para encaminhar a proposta de formação de um Conselho de Ética em Pesquisa, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que sirva como parâmetro para a pesquisa em suas áreas. Na ocasião, formou-se um GT que amplia o anterior Comitê de

Ética na Pesquisa formado pela ABA/ANPOCS para aperfeiçoar uma minuta apresentada e amplamente discutida na reunião. O documento será posteriormente levado ao ministro Marco Antonio Raupp, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

A reunião decidiu também formar preliminarmente o *Fórum de Associações das Ciências Humanas, Sociais e Ciências Sociais Aplicadas* como espaço político de encontro e encaminhamento de propostas de interesse dessas áreas. A próxima reunião do Fórum ocorrerá durante a SBPC, em Recife, em julho”.

Associados: 2.348

Adimplentes: 1.085 (46,2% em dia)

Inadimplentes: 1.263 (53,8% com anuidade em aberto)

Filiações:

Efetivos = 79 associados

Colaboradores = 14 associados

Pós-graduandos = 106 associados

Correspondentes = 03 associados

Aspirantes = 28 associados

Total de filiações = 230 associados

Mudanças de categoria:

Pós-graduando para Efetivo = 58 associados

Pós-graduando para Colaborador = 03 associados

Aspirante para Pós-graduando = 03 associados

Efetivo para Honorário = 01 associado

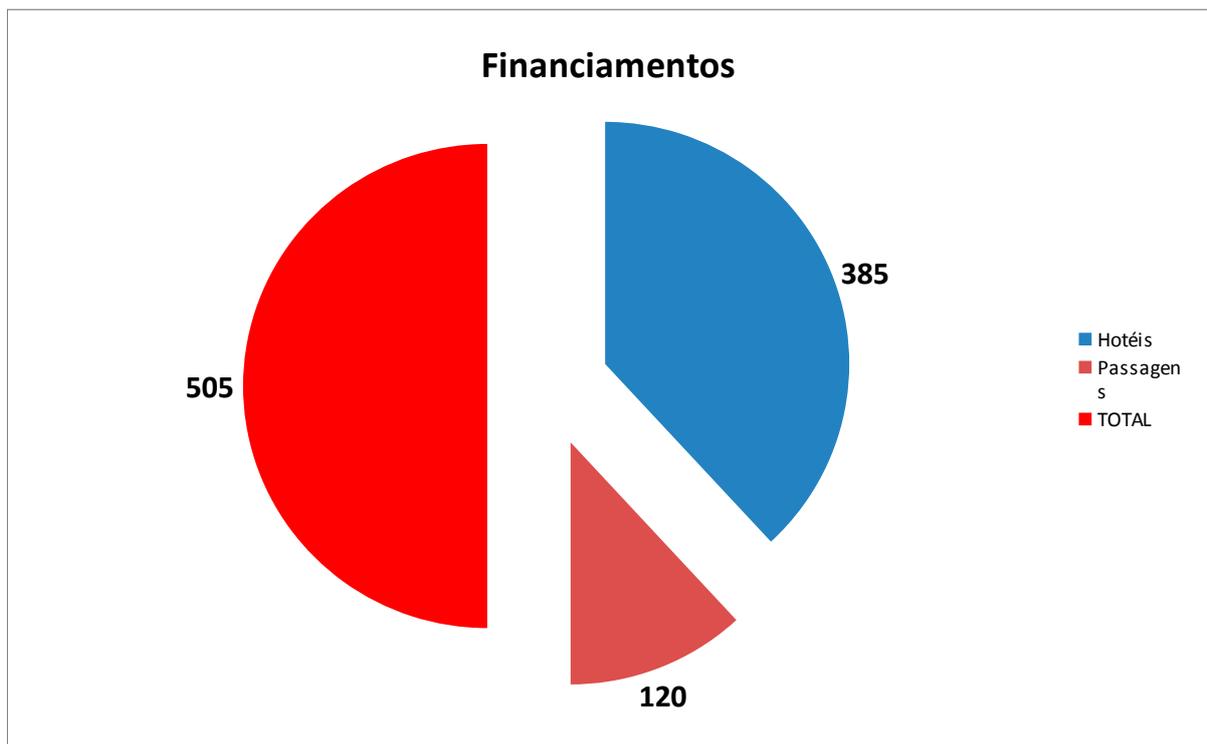
Total de mudanças de categoria: 65 associados

A viabilização e acompanhamento das atividades que envolveram a organização da 29ª Reunião Brasileira Antropologia ocorreu de forma satisfatória superando expectativas. Consideramos que essa satisfação está sinalizada através da qualidade dos materiais confeccionados para o evento; do atendimento prévio aos participantes financiados ou não, bem como o atendimento durante e após a Reunião; da recepção, transporte e hospedagem; da projeção e materialização de uma área de convivência contemplando alimentação, lazer e cultura. Destaque-se, sobretudo para o sucesso do evento, a montagem e realização de uma programação rica, diversa, inclusiva, inovadora ocupando um espaço considerável de auditórios, salas e outros espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

O sucesso na execução das atividades da secretaria deveu-se, portanto, ao perfeito diálogo com a Secretaria da ABA em Brasília, ao trabalho de equipe dos responsáveis locais e do permanente diálogo com as subcomissões que se reuniram periodicamente até a realização do evento e da parceria fundamental com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte/IFRN. Destaca-se nesse sentido a atuação das subcomissões que formaram a comissão local formada basicamente por professores e estudantes de graduação e pós-graduação da UFRN. Tendo experiência em eventos de pequeno e médio porte, a realização de um evento com as proporções da 29ª RBA foi um desafio para organização ao manejar suas próprias demandas acadêmicas com as demandas relativas ao evento. Nesse manejo que o papel da Secretaria foi fundamental ao dar suporte às subcomissões, muitas vezes sobrecarregando-se.

A viabilidade e o sucesso da realização desse grande evento que foi a 29ª RBA não foi possível sem as orientações da Comissão Científica/Diretoria da ABA e dedicação da Secretaria Local. Nesse sentido cabe salientar os esforços feitos para atender todas as prerrogativas esperadas pela ABA em relação aos preparativos para a Reunião. Ressaltamos, portanto, a responsabilidade assumida e atendida com demonstrações de qualidade diante de um trabalho complexo e por vezes extenuante, notadamente nos dias de realização do evento. Vale lembrar que a Secretaria respondeu a solicitação de revisão e dados para projetos, auxiliou na organização da programação e sua concomitante distribuição nos espaços da UFRN e do Centro de Convenções de Natal, na organização e gerência de participantes financiados com hospedagem, passagens e traslados, no atendimento às solicitações para o lançamento de livros e a feira de livros e, dentre outras funções desempenhadas não previstas, forneceu informações para a website da Reunião. A Secretaria respondeu ainda à solicitação para providenciar material de credenciamento dos participantes mantendo o diálogo com fornecedores, ajustando prazos e custos, e sobretudo, deu suporte à comissão local e à secretaria geral da ABA, e instrução de monitores.

Devemos falar também especificamente da hospedagem. Tendo em vista a experiência da comissão organizadora, a nossa sugestão é que os financiados fiquem responsáveis por suas reservas e que a ABA, se possível, participe com financiamento na forma de diárias. No processo de organização da hospedagem da 29ª RBA resolvemos as demandas pessoais, como por exemplo, reembolso com acompanhante em hotel, mas percebemos que dada a grande quantidade de financiados, essa atenção se torna inviável.



Como sugestão para as próximas reuniões que, se seguirem no mesmo formato organizacional, em virtude do crescente número de atividades e participantes, ressaltamos a importância da formação de uma secretaria local composta por equipe maior. Ressaltamos ainda que a proporção de um evento como foi a 29ª RBA, que reuniu aproximadamente 3000 pessoas, e dentre estes aproximadamente 500 financiados exigiria, para perfeita condução, pelo menos mais duas pessoas trabalhando especificamente nas funções da secretaria, o que foi feito com apenas duas.

O reconhecimento por parte dos participantes, a adesão à programação, a assiduidade às atividades e todos os e-mails de congratulação, bem como o reconhecimento por parte da ABA em relação aos nossos esforços somam-se a esta avaliação de desempenho da organização local da 29ª RBA.

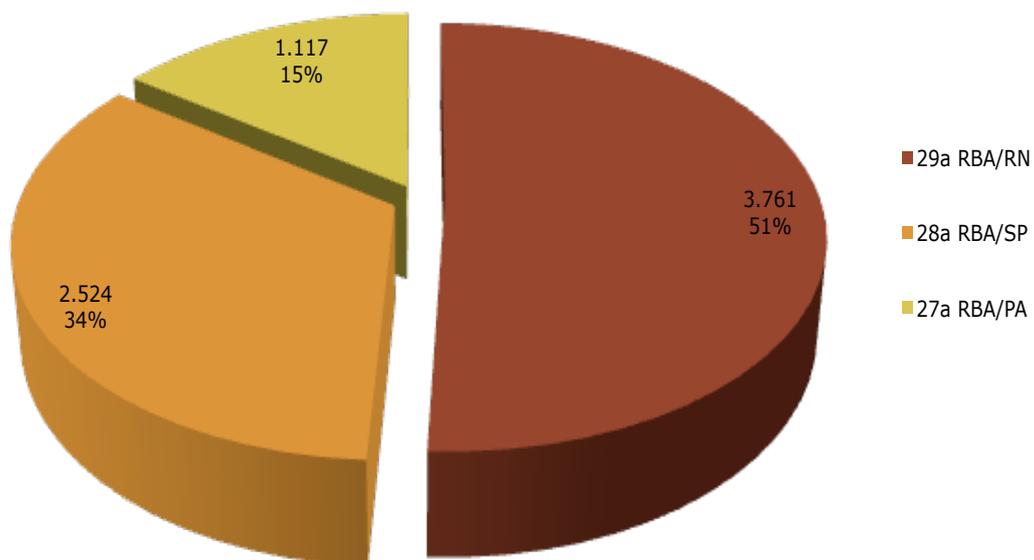
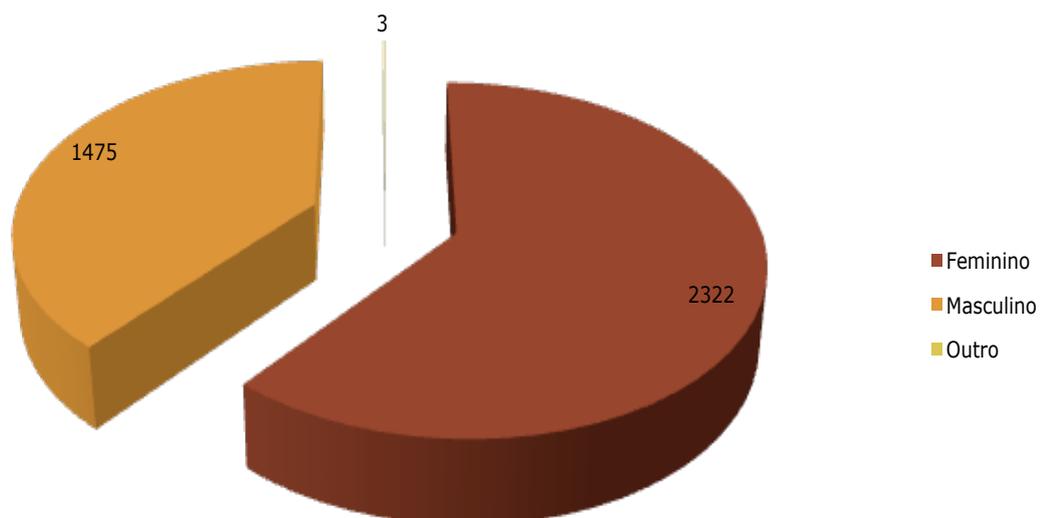
Finalmente, salientamos que todos os envolvidos saíram transformados desse processo, o que equivale a dizer que o grupo que faz antropologia na UFRN não é o mesmo após a realização da 29ª. RBA. Assim, inscrevemos a concretização dessa reunião nas nossas realizações coletivas, resultado do investimento do trabalho em equipe e a predisposição para múltiplos diálogos.

29ª RBA/NATAL FOI A MAIOR DA HISTÓRIA EM NÚMERO DE PARTICIPANTES

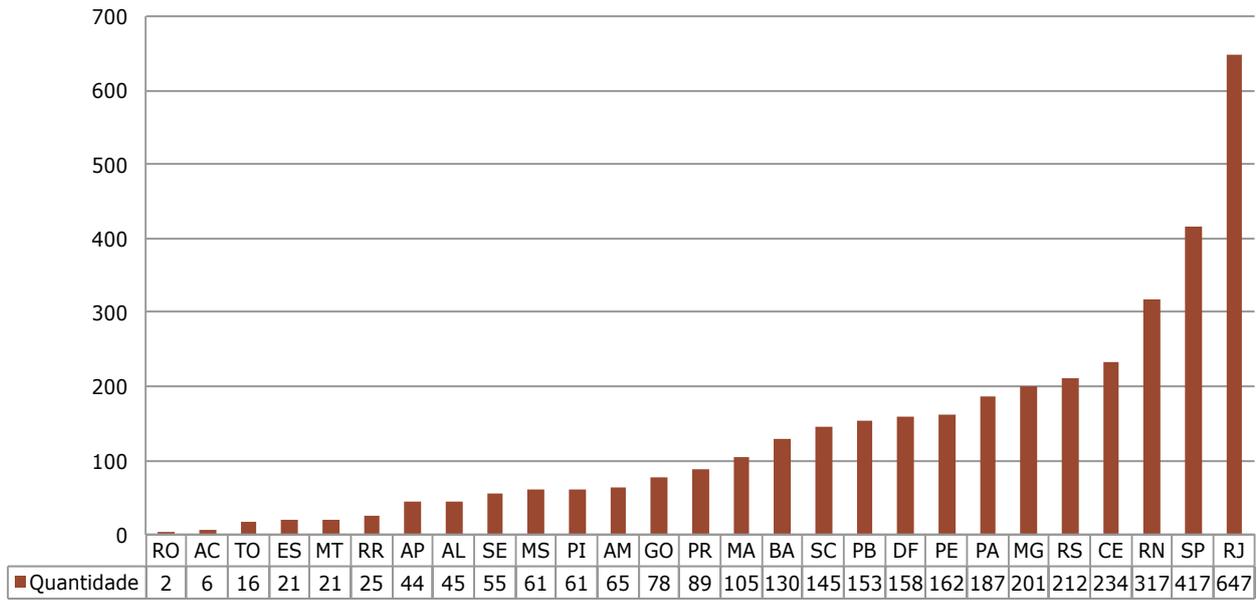
29ª RBA/Natal: 3.761 participantes

28ª RBA/SP : 2.524 participantes

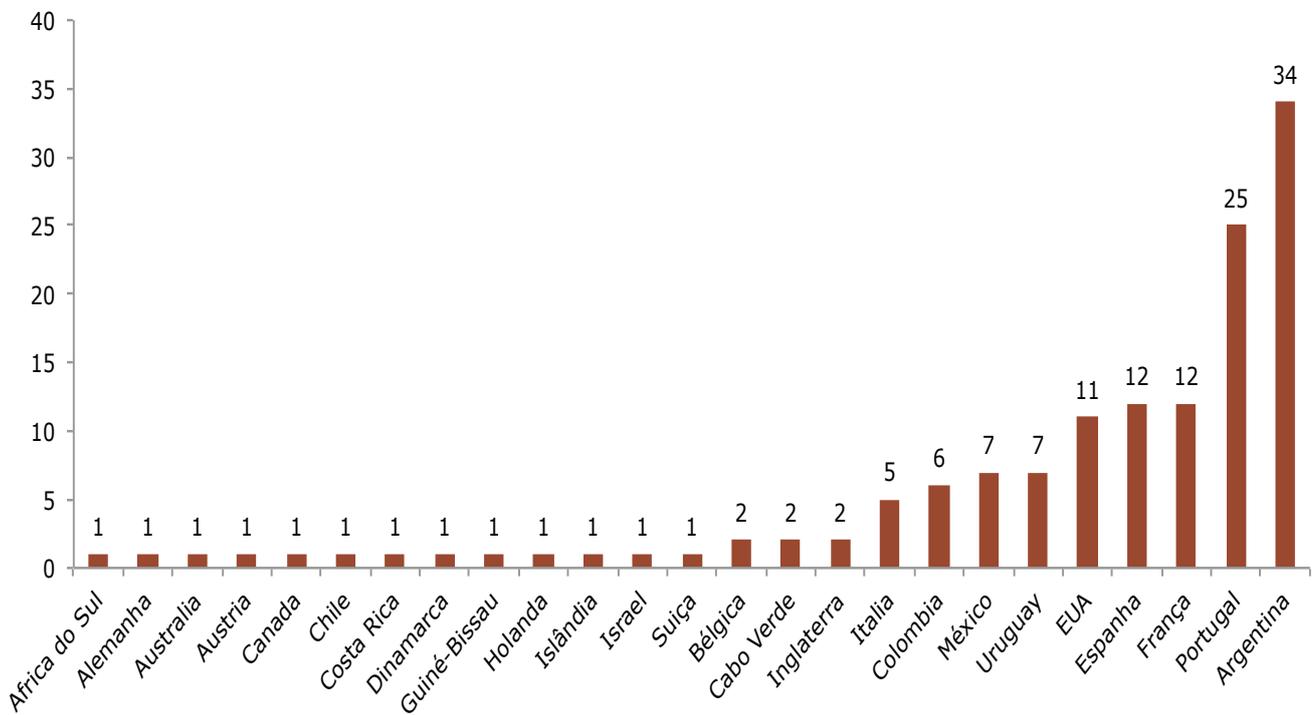
27ª RBA/Belém:: 1.117 participantes

**Distribuição por Gênero**

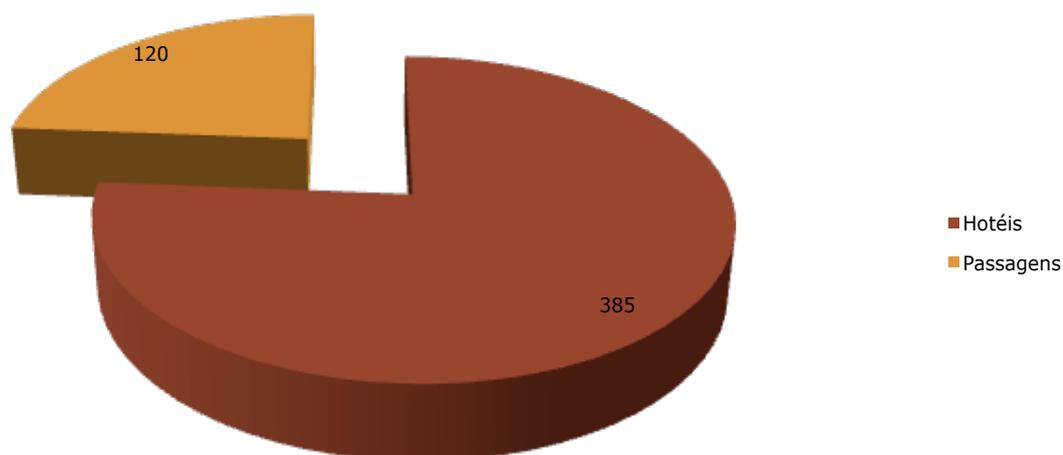
Quantidade por UF



Quantidade por País



Financiados



Comparativo financeiro 29ª e 28ª RBA

	29ª RBA	28ª RBA
Receitas obtidas (instituições de fomento e inscrições)	R\$ 949.740,62 (R\$ 525.139,93 instituições de fomento e R\$ 424.600,69 inscrições)	R\$ 939.510,55 (R\$ 498.504,54 instituições de fomento e R\$ 441.006,01 inscrições)
Custo total	R\$ 798.423,37	R\$ 892.351,79
Superávit obtido	R\$ 151.317,25	R\$ 47.158,76
Financiamentos (passagens e hospedagens)	R\$ 367.863,36 (R\$ 198.753,36 passagens e R\$ 169.110,00 hospedagens)	R\$ 472.331,48 (R\$ 291.367,22 passagens e R\$ 180.964,26 hospedagens)

Receitas obtidas

RECEITAS	VALOR UTILIZADO
Ford	R\$ 132.040,65
Consulado da França	R\$ 5.000,00
Capes/RBA (Renato Athias)	R\$ 69.988,37
Capes /Pós-evento (Andrea Lobo)	R\$ 20.000,00
CNPq/RBA (Carmen Rial)	R\$ 99.972,21
CNPq/Pós-evento (Bela Feldman Bianco)	R\$ 30.000,00
FAPESP (Heloisa Buarque de Almeida)	R\$ 67.893,86
Capes/Pré-evento (Julie Cavnac)	R\$ 10.000,00
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Manuel Ferreira Lima Filho)	4 Passagens
SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres (Elisete Schwade)	R\$ 6.426,60
FAPERJ (Elisete Schwade)	R\$ 6.000,00
UFRN/PROEX e PROEXT (Elisete Schwade, Lisabete Coradini, Edmundo Pereira e Julie Cavnac)	R\$ 61.365,13
UFRN/CCHLA (Elisete Schwade)	R\$ 6.097,97
UFRN/PPGAs (Elisete Schwade)	R\$ 10.355,14

Comparativo financeiro Conta ABA Geral Gestões 2013/2014 e 2011/2012

ABA GERAL	Gestão 2013/2014 – 24/10/2014	Término da Gestão 2011/2012 – 09/01/2013
Saldo conta corrente	R\$ 28.536,09	R\$ 16.564,45
Investimento Financeiro CDB Reaplic. (saldo líquido projetado / resgate automático)	R\$ 134.852,64	R\$ 176.266,26
Investimento Financeiro Mensal (saldo líquido para resgate / não automático)	R\$ 175.154,22	R\$ 158.490,38

	Funcionou	Não-Funcionou	Sugestões para melhoras
Hospedagem	XX		Sugestão: Diárias ao invés de reserva
Transporte	XX		
Horário da Reunião do Conselho Diretor		XXX	
Local da Abertura e o Café Sertanejo	XX		
Credenciamento na Abertura		XX	Sugestão: Simplifica-lo, ou contratar empresa
Orquestra Sanfônica e Hino na Abertura cantado	XX		
Roteiro da abertura	XX		
Mestre de Cerimônias	XX		
Discursos Iniciais	XX		
Entrega dos prêmios pelos coordenadores		XXXX	Tempo foi problema. Sugestão: Mestre de cerimônias anuncia os premiados
Troféus e prêmios em \$, tbm orientadorx	XXX		
Anúncio novos Associados	X		
Homenagem aos Falecidos (vídeo + Roque)	XXX		
Vídeos Premio PV	XX		Anunciar o primeiro lugar por ultimo
Conferencia na Abertura		X	Sugestão: Não ter
Banners Digitais	XX		
Banners informativos		X	Sugestão: Maior tamanho
Bolsas	XX		
Bonés	XX		
Squizes		XX	
Stands de livros	XX		
Restaurantes	XXX		Filas
Feira Cultural (roda de conversa, redário, benzedeira, etc)	XXX		
Lançamento de livros	XXX		Sugestão: Manter modelo com apresentações, aperfeiçoando-o.
Duetos	XXX		
Simposios	XX		

GTs	XX		Sugestão: Estipular 15 apresentações orais + 06 pôsteres por GT, não aceitar a possibilidade de transformar o tipo de apresentação para evitar reclamações
Mini-Cursos, Oficinas	X		Divulgação
Caderno de Programa – lançado com ISSN, antes do evento	XXX		Sugestão: Ter designers com alguma relação com a Antropologia – ex: Marina Moros, Cristhian Cajé.
Revisão Final do Caderno		XX	Precisa ser feita com mais apuro
Abinha	XXX		Sugestão: Sala mais próxima ao evento
Eleição		XX	Sugestão: Sistema eletrônico precisa ser simplificado
Comissão Local	XXX		
Secretaria local	XXX		
Emissão de passagens	XXX		Sugestão: Designar alguém para acompanhar a agência de turismo (ex: Julia-ra)
Secretaria da ABA + reforços	XXX		

Sugestões para a próxima RBA

- Conseguir o engajamento do grupo local e iniciar a preparar um ano antes.
- Definir uma regra com antecedência sobre a participação de uma mesma pessoa em uma atividade do mesmo tipo. Ou seja, se está em um GT pode ou não estar em outro, se está em um SE pode ou não estar em outro SE, assim como nas demais atividades; Sugestão: Não permitir repetições de uma mesma pessoa no mesmo tipo de atividade, uma vez que complica os choques de atividades na feitura da programação e deixa de ter uma variedade maior de pesquisadores nos tipos de atividades.
- Lançamento de livros: o coquetel deve iniciar apenas ao final das apresentações orais. Local com varias salas para distribuir mais as apresentações, de modo a ser mais rápido.

Título do Projeto: Diversidade Étnica, Direitos Territoriais Diferenciados no Brasil Contemporâneo: Produção, Sistematização de Conhecimentos, Disseminação de Informações e Intervenções em Debates Públicos Promovidos pela Associação Brasileira de Antropologia

Nome da Instituição que recebe a doação: Associação Brasileira de Antropologia

Número da Doação: 0130-1186-0

Período do Relatório: de 01/08/2013 a 31/07/2014

Certificação: Ao apresentar este relatório atestamos que a pessoa que o enviou está autorizada a fazê-lo em nome da organização, e que cumprimos as exigências legais estabelecidas na carta de notificação da doação, e que a verba foi despendida de acordo com as finalidades da doação.

Nome do responsável por este relatório: Dra. Carmen Sílvia de Moraes Rial, presidente

A. REFLEXÃO GERAL

1. As principais lições aprendidas

A principal lição aprendida no período foi que a atuação da ABA em Brasília, acompanhando as ações e contribuindo com sua expertise científica na produção de conhecimento relevante à formulação e à execução de políticas públicas, gera efeitos positivos na promoção de Direitos. Nossa experiência vem mostrando que o diálogo direto e franco com os realizadores de políticas públicas tem resultado; e mais, que é esperado da ABA que ela produza conhecimento consistente sobre e para políticas públicas para povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais de modo geral. O fato da ABA ter sido convidada para a posse da Presidente Dilma Rousseff foi entendido por nós como mais uma evidencia de que somos considerados um interlocutor relevante do atual governo.

A constatação de que nem tudo o que foi planejado para o período pode ser realizado revelou o quão desafiador é estabelecer um plano de trabalho compatível com o fato de se viver em um país onde os deslocamentos são demorados e onerosos e as agendas individuais nem sempre podem ser compatibilizadas. No entanto, uma vez planejado, somos desafiados a executar as ações projetadas, mesmo que em alguns casos tenhamos que prorrogar.

2. Eventos que foram significativos para o trabalho

O Seminário Laudos Antropológicos em Perspectivas, realizado em colaboração com o Ministério Público Federal (MPF) entre os dias 27 e 29 de novembro de 2013, na Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, e que teve transmissão online ao vivo pela TV ABA, proporcionou um passo importante no entendimento e na definição de estratégias da ABA, e da Comissão de Assuntos Indígenas (CAI) e do Comitê Quilombola em particular, no que tange a atuação da Antropologia fora dos muros da Academia. Destaca-se a presença da

Subprocuradora Geral da República, Deborah Duprat, e de professores de diferentes instituições federais. Cresce no âmbito da comunidade a demanda por um posicionamento institucional mais firme que oriente e fiscalize o exercício da profissão. Esse acompanhamento se faz necessário não somente por questões éticas, mas principalmente pelos efeitos negativos do posicionamento do antropólogo em determinadas situações, especialmente aos grupos populacionais mais vulneráveis.

Ao objetivo de fortalecimento operacional do Comitê Quilombos, a avaliação que se faz é de que todos os eventos (reuniões e simpósio) foram importantes, mas o de maior significado para a implementação do trabalho do Comitê foi a realização do Seminário Nacional do Comitê Quilombos, com o tema “O direito dos quilombos e o dever do Estado brasileiro: análises dos 25 anos da Constituição Federal de 1988”. Seu significado se tornou relevante porque permitiu a rearticulação dos próprios integrantes do Comitê e um planejamento mínimo de ações até agosto de 2014, quando o mesmo planejamento foi retomado em novo encontro na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, em Natal.

Destacamos também nossa participação na Audiência Pública sobre Quilombos organizada pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais) da Procuradoria Geral da República, realizada em Brasília no dia 20 de novembro de 2013. A audiência teve como objetivo avaliar a situação de regularização das terras quilombolas no país, os avanços e obstáculos à efetivação deste direito. Segundo dados gerados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão federal responsável pela identificação, delimitação, demarcação e regularização das terras quilombolas, das mais de três mil comunidades quilombolas já reconhecidas pela Fundação Palmares, apenas 139 tinham título de propriedade coletiva emitido.

No Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas (Brasília, de 13 a 15 de maio de 2014), que teve como tema: O Protagonismo das Mulheres Quilombolas: Avanços e Desafios, e contou com a participação de mais de 100 lideranças de diferentes organizações representativas quilombolas, a ABA colaborou com no debate sobre a consulta prévia, como descrita a seguir: Dentre as questões da consulta prévia o que mais mobilizou as mulheres quilombolas foram os processos de licenciamento ambiental em curso, como no caso das barragens, em que mesmo na realização de audiências públicas, raramente as comunidades são consultadas. Debateram, ainda, que as empresas interessadas em desenvolver projetos desenvolvimentistas apresentam propostas já anteriormente consensuadas, com o aval de estudos sem a participação e consulta às comunidades, como disseram na plenária: o diálogo vem de cima para baixo e os grandes empreendimentos com o apoio do governo, como no caso da energia eólica, fazem uso de todo tipo de ameaça às posições contrárias. Essa deve ser a questão mais relevante para os desdobramentos do projeto ABA-FORD em 2014-2015, visando o estreitamento das relações entre o Comitê Quilombos e de Povos e Comunidades Tradicionais.

Todas essas atividades resultaram na realização do Evento Pré-Reunião Brasileira de Antropologia, em Natal/RN, dias 01 e 02 de agosto de 2014, sobre “O fazer antropológico extra-academia: condições de produção de laudos e relatórios de reconhecimento das terras de quilombos” e na organização de um livro, no qual será igualmente apresentado um quadro

situacional da política de regularização de territórios quilombolas, conforme mapeamento e certificação realizada pela Fundação Cultural Palmares e dos processos abertos no INCRA. O quadro de situação encontrado então era o seguinte: 166 processos se encontram na fase de produção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID; 81 Portarias após aprovação dos RTIDs estão publicadas; existem editados 63 Decretos de desapropriação por interesse social; e até abril de 2014 há 154 títulos emitidos regularizando cerca de um milhão de hectares que abrange 127 territórios, 217 comunidades e 13.145 famílias quilombolas. No primeiro semestre de 2015, pretendemos realizar um projeto de parceria entre a ABA e CONAQ, com o desenvolvimento de oficinas de formação visando qualificar a incidência do movimento quilombola nas políticas públicas de seu interesse, com ênfase na efetivação do direito territorial. Segundo dados da Fundação Palmares, o Brasil possui atualmente 2.431 comunidades certificadas pelo órgão. Mas, apenas nove delas foram tituladas durante o primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff (todas parcialmente).

A Comissão de Assuntos Indígenas (CAI) realizou nos dias 2 e 3 de agosto de 2014, em Natal (RN), véspera da 29ª reunião Brasileira de Antropologia (RBA), uma reunião que reuniu a quase que totalidade dos seus integrantes – somente dois não puderam estar por motivos particulares. A reunião transcorreu com análises de conjuntura (nacional e das regiões de origem e/ou de atuação dos integrantes) e um balanço das ações da CAI no último ano. Destaque para o canal de interlocução aberto com a Secretaria Geral da Presidência da República (SG-PR), o Ministério da Justiça (MJ) e a Fundação Nacional do Índio (Funai); o diálogo e as atividades conjuntas com a Procuradoria Geral da República (PGR); e ao apoio à mobilização das comunidades indígenas afetadas por obras de infraestrutura na Amazônia, especialmente as hidrelétricas (ex.: Belo Monte e Tapajós/Teles Pires), e em outras regiões do país (ex.: os Guarani de Morro dos Cavalos, SC). Também foi feita uma avaliação da atuação profissional de antropólogos em estudos de impacto socioambiental de empreendimentos (EIA) e em outros tipos de avaliação, peritagem etc.. A reunião foi importante também para definir linhas de atuação e prioridades para o próximo período, sendo distribuídas atribuições e responsabilidades entre os participantes. O próximo presidente da ABA, Antonio Carlos Souza Lima também esteve participando da reunião, expondo resumidamente sua avaliação do momento político no país e as oportunidades de atuação e intervenção da Associação.

Em relação ao direito territorial dos povos indígenas no país, os dados atuais indicam que de um total de 695 processo de reconhecimento oficial em andamento, apenas 466 alcançaram a última e derradeira etapa, que é a de “homologação” ou “reservada”, com ou sem registro em Cartórios de Registro de Imóveis (CRI) /ou no Serviço de Patrimônio da União (SPU). Durante o primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, foram homologadas somente onze (11) Terras Indígenas. O reconhecimento do direito à terra aos indígenas ainda é um desafio, mais ainda quando se constata o crescimento da presença no Congresso Nacional de setores que pretendem restringir a sua aplicação, ou mesmo a revisão do direitos assegurado na Constituição Federal de 1988.

3. Mudanças que julga possam acontecer no próximo ano como resultado do trabalho realizado com recursos da doação

Em relação a temática indígena e indigenista, nossa expectativa é de que a questão da participação de antropólogos em avaliações de impacto de empreendimentos adquira maior visibilidade dentro e fora da academia, em particular da perspectiva da responsabilidade social do trabalho antropológico. Essa é sem dúvida uma linha de ação importante para a ABA neste momento.

De outro lado, a conjuntura política, especialmente no Congresso Nacional, está a indicar a necessidade de uma contínua presença da ABA, e da Comissão de Assuntos Indígenas e do Comitê Quilombos em particular na esfera pública. Isso poderá significar, em conjunturas específicas, a Associação manter seu papel de incentivadora da mobilização social, na defesa dos Direitos Humanos e do respeito e efetivação das conquistas sociais e políticas obtidas na Constituição Federal de 1988, pelos grupos sociais mais vulneráveis, minorias e grupos étnicos.

No horizonte dos Direitos dos Povos Indígenas no país, espreita o fantasma do retrocesso político. No Congresso Nacional, constatamos o crescimento da atuação de setores políticos cujos interesses econômicos incidem diretamente sobre os territórios indígenas e os recursos naturais aí existentes. A geração e o compartilhamento de conhecimentos que o projeto está gerando certamente auxiliará na atuação da Associação. Destaque-se sua ação de incidência na defesa dos direitos territoriais e da autodeterminação dos indígenas; na promoção do protagonismo indígena em processos de elaboração e decisão de políticas públicas; e no debate da comunidade antropológica e com outros setores sociais a respeito da atuação profissional do antropólogo fora do espaço acadêmico.

No âmbito do Comitê Quilombos, as mudanças possíveis são no sentido de efetivar algumas ações planejadas e que ainda não ocorreram e outras que poderão vir a ocorrer, como: 1ª) A publicação do livro, e-book e vídeo documentário planejado pelo Comitê Quilombos e inserido no projeto; 2º) Quanto antes possível, viabilizar audiências com ministros do STF sobre o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada pelo Partido Democratas contra o Decreto 4887/2003, contando com a participação de antropólogos representativos pela sua produção e diálogo nesse campo, visto que por duas vezes esteve na pauta do STJ e não foi votado; 3º) Retomar as conversas entre CONAQ e Comitê Quilombos, já iniciadas em novembro de 2013 e abril de 2014, visando reafirmar as propostas de oficinas e seminários de formação sobre os direitos das comunidades dos quilombos destinadas, principalmente, aos jovens e mulheres das comunidades dos quilombos.

4. Como o trabalho realizado ajudará a organização a alcançar as suas metas a longo prazo

Nossa expectativa é de que o projeto contribua positivamente para a formação de políticas públicas que atendam as necessidades dos povos tradicionais (indígenas e quilombolas) e que, internamente a comunidade de antropólogos, ajude a refletir de maneira consistente sobre a atuação profissional do antropólogo fora dos muros da Academia. A atuação socialmente duvidosa, e em alguns casos claramente anti-ética de alguns antropólogos nos leva ao entendimento de que não problematizar isso é tapar o sol com a peneira.

5. Fatos que surpreenderam durante o período coberto pelo relatório.

O crescimento do interesse dos jovens estudantes de Ciências Sociais e Antropologia pela temática afro-brasileira, principalmente no que se refere às comunidades dos quilombos, as religiões de matriz africana e aos agrupamentos de práticas culturais, como jongos e caxambus, congos e outras referências do patrimônio cultural afro-brasileiro, foi um fato que superou as expectativas que se tinha quando do início do trabalho. O fato da nova Ministra das Relações Raciais, Nilma Gomes, ser uma antropóloga e Associada da ABA também foi uma surpresa positiva.

De outro lado, cresce a preocupação com o crescimento do protagonismo conservador e contrário aos direitos dos povos indígenas, especialmente na esfera política institucional.

B. OBJETIVOS

B.1 Objetivos previstos na proposta	B.2 Objetivos efetivamente alcançados
<p>Objetivo geral: Desenvolver no período de 2013 a 2014 um conjunto de atividades de produção, sistematização e divulgação de conhecimentos, bem como, de articulação em rede e <i>advocacy</i>, tanto no interior da própria comunidade antropológica (nos níveis de graduação, mestrado e pós-graduação), quanto frente a segmentos amplos, do Estado, das coletividades dotadas de direitos culturais territorializados e de grupos urbanos e rurais avassalados pelas transformações aceleradas de “grandes eventos” e os megaempreendimentos, promovidos por uma ótica desenvolvimentista, e que claramente caminha na contramão do bem-estar e dos direitos da povos indígenas e comunidades quilombolas.</p>	<p>Paulatinamente o objetivo vem sendo alcançado e a prorrogação da execução do projeto por mais um ano (até 31 de julho de 2015) torna sua efetividade na integra ainda mais viável.</p>
<p>Objetivo específico 1: Fortalecimento operacional da Comissão de Assuntos Indígenas</p>	<p>O conjunto das atividades desenvolvidas no período (seminários, fóruns, reuniões, articulações e publicações) tem elevado a capacidade operacional da CAI, e a realização de uma reunião envolvendo mais de 90% dos integrantes, da qual saíram uma série de encaminhamentos só potencializa este objetivo.</p>
<p>Objetivo específico 2: Formação de jovens pesquisadores em antropologia.</p>	<p>As atividades e produtos previstos neste objetivo já estão num estágio bem adiantado de efetivação, com grande potencial de contribuir com uma preocupação crescente no interior da comunidade antropológica: a da responsabilidade social do trabalho do antropólogo, conjugada com necessária segurança ao exercício da profissão, especialmente em situação de conflito.</p>
<p>Objetivo específico 3: Divulgação de informações sobre o trabalho do antropólogo</p>	<p>É necessário colocar mais energia neste objetivo. Avalia-se a possibilidade de remanejar algumas economias feitas em atividades de outros objetivos.</p>
<p>Objetivo específico 4: Fortalecimento operacional do Comitê Quilombos</p>	<p>O primeiro ano de projeto foi fundamental para que o Comitê Quilombos ganhasse visibilidade e mostrasse a que veio, ou seja, que contribuições pode trazer ao trabalho de proteção e promoção dos direitos dos quilombolas, especialmente os fundiários.</p>
<p>Objetivo específico 5: Reflexão crítica sobre ação dos antropólogos na definição e terras de quilombos</p>	<p>O trabalho de preparação deste importante subsídio já está em fase de conclusão. Em breve entraremos na parte mais importante do trabalho, que é sua divulgação e produzir os efeitos esperados.</p>

Objetivo específico 6: Ampliação do debate interno e externo à ABA sobre os efeitos sociais do desenvolvimentismo contemporâneo em face dos direitos territoriais de populações em contextos rurais e urbanos.	Os avanços nesse objetivo, reconhecemos, foram ainda modestos, considerando sua importância. A atual e a próxima gestão da ABA estarão em breve definindo uma estratégia específica.
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

C.ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PERÍODO DE 01/08/2013 A 31/07/2014

No quadro a seguir iremos descrever as atividades realizadas no período em cada um dos seis objetivos específicos estabelecidos na proposta de trabalho. Não estão incluídas neste quadro as atividades institucionais que realizamos com o recurso de Overhead , que alcança um percentual de 15% do valor recebido da Fundação. Foram gastos com atividades de representação institucional no país e no exterior; com participação em reuniões no SciELO, portal acadêmico que divulga os trabalhos d expertises antropológica.

C.1 Atividades previstas na proposta	C.2 Atividades realizadas
<p>Objetivo específico 1: Fortalecimento operacional da Comissão de Assuntos Indígenas.</p> <p>1) Workshops:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Reunião de trabalho da CAI, com presença de todos os seus participantes (20), para identificação de problemas, definição de tarefas e elaboração de estratégias de ação. A ser realizada entre os dias 21 e 22 de outubro de 2013, em João Pessoa (PB). 2. Seminário sobre processos de criação e reconhecimento de terra indígena em uma perspectiva comparada nos países do Mercosul e do Pacto Amazônico, envolvendo 7 participantes do Brasil e 20 estrangeiros (entre antropólogos e indígenas). A ser realizado em maio de 2014, no Museu Nacional/UFRI. 3. Reunião de trabalho da CAI, com presença de todos os seus participantes (20), para balanço das atividades realizadas, identificação de novos problemas e tarefas. A ser realizada em julho, em Natal (RN), em seguida à 29ª RBA/Reunião Brasileira de Antropologia. 	<p>1.1 Durante o Simpósio “Landos Antropológicos em Perspectiva”, em João Pessoa, de 27 a 29/11/2013, foi realizada uma reunião preliminar preparatória a reunião geral da CAI. Estiveram presentes nessa reunião os seguintes integrantes da Comissão: João Pacheco de Oliveira (MN/UFPR), Fábio Mura (UFPB), Paulo Santilli (UNESP), Edviges Ioris (UFSC) e Estêvão Palitot (UFPB). Na ocasião foi feita uma avaliação da conjuntura da política indigenista e reunidos subsídios à reunião geral que ocorreu nos dias 2 e 3 de agosto de 2014, em Natal (RN), véspera da 29ª reunião Brasileira de Antropologia (RBA).</p> <p>1.2 O seminário sobre processos de criação e reconhecimento de terra indígena em uma perspectiva comparada, envolvendo 10 participantes do Brasil e 20 do exterior (entre antropólogos e indígenas) foi reprogramado para ser realizado em maio de 2015, no Museu Nacional/UFPR. Remanejados saldos identificados de outras atividades da CAI, deverá se constar com um montante de aproximadamente R\$ 40 mil.</p> <p>1.3 A reunião foi realizada nos dias 2 e 3 de agosto de 2014, em Natal (RN), véspera da 29ª reunião Brasileira de Antropologia (RBA). Estiveram e participaram dos dias de trabalho João Pacheco de Oliveira (MN/UFPR), Fábio Mura (UFPB), Ricardo Verdum, Barbara Maisonnave Arisi (UNILA), Carlos Cirino (UFRR), Christian Teófilo da Silva (UnB), Clarice Cohn (UFSCAR), Edviges Ioris (UFSC), Estêvão Palitot (UFPB), Gersam José dos Santos Luciano (UNB), Jô Cardoso de Oliveira (CINEP), Juan Carlos Peña Miquel (UEA/Tabatinga), Maria Duruthes Post Davelle (UFSC), Maria Rosário G. de Carvalho (UFBA), Paulo Santilli (UNESP). Apenas dois integrantes da CAI não estiveram, que foram Rinaldo Aranda (PUC/SP) e Paulo Delgado (UFMT). A reunião transcorreu com análises de conjuntura (nacional e das regiões de origem e/ou de atuação dos integrantes); definido linhas de atuação; estabelecidas prioridades e distribuídas atividades. O próximo presidente da ABA, Antonio Carlos Souza Lima também esteve participando, expondo resumidamente sua avaliação do momento político e possibilidades</p>

<p>2) Criação e funcionamento de GT Temáticos:</p> <p>1. Regulamentação da consulta prévia e da Convenção 169 da OIT. Realização de visitas e reuniões periódicas em Brasília na SG/PR e na FUNAI/MI para acompanhamento e intervenção nos debates;</p> <p>2. Índios em isolamento voluntário, visando definição de subsídios antropológicos a esta área de atuação indigenista;</p>	<p>de atuação e intervenção da Associação. Diversos temas emergiram da reunião, entre eles os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a ABA ter mecanismos de defesa e apoio aos profissionais antropólogos; - ser constituído um espaço físico ou virtual (um acervo) para reunir a produção dos antropólogos que estão atuando na produção de laudos, perícias etc. ("coleção de casos"); - haver um acompanhamento do trabalho dos profissionais indicados pela ABA; - a ABA apresentar uma proposta de proposição de procedimento de Consulta Prévia aos povos indígenas, a ser apresentada e discutida em fórum específico, com representações indígenas etc.; - a ABA ter uma assessoria de imprensa permanente; - a CAI produzir materiais que contribuam com a formação e qualificação profissional dos antropólogos (na academia) e na vida pública (fora da academia); - a ABA colaborar de forma mais específica com a formação e atuação de antropólogos indígenas (Gerson Luciano sugeriu a realização da 1ª Reunião de Antropólogos Indígenas); - a CAI acompanhar de perto o andamento da Comissão da Verdade no que se refere aos abusos, constrangimentos, crimes, violências sobre os povos indígenas; - a ABA promover discussões, análises e avaliações a respeito da formação dos antropólogos no Brasil. Foi identificado estar havendo um significativo afrouscamento na formação metodológica, inclusive no nível de pós-graduação; as técnicas quantitativas estão praticamente ausentes na antropologia que se ensina no Brasil; e a formação tem gerado dificuldades no diálogo com outras disciplinas fundamentais, inclusive do campo das ciências sociais, como história, geografia, economia, direito etc.). <p>2.1 O acompanhamento e incidência foi feito aos trabalhos desenvolvidos pelo GTI coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República (SG-PR) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e parceria com as organizações indígenas e indigenistas envolvidas/interessadas no estabelecimento de um mecanismo de procedimento de consulta e consentimento prévio livre e informado aos povos indígenas, assim como às comunidades de quilombolas e tradicionais afetadas por</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

3. Acompanhamento das atividades da Comissão da Verdade (SP) e debates e investigações sobre o Relatório Figueiredo e seus desdobramentos na confirmação das ações indigenistas.

empreendimentos de infraestrutura. Desde a publicação da Portaria 303 pela AGU, em meados de 2012, o movimento indígena organizado manteve-se distanciado das discussões, numa posição crítica a situação do Poder Executivo federal. Durante a 29ª RBA, foi apresentada e aprovada uma moção na assembleia geral. Em 16 de outubro de 2013, a SG-PR respondeu à ABA sobre a situação da regulamentação da Consulta Prévia, dispositivo estabelecido na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em fevereiro de 2014 os trabalhos do GTI foram encerrados sem que se chegasse ao resultado estipulado: a definição do procedimento de consulta às aos povos e comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais no país.

2.2 Optou-se pela criação de um fórum de discussão, que teve lugar durante a reunião da ABA em Natal, na primeira semana de agosto de 2014. Foram organizadas duas sessões tendo como expositores os antropólogos Terri Valle de Aquino (Fumam), Uirá Felipe Garcia (Unifesp), Juan Carlos Peña Márquez (UEA) e o indigenista Antenor Vaz (consultor independente). O fórum contou com uma audiência de cerca de setenta pessoas por sessão, entre estudantes, antropólogos, jornalistas, juristas etc. As discussões resultaram na produção de uma moção, que foi apresentada e aprovada na assembleia geral da ABA.

2.3 Em 20 de maio de 2014, o professor João Pacheco de Oliveira, em evento realizado no Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ, sob o título geral *Projetos interrompidos: repercussões de ditadura sobre a universidade, os trabalhadores e os povos indígenas*, a mesa que tratou das repercussões da Ditadura Militar nos Povos Indígenas (depoimento). Tendo em vista trazer o tema para dentro da Antropologia e envolver o mais amplamente possível estudantes, pesquisadores e professores, foi organizado no âmbito da 29ª RBA um simpósio específico, que contou com a presença de José Gabriel Silveira Corrêa (Universidade Federal de Campina Grande) e Marcelo Zelic (Grupo Tortura Nunca Mais-SP). Tínhamos programada a participação de Maria Rita Kehl, coordenadora do Grupo de Trabalho que apurará no âmbito da Comissão Nacional da Verdade violações de direitos humanos relacionadas à luta pela terra ou cometidas contra os povos indígenas por agentes públicos, pessoas a seu serviço, com apoio ou no interesse do Estado – infelizmente ele não pode estar conosco. As

3) Publicações:

1. E-book com 200 exemplares impressos de livro organizado pela CAI sobre os impactos do processo de construção da hidrelétrica Belo Monte nos povos indígenas da região;
2. Livro resultante do seminário sobre processos de criação e reconhecimento de terra indígena em uma perspectiva comparada (estabelecer conexão de modo que o livro possa sair simultaneamente em português e espanhol).

- 4) Atuação permanente na esfera indigenista, com deslocamentos de membros da CAI a Brasília visando subsidiar debates e decisões sobre política indigenista no âmbito da FUNAI, MPF e Congresso Nacional, bem como em contato com o movimento indígena e entidades indigenistas.
- 5) Divulgação rápida dos resultados atingidos nos Workshops, Grupos de Trabalho e nas visitas e contatos no campo indigenista;
- 6) Edição de vídeos com legendas em inglês e espanhol, intitulado "O que os intelectuais indígenas pensam da antropologia (com depoimentos de Gessem Luciano Baniwa, Tonico Bemtes Kairiwá e Rita Potiguará), resultantes de depoimentos tomados na XXVIII RBA e em outras ocasiões.

discussões resultaram na produção de uma moção, que foi apresentada e aprovada na assembleia geral da ABA.

3.1 A versão e-book foi lançada em junho de 2014 e a impressa durante a reunião da ANPOCS no final de outubro passado.

3.2 O livro resultante do Seminário sobre processos de criação e reconhecimento de terra indígena em uma perspectiva comparada (CAI) deverá estar pronto em julho de 2015. Por se tratar de uma co-edição para sair simultaneamente em português e espanhol, que demandará custos adicionais, serão remanejados cerca de R\$ 14 mil do economizado com o livro sobre Perícias Antropológicas, cuja dotação prevista era de 39 mil e que o orçamento dado pela editora Contracapa foi de 25 mil. O valor final do livro está previsto ser de até R\$ 34 mil.

4. No período foram realizadas reuniões com a Dra. Deborah Duprat, na 6ª Câmara (PGR), com as presidentes da FUNAI Marta Azevedo e com a sua substituta no cargo a partir de março de 2014, a advogada Maria Augusta Assirati (interina). Também estivemos com o Ministro Eduardo Cardoso para tratar de assuntos diversos relacionados com o direito territorial dos indígenas e sobre as mudanças que se anunciavam à época de mudança nas regras de identificação e delimitação das Terras Indígenas. Também participação em audiências públicas no Congresso Nacional relacionadas com a PEC 215 e com a regulamentação da atividade de mineração nas Terras Indígenas. Em conformidade com o acordado em reunião, realizada no dia 24 de outubro de 2013, entre o Ministro, a Assessoria Indigenista do Ministério da Justiça, a Presidenta da FUNAI, foi encaminhado documento com comentários, críticas e sugestões a respeito da minuta de nova portaria regulamentadora do Decreto 1.775/1996, divulgada no final de novembro em vista da convocação da CNPI em 02/12/2013. O documento centra-se em dois principais pontos: um que diz respeito à composição, competência e atividades da equipe técnica, bem como a suas condições para o trabalho em campo; outro que se refere a um presumido papel do antropólogo como negociador em relação a limites territoriais.

CAI participa de oficina sobre *Metodologias de Atuação à Saúde, Proteção e Promoção dos Direitos*

dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato no Brasil. A Oficina Nacional sobre Metodologias de Atenção à Saúde, Proteção e Promoção dos Direitos de Povos Isolados e de Recente Contato no Brasil foi realizada nas instalações da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Brasília, entre os dias 18 e 21 de novembro. O secretário da Comissão de Assuntos Indígenas, Ricardo Verdum, representou a Comissão na mesa "Planos de contingência para situações de contato com povos indígenas isolados e de surtos epidêmicos em povos indígenas de recente contato". A oficina é parte do programa Marco Estratégico para a elaboração de uma agenda regional de proteção à saúde dos povos indígenas isolados e de contato inicial, da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com a participação da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Ela visa promover o intercâmbio, registro e sistematização de experiências, legislação e metodologias de proteção territorial, promoção de direitos e estratégias de atenção diferenciada à saúde dos povos indígenas isolados e de recente contato. Reunião orgão de governo, cooperação internacional, ONGs, instituições de pesquisa e indígenas.

CAI/ABA participa de reunião na FUNAI sobre a situação das terras Guarani Kaiowa e Guarani Nandeva em Mato Grosso do Sul. A reunião foi realizada, dia 18 de dezembro de 2013, com representantes da Diretoria de Proteção Territorial (DPT) da FUNAI, sendo discutida a situação das terras Guarani Kaiowa e Guarani Nandeva em Mato Grosso do Sul. Estes representantes informaram que estavam sendo tomadas providências para dar continuidade aos trabalhos previstos no Compromisso de Ajustamento de Contas (CAC), celebrado entre a FUNAI e o MPF em 2007, para dar conta das reivindicações territoriais indígenas. Para este fim, a reunião teve como objetivo primário socializar informações entre diversos pesquisadores em vistas da realização de etapas de campo necessárias para a produção de estudos complementares. Com relação aos relatórios já entregues, foi informado que sua publicação está na dependência de tempos e condições colocadas pelo Ministério da Justiça no decorrer do próximo ano, considerando-se o desenrolar das reformas que estão sendo desenhadas para o processo de identificação e delimitação de terras indígenas – na nova portaria regulamentadora do Decreto 1775/96, cuja minuta teve recentemente ampla divulgação.

O primeiro dia do *IV Encontro Regional da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão/MPF*, realizado em Porto Alegre/RS, entre os dias 02 e 03 de

	<p>dezembro de 2013, teve participação de Fabian Mura, membro da CAI-ABA, na mesa redonda "Principais obstáculos à regularização fundiária das Terras Indígenas no Sul/Sudeste/Mato Grosso do Sul". Na discussão, emergiram e foram debatidos temas como a metodologia antropológica para definir os limites das terras indígenas e os efeitos do código de ética da ABA sobre as modalidades de inserção do antropólogo em atividades periciais.</p> <p>5. Tem-se feito uso especialmente da página da ABA na internet e no Facebook. Atualmente, uma notícia postada no Facebook da ABA é visualizada em poucos dias por mais de 20 mil pessoas.</p> <p>6. Em abril de 2013 foi colocado na rede youtube.com os registros em vídeos do simpósio "O que os intelectuais indígenas esperam da Antropologia" (XXVIII RBA, 2012), com Gerson Luciano Baniwa, Tomico Benites Kariwá e João Pacheco de Oliveira. Também está disponível na TV ABA (http://www.tvaba.org) o vídeo produzido a partir das conferências de Gerson Luciano e Tomico Benites na XXIXª RBA (agosto/2014).</p>
<p>Objetivo específico 2: Formação de jovens pesquisadores em antropologia.</p> <p>1) Produção e disponibilização de material impresso e audiovisual de suporte às atividades periciais de antropólogos, ao conhecimento das coletividades culturalmente distintas existentes no Brasil, seus direitos (especialmente os territoriais) e os obstáculos à sua materialização.</p> <p>2) Seminário sobre landos periciais que ocorrerá em João Pessoa (PB), entre os dias 22 e 24 de outubro de 2013, organizado pela CAI em parceria com a 6ª Câmara do Ministério Público Federal e com a Universidade Federal da Paraíba. É esperada a participação de grande parte dos antropólogos da CAI e de um número expressivo de procuradores federais;</p>	<p>2.1 A atividade está programada ser realizada em parceria com a FUNAI. Tivemos duas reuniões, em diferentes momentos, com a presidência. Em ambas foi estabelecida uma programação e distribuídas tarefas. Mas quando chegou o momento de operacionalizar, o órgão indigenista alegava falta de recursos financeiros (contingenciamento orçamentário). Viden com o prof. João Pacheco falando da PEC 215 na rede social Uma Gotinha No Oceano.</p> <p>2.2 O Seminário Landos Antropológicos em Perspectivas ocorreu entre os dias 27 e 29 de novembro, na Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, e teve transmissão online ao vivo pela TV ABA (http://www.tvaba.org). Esta foi a segunda transmissão ao vivo da TV ABA (a primeira foi durante do TransOceank, em Florianópolis) que já está funcionando regularmente desde março de 2014. O Seminário, promovido pela CAI-ABA, em colaboração com o MPF e os programas de pós-graduação em Antropologia e em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), contou com a presença de antropólogos e de procuradores da República de diversos estados do país, além de uma representante da FUNAI. Foram três os eixos</p>

<p>3) E-book com 1000 exemplares impressos de livro resultante do seminário sobre laudos periciais que ocorrerá em João Pessoa (PB), entre os dias 22 e 24 de outubro de 2013, com lançamento previsto para a XXXIX RBA.</p>	<p>temáticos a orientarem os trabalhos, abordados em diversas mesas redondas e em um amplo debate ao final de cada dia. Esses eixos foram: 1) "Novos dispositivos jurídicos e seus efeitos sobre os laudos"; 2) "O papel do antropólogo, condicionantes em campo e que etnografia há nos laudos"; 3) "O ensino sobre laudos: conteúdos e a formação do antropólogo". Como um ponto fundamental emergiu a preocupação com as situações pelo país em que há interferências de operadores do Direito sobre a metodologia propriamente antropológica. Constatou-se que há uma grande recorrência de determinações judiciais da participação contemporânea em campo de partes conflitantes nas perícias antropológicas. Tal fato transporta para essa etapa dos trabalhos todas as tensões em causa, tornando tarefa do antropólogo o seu gerenciamento, e dificultando-lhe assim a obtenção de dados adequados para a própria orientação e decisão dos juizes. Como definiram os representantes do MPF, esta se trata de uma interferência não qualificada sobre um objeto de natureza técnico-científica. Outro debate, levantado pelo MPF, foi a respeito dos parâmetros para definição dos limites de um território étnico. De modo unânime, os participantes aninam que o antropólogo não tem por incumbência a negociação de limites geográficos, mas sim a verificação ou não da ocupação tradicional, conforme ditam a Constituição Federal e sua regulamentação complementar. Ao fim do encontro, tomando-se os seus três eixos temáticos ordenadores, concluiu-se pela redação de um documento, a "Carta de João Pessoa", que está em fase de elaboração e será brevemente divulgada.</p> <p>A participação do Comitê Quilombos no Simpósio "Laudos Antropológicos em Perspectiva", em João Pessoa, de 27 a 29/11/2013, ocorreu com a apresentação de dois trabalhos: 1º) Osvaldo Martins de Oliveira (UFES) - Os atores posicionados e as implicações éticas no trabalho etnográfico; 2º) Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF) - Antropologias praticadas em contextos do <i>nation-building</i> e questões de ética na pesquisa.</p> <p>3. O livro está programado para ser lançado em abril ou maio de 2015.</p>
<p>Objetivo específico 3: Divulgação de informações sobre o trabalho do antropólogo.</p> <p>Produção de material informativo sobre variadas facetas do trabalho</p>	

<p>antropológico, em especial à sua atuação pública para divulgação a esboços de ensino médio, à mídia audiovisual e impressa, a setores do Estado e a movimentos sociais;</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Elaboração de pequenos vídeos (com depoimentos, palestras e aulas), bem como de forma imediata através de posts no site, de publicações menores e de produção mais rápida, de informativo e no Facebook da ABA. Transmissão em streaming das reuniões; 2) Produção de E-book para download gratuito de cunho paradidático para uso no ensino médio e introdutório no ensino superior sobre quilombos e seu processo de reconhecimento, mencionando a participação do trabalho antropológico. 	<p>3.1 Foram postados no Facebook da ABA diversas notícias relacionadas a temática de defesa das comunidades Quilombolas, com muitos compartilhamentos. Foram colocados no ar na TV ABA vídeos com depoimentos e palestras. O livro para fins didático, contendo pequenos artigos apresentados no Seminário Nacional do Comitê Quilombos, com o tema "O direito dos quilombos e o dever do Estado brasileiro: análises dos 25 anos da Constituição Federal de 1988", e que será concluído em janeiro de 2015, visa também atender parte deste objetivo.</p> <p>3.2 Em fase de definição dos conteúdos.</p>
<p>Objetivo específico 4: Fortalecimento operacional do Comitê Quilombos.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Realização de 2 (duas) reuniões anuais do Comitê Quilombos (2013-2014), conjuntamente com minicursos que divulguem as experiências de pesquisa de antropólogos junto às comunidades negras rurais e no desenvolvimento de estudos para aplicação dos direitos constitucionais; 2) Realização de 3 (três) reuniões nacionais para produção de material didático visando divulgar as experiências de pesquisa de antropólogos junto às comunidades negras rurais e no desenvolvimento de estudos para aplicação dos direitos constitucionais; 3) Realizar audiências com os ministros do STF sobre o julgamento da Ação de Inconstitucionalidade do Decreto 4887/2003 mediante a participação de antropólogos representativos pela sua produção e diálogo nesse campo; 4) Realização de 2 (duas) reuniões, em 2013 e 2014, ambas em Brasília, entre 5 (cinco) membros do Comitê Quilombos e o Grupo de Trabalho Terra de Quilombo, da 6ª Câmara da Procuradoria Geral da República. 	<p>Em vez de realizar pequenas reuniões, a coordenação do Comitê Quilombos entendeu que as ações propostas no projeto ficariam melhor se fossem concentradas em um evento que reunisse um número maior de antropólogos integrantes do Comitê Quilombos e, se possível, procuradores do Ministério Público Federal. Assim realizou-se o Seminário Nacional do Comitê Quilombos, com o tema "O direito dos quilombos e o dever do Estado brasileiro: análises dos 25 anos da Constituição Federal de 1988", que ocorreu em Vitória (ES) de 12 a 14 de dezembro de 2013. O evento contou com a participação de pesquisadores associados da ABA, integrantes do Comitê Quilombos e convidados, de vários estados brasileiros, entre os quais destacamos: Carmen Silvia Rial (UFSC - Presidente da ABA), Osvaldo Martins de Oliveira (UFES), Arilson Ventura (representante da CONAQ), Sandro José da Silva (UFES), Carlos Eduardo Marques (UNICAMP E NUQ/UFMG), José Márcio Arruti (UNICAMP), Alex Ratts (UFG e PFGG/UFPA), Cynthia Carvalho Martins (UEMA); Ika Boaventura Leite (UFSC); Aderval Costa Filho (UFMG); Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF); Leandro Mitidieri Figueiredo e Walquíria Piculi (Procuradores do Ministério Público Federal no Espírito Santo) e Cintia Beatriz Muller (UFPA). O evento contou com uma Comissão Organizadora composta por alunos e professores da UFES, UFSC e da UFMG, além do apoio da Secretaria da ABA.</p>

	<p>No último dia do Seminário, 14/12/2013, foi realizada uma reunião entre coordenadores, consultores e mais três integrantes do Comitê Quilombos que decidiu pela elaboração de uma Campanha denominada "PELA TITULAÇÃO DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS. CONTRA A OMISSÃO DELIBERADA, INÉRCIA E MOROSIDADE". A divulgação desta Campanha se encontra na página da ABA http://www.portal.abant.org.br/aba/aba/successos/index.php?id=0001</p> <p>Uma mini-edição das filmagens do Seminário Nacional "O direito dos quilombos e o dever do Estado brasileiro: análises dos 25 anos da Constituição Federal de 1988" foi concluída e enviada à Presidente da ABA para ser postada na TV ABA.</p> <p>Um livro para fins didáticos contendo artigos apresentados no Seminário Nacional "O direito dos quilombos e o dever do Estado brasileiro: análises dos 25 anos da Constituição Federal de 1988" está em fase de organização e será concluído em janeiro de 2015.</p> <p>No que se refere às reuniões em Brasília entre os membros do Comitê Quilombos e o Grupo de Trabalho Terra de Quilombo da 6ª Câmara da Procuradoria Geral da República, dois integrantes do Comitê Quilombos - Osvaldo Martins de Oliveira e Eliane Cantarino O'Dwyer - estiveram em Brasília participando como ouvintes do "Seminário Internacional 10 anos da Convenção 169-OIT", realizado pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão - Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais - Ministério Público Federal, de 23 a 25 de abril de 2014, com o objetivo de retomar as conversas entre o Comitê e o referido Grupo de Trabalho. Outros dois integrantes do Comitê Quilombos - Alfredo Wagner Berno de Almeida e José Márcio Arruti - também estiveram presentes no Seminário na condição de convidados pela organização para serem palestrantes no mesmo Seminário e colaboraram para a retomada da interação entre o Comitê e integrantes do mesmo Grupo de Trabalho. Aproximação anterior já havia ocorrido de 19 a 21 de novembro de 2013, quando Eliane Cantarino esteve em Brasília participando de reuniões na CONAQ (Coordenação Nacional de Quilombos) e na Audiência Pública sobre Quilombos organizada pela 6ª Câmara da Procuradoria Geral da República.</p>
<p>Objetivo específico 5: Reflexão crítica sobre ação dos antropólogos na definição e terras de quilombos.</p>	<p>1. No Período de 01/08/2013 a 31/07/2014 foi feito o</p>

<p>1) Pesquisa a ser realizada junto ao INCRA e à SEPPIR, dos processos de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs) em seus trâmites administrativos, com objetivo de mapear a condução dos referidos processos, inclusive por orientações internas das chefias, incluídos aqueles em que já existam relatórios antropológicos produzidos. Período: de setembro de 2013 a julho de 2014.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliação da experiência da ABA no acompanhamento dos Relatórios Antropológicos a partir da opção do INCRA em contratar empresas mediante licitação; 2. Promover uma reunião com a rede de pareceristas do Projeto ABA-FORD, vinculados a diversas IEs, em diferentes Unidades da Federação, com o objetivo de produzir um documento que indique as deficiências e dificuldades técnicas e metodológicas do fazer antropológico no âmbito dos relatórios realizados para o INCRA e elabore um texto-guia com as principais recomendações que permitam uma reprodução ampliada de modos de fazer antropológico; 3. Produzir um balanço crítico das políticas de Estado no reconhecimento das terras de quilombo, mediante a consolidação de dados divulgados por órgãos públicos, como INCRA e Institutos de Terras estaduais, a serem reorganizados em tabelas e gráficos que possibilitem uma análise apurada das ações até hoje implementadas. 4. Publicação de relatório final com balanço crítico das ações de reconhecimento e titulação das terras de quilombo sob a forma de e-book e de vídeo documentário. 	<p>acompanhamento dos relatórios antropológicos realizados para o INCRA (contratados através de Pregão Público e outras modalidades), a partir da construção de uma rede de pareceristas formada por antropólogos vinculados a ABA, com experiência de pesquisa em situações de terras de quilombo.</p> <p>A partir dos pareceres emitidos e de consultas realizadas junto ao INCRA sobre os trâmites administrativos dos relatórios técnicos de identificação e delimitação (RTIDs) temos desenvolvido uma reflexão crítica sobre o fazer antropológico no contexto de elaboração dos relatórios antropológicos sobre terras de quilombo: os conceitos utilizados e a prática etnográfica de pesquisa, visando uma análise crítica, incorporando as experiências de avaliação e contribuições dos pareceristas da ABA.</p> <p>Produto final: os resultados sistematizados dessas reflexões críticas sobre a ação dos antropólogos no reconhecimento das terras de quilombo em contextos de institucionalização da disciplina, mediante a presença de antropólogos no Estado e a produção de relatórios antropológicos para o INCRA serão consolidados na publicação de um livro, ora em elaboração.</p>
<p>Objetivo específico 6: Ampliação do debate interno e externo à ABA sobre os efeitos sociais do desenvolvimentismo contemporâneo em face dos direitos</p>	

<p>territoriais de populações em contextos rurais e urbanos.</p> <p>1) Promoção de um debate qualificado entre os Comitês e Comissões da ABA sobre o desenvolvimentismo contemporâneo em face dos direitos de segmentos sociais seus efeitos sociais sobre em especial da Comissão de Assuntos Indígenas, do GT Quilombos e do GT de Migrações.</p>	<p>6.1 Foi reprogramado para acontecer em março ou abril de 2015.</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------

D. INDICADORES

Na proposta aprovada junto a Fundação Ford não consta a formulação de “indicadores” para cada objetivo. O que iremos indicar no quadro abaixo será uma breve avaliação do resultados alcançados e as nossas expectativas com a segunda fase do projeto, estabelecida com a prorrogação da execução até 31 de julho de 2015.

<i>D.1 Objetivo previstos na proposta</i>	<i>D.2 Metas efetivamente alcançadas</i>
<p>Objetivo específico 1: Fortalecimento operacional da Comissão de Assuntos Indígenas.</p>	<p>As atividades até aqui realizadas tem promovido uma maior e melhor interação entre os integrantes da CAI; gerado condições para a produção de notas de posicionamento político discutidas e formuladas entre seus membros; tem possibilitado condições à CAI protagonizar ações de intervenção e interlocução com representantes e agentes dos poderes institucionais constituídos e com os movimentos indígena e indigenista não-governamental. Os eventos e publicações programados para serem realizados têm bom potencial de ampliar o protagonismo e a visibilidade da CAI no contexto da promoção dos direitos indígenas.</p>
<p>Objetivo específico 2: Formação de jovens pesquisadores em antropologia.</p>	<p>A atuação profissional do/a antropólogo/a fora da academia, envolvido/a na elaboração de laudos, perícias, avaliações, ou mesmo atuando profissionalmente em instituições públicas, no setor empresarial e em ONGs, é hoje uma problemática instalada no meio. As atividades desenvolvidas no projeto têm grande potencial de tornar o debate no meio mais qualificado e orientado.</p>
<p>Objetivo específico 3: Divulgação de informações sobre o trabalho do antropólogo</p>	<p>Os materiais programados estão em fase de elaboração, enfrentando a dificuldade de limitações de recursos dos parceiros prioritários (ex.: FUNAI).</p>
<p>Objetivo específico 4: Fortalecimento operacional do Comitê Quilombos.</p>	<p>O Comitê Quilombola tem tido crescente reconhecimento junto aos seus parceiros prioritários neste momento, notadamente o Grupo de Trabalho Terra de Quilombo da 6ª Câmara da Procuradoria Geral da República e a CONAQ.</p>
<p>Objetivo específico 5: Reflexão crítica sobre ação dos antropólogos na definição e terras de quilombos.</p>	<p>Já foram feitas as reuniões e entrevistas programadas, a coleta da documentação considerada fundamental ao objetivo, e foi dado início à análise da documentação. Contamos em ter o produto final pronto até março de 2015 para desencadear sua divulgação e promover debates sobre as capacidades e limitações ao trabalho do antropólogo no atual contexto de desconstitucionalização dos direitos territoriais das comunidades quilombolas e de desconstrução dos avanços políticos e institucionais alcançados.</p>
<p>Objetivo específico 6: Definição de uma estratégia de ação conjunta envolvendo Comissão de Assuntos Indígenas, do GT Quilombos e do GT de Migrações.</p>	<p>As atividades programadas para este objetivo ainda não foram realizadas.</p>

E. MUDANÇAS NA ORGANIZAÇÃO OU NO CONTEXTO

O fortalecimento político e organizacional de setores contrários à efetivação dos direitos e interesses dos povos indígenas e comunidades quilombola e tradicionais, nos três poderes da República, tem crescido de maneira surpreendente, e em certa medida inesperada. Ao lado disso, se processou uma fragilização dos movimentos sociais progressistas. A atuação do antropólogo vem sendo atacada e desqualificada, especialmente quando os resultados do seu trabalho vai de encontro aos interesses político-econômicos que almejam apossar-se dos territórios desses grupos socio-culturais. Diante disso, temos tentado intervir em circunstâncias concretas, levando para a esfera pública as contribuições que a Antropologia pode dar à resolução das disputas e conflitos instalados, observados os direitos desses grupos.

Cumprir registrar que em 2015 a ABA estará sob nova gestão, tendo a frente o professor Dr. Antonio Carlos Sousa Lima (MN/UFRJ).

F. QUESTÕES

Nada a registrar.

G. DIVERSIDADE

Nada a registrar.

H. PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

A mudança que ocorrerá no início de 2015 no corpo de direção da ABA não deverá trazer qualquer problema na boa execução do projeto. E dada a experiência e o conhecimento que a nova gestão tem das problemáticas abarcadas por este projeto, são grandes as possibilidades de alcançarmos e irmos além das metas, resultados e impactos almejados no projeto.

ANEXO 1

QUADRO 01: ATIVIDADES NO PERÍODO DE 01/08/2013 – 31/07/2014¹

ATIVIDADE	DATA	LOCAL	PARTICIPANTES
Oficina de Diálogo/Regulamentação dos mecanismos de consulta prévia da Convenção 169 da OIT (SG- Presidência da República)	01 de agosto de 2013	Brasília/DF	Ellen Woortmann e Ricardo Verдум
Reunião com a Dra. Deborah Duprat, na 6ª Câmara (PGR)	12 de agosto de 2013	Brasília/DF	Fábio Mura e Ricardo Verдум
Reunião com a presidente da Funai, senhora Maria Augusta Assirati	11 de setembro de 2013	Brasília/DF	Carmen Rial, João Pacheco de Oliveira, Fábio Mura e Ricardo Verдум
Reunião com a Dra. Deborah Duprat, na 6ª Câmara (PGR)	12 de setembro de 2013	Brasília/DF	João Pacheco de Oliveira, Fábio Mura e Ricardo Verдум e Ellen F. Woortmann
Fórum ABA/ANPOCS – (1ª sessão) 25 anos da Constituição Federal: um balanço de seus efeitos na promoção de direitos indígenas no Brasil	23 a 27 de setembro de 2013	Águas de Lindoia/SP	Deborah Duprat, Fábio Mura e Ricardo Verдум.
Reunião no Ministério da Justiça o ministro Eduardo Cardozo e a presidente a FUNAI Maria Augusta Assirati	24 de outubro de 2013	Brasília/DF	João Pacheco de Oliveira. Fabio Mura e Ricardo Verдум.
Seminário sobre Interculturalidade e Saúde Indígena	25 de outubro de 2013	Brasília/DF	Ricardo Verдум
Seminário EMBRA II - Participação no Grupo de Trabalho Desafios Políticos e Éticos da Prática Antropológica frente ao Estado e à Sociedade	03 a 06 de novembro de 2013	Brasília/DF	Eliane Cantarino, juntamente com Miriam Grossi (UFSC), Luiz Fernando Dias Duarte (UFRJ/MN), Agustin Escobar (CIESAS), Fernando Salmerón (CGEIB) e Laura Valladares

¹ Não foram incluídas as reuniões havidas com a Fundação Ford no período. Também não estão incluídas as atividades realizadas com a taxa de administração do projeto.

			(UAM-I), tendo como moderadora Julie Cavnac (UFRN).
Mesa Permanente de Regularização de Territórios Quilombolas - Superintendência Regional do INCRA/RJ	05 e 06 de novembro de 2013	Rio de Janeiro/RJ	Osvaldo Oliveira
Pesquisa documental e entrevistas realizadas no INCRA, SEPPIR e FCP/MinC	07 e 08 de novembro de 2013	Brasília/DF	Eliane Cantarino
Oficina Nacional sobre Marcos Jurídicos e Metodológicos de Proteção e Atenção à Saúde de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato	18 a 21 de novembro de 2013	Brasília/DF	Ricardo Verdum
Reuniões na CONAQ e Audiência Pública sobre Quilombos (PGR/6ª Câmara)	19 a 21 de novembro de 2013	Brasília/DF	Eliane Cantarino
Simpósio Laudos Antropológicos	26 a 30 de novembro de 2013	João Pessoa/PB	Eliane Cantarino, Osvaldo Oliveira, Carmen Rial, Paulo Santilli, João Pacheco de Oliveira e Ellen Woortmann
Seminário Nacional do Comitê Quilombos:	12 a 14 de dezembro de 2013	Vitória/ES	Aderval Costa Filho, Eliane Cantarino, José Maurício Arruti, Carmen Rial, Cynthia Carvalho Martins, Carlos Alexandre dos Santos, Cíntia Beatriz Muller, Carlos Eduardo Marques, Renato Athias, Carlos Steil, Manuel Ferreira Lima Filho, Marcia Calderipe Rufino, Alecsandro José Prudêncio Ratts e Ilka Boaventura Leite
Seminário Terras indígenas e Crescimento	24 e 25 de março de 2014	Florianópolis/SC	Ricardo Verdum

econômico - Tempos de dúvidas e desafios			
Conferência de Mulheres Quilombolas (SPM)	07 de abril de 2014	Brasília/DF	Manuel F. Lima Filho
Reunião de Quilombos	09 e 12 de abril de 2014	Natal/RN	Carmen Rial, Ellen Woortmann, Carlos Steil, Andrea Lobo, Manuel Ferreira Lima Filho, Renato Athias, Marcia Regina Rufino
Encontro com Ministro da Ciência Tecnologia e Inovação na SBPC	17 de abril de 2014	São Paulo/SP	Carmen Rial
Reunião entre a CONAQ e o Comitê Quilombos	22 de abril de 2014	Brasília/DF	Osvaldo Martins de Oliveira e Eliane Cantarino
Seminário da OIT	23 a 25 de abril de 2014	Brasília/DF	Carmen Rial, Ellen Woortmann, Ricardo Verdum, Fabio Mura e Eliane Cantarino
Reunião com BNDES	23 de abril de 2014	Brasília/DF	Carmen Rial, Ellen Woortman, Osvaldo Martins de Oliveira e Fábio Mura
Reuniões sobre Quilombos	27 a 30 de abril de 2014	Brasília/DF	Renato Athias
I Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas	12 a 15 de maio de 2014	Brasília/DF	Eliane Cantarino
Seminário Regime tutelar e violações aos direitos indígenas no período militar	18 a 20 de maio de 2014	Rio de Janeiro/RJ	Yuri Neves
Reuniões sobre Quilombos	24 de junho de 2014	Brasília/DF	Carmen Rial

QUADRO 02: PUBLICAÇÕES NO PERÍODO DE 01/08/2013 – 31/07/2014

TÍTULO	AUTOR /ORGANIZADOR	E-BOOK / PAPEL	LANÇAMENTO
Estratégias de redefinição do Estado	Eliane Cantarino O'Dwyer	http://novosdebates.abant.org.br/index.php/opiniao/94	

no contexto de reconhecimento das Terras de Quilombo no Brasil		-home/opinio/104-projeto-modernizador-de-construcao-da-nacao-e-estrategias-de-redefinicao-do-estado-no-contexto-de-reconhecimento-dos-direitos-constitucionais-no-brasil	
Belo Monte e a Questão Indígena	João Pacheco de Oliveira e Clarice Cohn (orgs.)	e-book - http://www.portal.abant.org.br/index.php/bibliotecas/livros	Junho/2014

QUADRO 03: GRAVAÇÕES E TRANSMISSÕES AO VIVO REALIZADAS NO PERÍODO DE 01/08/2013 – 31/07/2014

EVENTO	DATA	LOCAL
Simpósio Laudos Antropológicos em Perspectiva (UFPB)	27 a 29 de novembro 2013	João Pessoa, PB
Seminário Nacional do Comitê Quilombos (UFES).	12 - 14 de dezembro de 2013	Vitória, ES
IV Curso de Curta Duração em Gênero e Feminismo (UFSC)	17 a 21 de março de 2014	Florianópolis, SC
Projetos Interrompidos: Repercussões da ditadura sobre a universidade, os trabalhadores e os povos indígenas (UFRJ)	19 a 20 de maio 2014	Rio de Janeiro, RJ
Inauguração do Instituto Egon Shaden	20 de maio 2014	São Bonifácio, SC

QUADRO 04: VÍDEOS E PROGRAMAS PRODUZIDOS NO PERÍODO DE 01/08/2013 – 31/07/2014

TÍTULO	AUTORIA/RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO DO CONTEÚDO (5 LINHAS)
Entrevistas com antropólogos/as brasileiros/as sobre questões relevantes do projeto.	Alex Vailati	Prof. Dr. Luiz Roberto Cardoso de Oliveira (UNB) Prof. Dr. Roque de Barros Laraia (UNB) Profa. Dra. Claudia Fonseca (UFRGS) Profa. Dra. Bela Feldman Bianco (UNICAMP).

ANEXO 2

MOÇÃO DA CAI/ABA - “DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO BRASIL”

(Aprovada na Assembleia Geral da ANPOCS (26/09), e destinada às seguintes instâncias governamentais: Presidência da República, Casa Civil da Presidência da República, Secretaria Geral da Presidência da República, Ministério da Justiça e Ministério Público Federal)

“Considerando que a Constituição Federal de 1988 é um marco no reconhecimento e na promoção dos direitos dos povos indígenas no país. A partir dela, por exemplo, houve um avanço significativo no reconhecimento das Terras Indígenas; foram criadas e implementadas políticas públicas específicas de promoção da saúde e de educação escolar; também passaram a integrar o campo de sujeitos priorizados pelas políticas de previdência e promoção social, inclusive de geração de renda e segurança alimentar, tudo isso sustentado por marcos regulatórios infraconstitucionais. A participação e o protagonismo indígena foram efetivos em vários momentos ao longo deste período, muitas vezes enfrentando as resistências e o despreparo das instituições públicas e seus operadores.

Entendendo que de fato ainda há muito que ser feito e transformado na cultura política no país e suas instituições, e os tempos recentes mostram o quanto isto é necessário e urgente. Ao mesmo tempo em que a Constituição Federal completa 25 anos no próximo dia 05 de outubro, os direitos constitucionais dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e de outras populações tradicionais no país estão sendo colocados em risco, pelo interesse e a ganância de setores econômicos e políticos poderosos no país.

Preocupados com a ofensiva legislativa que está sendo promovida pela bancada ruralista contra os direitos destes povos e comunidades; uma ofensiva que no final das contas afetará a todos de diferentes maneiras. Em alguns casos os efeitos poderão ser irrecuperáveis perdas humanas, culturais e de biodiversidade.

Expressão disso são dezenas de projetos de lei e emendas à Constituição que tramitam hoje no Congresso Nacional – em especial a PEC 215/00, PEC 237/13, PEC 038/99, PL 1610/96 e PLP 227/12. Atos legislativos que afrontam, inclusive, acordos internacionais assinados pelo Brasil, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, a primeira incorporada ao arcabouço normativo brasileiro desde 2003.

Preocupados com a desigualdade do debate público por força da pressão e do poder que os setores ruralistas e latifundiários têm no atual governo federal, haja vista a publicação da Portaria 303 da Advocacia Geral da União em 2012, e em vários governos estaduais; mobilizando seus interesses no Congresso Nacional e no Poder Judiciário, a demarcação das terras indígenas e a titulação das terras de quilombo encontram-se paralisadas, com risco de assim permanecer por tempo indeterminado, agravando ainda mais o quadro de tensão e de violência que hoje experimentamos e assistimos.

Afirmamos diante destes fatos, que a Anpocs, aqui reunida em Assembléia Geral, torna pública sua solidariedade e integral apoio à mobilização dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais em defesa dos seus Direitos e da Constituição Federal. Faz também um chamado a que outras associações e sociedades científicas se manifestem publicamente em relação a esta situação.”

Águas de Lindóia – SP, 26 de setembro de 2013

MOÇÕES APRESENTADAS PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS INDÍGENAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA 29ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, REALIZADA NO DIA 06 DE AGOSTO DE 2014:

Moção 1

A Assembleia Ordinária da Associação Brasileira de Antropologia/ABA, realizada em Natal no dia 06 de agosto de 2014, solicita a imediata constituição do grupo técnico de identificação e delimitação territorial para garantir a regularização fundiária da Terra Indígena Potiguara do Sagi (Baía Formosa/RN) e pede providências urgentes para solucionar a ação de reintegração de posse que desalojará 08 famílias e privará pelo menos 82 famílias de dispor de terras para a produção de sua subsistência.

Justificativa

Os Potiguara do Sagi, que estão no litoral sul do RN (município de Baía Formosa) há mais de dois séculos, tiveram a seu desfavor uma ação de reintegração de posse movida por um empresário do ramo imobiliário. A área em litígio é constituída por faixas de terras que estão ocupadas com moradias e sendo utilizadas para o desenvolvimento de atividades agrícolas e pesqueiras, de coleta de frutos e de crustáceos, bem como de lugares de memória, como cemitérios e espaços de antigas moradias e de circulação de pessoas.

Tendo início em 2007, tal ação cível, que estava na jurisdição estadual, foi deslocada em 2013 para a justiça federal a partir de solicitação da Advocacia Geral da União (AGU). No voto do desembargador/relator do TRF/5ª Região, emitido em 24 de abril de 2014, a antiguidade da presença indígena naquela região não foi considerada, além disso, não foi demonstrado conhecimento acerca das demandas pela regularização fundiária apresentadas em 2008 na segunda audiência pública e ratificadas nas três assembleias indígenas do RN (2009, 2011 e 2013). Vale salientar que a autoafirmação étnica-indígena no RN tem revelado um processo político e cultural significativo que contradiz com a historiografia e o imaginário locais de que no RN os indígenas desapareceram.

Encaminhamento:

Ao Ministério da Justiça

À Secretaria Geral da Presidência da República

À Procuradoria Geral da República

À Presidência da FUNAI

Moção 2

Nós, participantes da Assembleia Geral Ordinária da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), realizada em Natal, em 6 de agosto de 2014, demonstramos a nossa mais profunda indignação com o processo de militarização do território tupinambá, no sul da Bahia, e exigimos a imediata conclusão do processo de demarcação da Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença, que se prolonga por dez anos, em evidente violação aos prazos legalmente estabelecidos.

O processo de identificação da TI teve início em 2004. Cinco anos depois, a Fundação Nacional do Índio (Funai) aprovou o relatório circunstanciado, que delimitou a TI em 47.376 ha, abrangendo porções dos municípios de Buerarema, Ilhéus e Una. Em março de 2012, após analisar e rejeitar as contestações à demarcação, a Funai encaminhou o processo ao Ministério da Justiça (MJ). Em abril do mesmo ano, a consultoria jurídica do ministério manifestou-se pela aprovação dos estudos elaborados pelo órgão indigenista. Contudo, transcorridos mais de dois anos, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, ainda não assinou a portaria declaratória da TI, descumprindo sua atribuição legal de proteger os direitos indígenas, como determinam a Constituição Federal e acordos internacionais de que Brasil é signatário.

Nesse período, os indígenas têm sido vítimas de reiterados ataques, desferidos por indivíduos e grupos contrários ao reconhecimento de seus direitos territoriais. Em meados de 2013, o conflito agudizou-se. Desde então, os indígenas têm sido alvo de reiteradas ameaças, espancamentos, emboscadas e homicídios; alguns deles tiveram suas casas incendiadas e sua produção agrícola, roubada. Registraram-se, ainda, ataques a prédios públicos e veículos oficiais, levados a cabo em demonstrações contra a demarcação. Em lugar de concluir o processo demarcatório, o governo brasileiro determinou a militarização do território tupinambá. Em janeiro de 2014, agentes da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) e da Polícia Federal (PF) instalaram uma base policial na aldeia Serra do Padeiro, no interior da TI. A presença da Força Nacional de Segurança Pública foi, recentemente, prorrogada por mais três meses.

AABA – que há anos vem acompanhando e denunciando as violações contra o povo Tupinambá – reitera a necessidade imperativa de o governo brasileiro encaminhar com urgência o processo demarcatório para as etapas finais, incluindo o pagamento das indenizações devidas aos ocupantes não indígenas e o reassentamento daqueles que têm perfil de cliente da reforma agrária. Apenas a conclusão do procedimento administrativo de demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença poderá cessar o conflito na região, garantindo os direitos de índios e não índios

Encaminhamento:

À Presidência da República

Ao Ministério da Justiça

A Fundação Nacional do Índio

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Ao Ministério Público Federal

Moção 3

GARANTIA DOS DIREITOS TERRITORIAIS DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

A ABA solicita do Ministério da Justiça (MJ) e do Congresso Nacional (CN) providências efetivas e urgentes contra a série de medidas que pretendem restringir os direitos territoriais e a autodeterminação dos Povos Indígenas no país, como a Portaria 303/2012 da Advocacia-Geral da União; a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215; o Projeto de Lei (PL) 227; o Projeto de Lei (PL) 1.610, entre vários outros. Traz preocupação a recente manifestação da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que em documento aos presidentiáveis pede a imediata interrupção dos processos de demarcação.

Justificativa

Os dispositivos acima mencionados são visivelmente inconstitucionais, pois querem restringir os direitos assegurados aos Povos Indígenas pela Constituição Federal de 1988 (Artigos 231 e 232), e vão de encontro ao estabelecido na Convenção 169 da OIT, ratificada pelo país a mais de uma década.

A PEC 215 transfere do governo federal ao Congresso a atribuição de aprovar as demarcações de Terras Indígenas (TIs). O PLP 227 abre a exploração de recursos naturais em TIs a terceiros. A Portaria 303 pretende estender a todos os processos de demarcação as condicionantes definidas no julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do caso da TI Raposa-Serra do Sol (RR), de 2009, bem como autoriza a implantação de projetos de infraestrutura e a exploração de recursos naturais sem autorização das comunidades indígenas.

A ação da CNA e o setor que ela representa é quem está em grande medida por trás das inúmeras ações em curso no Congresso Nacional, tentando jogar por terra os avanços conquistados pela sociedade brasileira e, particularmente, pelos Povos Indígenas em 1988.

Encaminhamento:

Secretaria Geral da Presidência da República

Ministério da Justiça

Presidência do Congresso Nacional

Ministério Público Federal

Fundação Nacional do Índio

Moção 4

MOÇÃO DE REPÚDIO À OBSTACULARIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS EM SANTA CATARINA

A Associação Brasileira de Antropologia vem manifestar forte preocupação diante da obstacularização judicial, pelo governo do Estado de Santa Catarina, dos procedimentos

institucionais para o reconhecimento de direitos territoriais indígenas que vem sendo indefinidamente postergados no estado impedindo aos índios o acesso ao espaço vital.

O reconhecimento de direitos territoriais indígenas, embora tardio, vem sendo empreendido pela União, por meio dos procedimentos administrativos previstos na legislação em vigor, com a devida fundamentação antropológica, em cumprimento dos princípios constitucionais, e o seu protelamento com a interposição de ação judicial, sob o pretexto injustificável de um suposto conflito de atribuições federativas, é inaceitável.

Natal, 06 de agosto de 2014.

Destinatários:

Presidente da República

Ministro de Estado da Justiça

Supremo Tribunal Federal

Governo do Estado de Santa Catarina

Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina

Moção 5

VIOLAÇÕES AOS DIREITOS INDÍGENAS: DITADURA MILITAR E REGIME TUTELAR

A ABA vem requerer da Presidência da República que seja imediatamente constituída uma comissão temática, nos moldes da Comissão Nacional da Verdade (CNV), com participação da sociedade civil e de especialistas com atribuição específica de aprofundar o exame das graves violações de direitos humanos sofridos pelos povos indígenas brasileiros durante o período da ditadura militar.

Justificativa

A CNV durante sua atuação levantou uma imensa quantidade de informações, evidências e indícios que exigem uma adequada apuração, uma vez que apontam para casos criminosos de omissão e irregularidades administrativas. O relatório apresentado está muito aquém do material levantado, bem como necessita ser complementado por novas e rigorosas pesquisas de arquivo e de tomada de depoimentos (nas aldeias ou em outros locais), exigindo para isso o apoio de estudiosos e procedendo conforme os princípios do respeito com as vítimas e testemunhas, bem como adotando procedimentos transparentes.

Encaminhamento:

Secretaria Geral da Presidência da República

Secretaria Especial de Direitos Humanos

Ministério da Justiça

Ministério Público Federal

Fundação Nacional do Índio

Moção 6

POVOS INDÍGENAS EM ISOLAMENTO E DE RECENTE CONTATO NO PAÍS

A ABA considera ser fundamental que o Estado brasileiro tenha definida uma política pública que garanta os direitos dos povos indígenas em situação de isolamento voluntário e de recente contato, bem como apresente os resultados do GT Interministerial 171/2013, criado com a finalidade de elaborar planos de contingência prontos para serem executados nas situações de contato com grupos indígenas que decidam sair da situação de isolamento e de epidemias. A Associação se coloca a disposição para contribuir com a elaboração desses planos e da política.

Justificativa

Os Povos Indígenas em isolamento e de recente contato, pressionados e violentados pela recente onda desenvolvimentista governamental e pelo assédio de seus territórios por madeireiras, mineradoras, garimpeiros etc., na busca de recursos naturais aí existentes, têm vivenciado processos de migração forçada e perda de vidas.

No recente contato com grupos indígenas em isolamento ocorrido na Aldeia Simpatia, na Terra Indígena Kampa e Isolados, no alto Rio Envira, no estado do Acre (AC), a ação governamental foi marcada pela improvisação, com pessoal despreparado e pela falta de recursos institucionais para prestar uma pronta resposta à situação.

Esse evento evidencia a fragilidade, para não dizer a inexistência de uma política pública consistente e eficaz do Estado brasileiro em relação a esses Povos.

Encaminhamento:

Secretaria Geral da Presidência da República

Secretaria Especial de Direitos Humanos

Ministério da Justiça

Ministério da Saúde

Ministério Público Federal

Fundação Nacional do Índio

MOÇÕES APRESENTADAS PELO COMITÊ QUILOMBOS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA 29ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, REALIZADA NO DIA 06 DE AGOSTO DE 2014:

Moção 1

PELA CELERIDADE NA TITULAÇÃO DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS.

Uma sequência de decisões técnicas e políticas por parte dos órgãos governamentais brasileiros está impedindo a resolução dos casos e a conclusão dos processos de titulação

dos territórios quilombolas no Brasil. A paralisação de centenas de processos administrativos nos arquivos do Estado, mesmo daqueles já plenamente informados que aguardam a decisão final, tem gerado a fragilização da própria política de reconhecimento e a precarização dessas populações. Esta insegurança tem ferido os princípios dos direitos humanos e fundamentais, tais como: o acesso e garantia aos territórios, à educação, saúde, segurança alimentar e nutricional, informação, entre outros.

Com esta inércia, o Estado Brasileiro viola não somente os tratados e leis internacionais, mas principalmente, os direitos constitucionais, imprimindo à omissão deliberada a marca do racismo institucional.

Encaminhamento:

Ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma (INCRA)

Moção 2

PELA GARANTIA DOS DIREITOS DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NOS PARECERES DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS EM PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE OBRAS E EMPREENDIMENTOS QUE LHES AFETAM.

Os povos e comunidades tradicionais têm vivenciado uma série de impactos provocados por interesses e agentes desenvolvimentistas sobre seus territórios e modos de vida, tais como: grandes obras e empreendimentos, mineração, agronegócio/monoculturas, criação de unidades de conservação de proteção integral em sobreposição aos territórios, dentre outros. Os conflitos daí decorrentes têm sido agravados pelos entraves políticos e burocrático administrativos, pela falta de sensibilidade do judiciário e, sobretudo, pelos pareceres emitidos pelos órgãos competentes nos processos de licenciamento de obras e empreendimentos. Ressalta-se que estes órgãos, embora tenham o dever de proteger o patrimônio desses povos e comunidades, têm sistematicamente ignorado os direitos que lhes são assegurados pela Constituição Federal de 88, quando não ignorado a sua própria existência.

Soma-se a isso a necessidade de cumprimento do que estabelece a Convenção 169 (OIT) quanto à consulta prévia e informada às comunidades que podem ser ou foram afetadas.

Encaminhamento:

Fundação Cultural Palmares (FCP)

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Moção 3

PELO RECONHECIMENTO E RESPEITO ÀS CONTRIBUIÇÕES DO ANTROPÓLOGO E DA ANTROPOLOGIA NOS TRABALHOS TÉCNICOS FEITOS OU CONTRATADOS NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS DO ESTADO.

Os profissionais da antropologia que atuam em órgãos do governo e também os contratados para a realização de estudos antropológicos, relatórios técnicos, laudos e pareceres têm sofrido ingerências de ordem política e técnica, resultando no disciplinamento e enquadramento dos seus trabalhos fora dos cânones e marcos teórico-conceituais do seu campo de atuação. Muitas das exigências ao trabalho antropológico têm extrapolado a expertise para além do campo profissional ou mesmo as próprias instruções normativas e demais normas em vigor. Tais imposições advêm de interesses de Estado, da frente ruralista, minerária e energética, setores contrários aos direitos constitucionalmente assegurados às comunidades dos quilombos que atuam em última instância, visando à redução dos seus territórios e a restrição de seus direitos.

Encaminhamento:

Ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma (Incra)

Moção 4

PELA CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE REOCUPAÇÃO, GESTÃO E SUSTENTABILIDADE TERRITORIAL NO ÂMBITO DO GOVERNO, RESGUARDADA A AUTONOMIA DOS QUILOMBOS NA GESTÃO DOS SEUS TERRITÓRIOS E RECURSOS.

Em termos de políticas públicas para quilombos, constata-se a inexistência de uma política específica de reocupação, gestão e sustentabilidade territorial, que respeite a prerrogativa de autonomia das comunidades e suas organizações representativas nesse sentido. Constata-se também que várias comunidades e associações quilombolas estão sendo imitidas na posse de porções territoriais, ou já foram tituladas sem efetivamente disporem de recursos orçamentários governamentais que os auxiliem no uso e proteção do seu patrimônio. Nesse sentido, faz-se necessária a criação de programa ou ações governamentais específicas, preferencialmente com a participação do antropólogo que consubstanciou em termos do relatório técnico o pleito territorial do grupo.

Encaminhamento:

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Instituto Nacional de Colonização e Reforma (INCRA)

Fundação Cultural Palmares (FCP).

